



Relatório e Contas Consolidado 2010



Índice

Parte I - Relatório Consolidado de Gestão	2
1. Mensagem do Presidente	2
2. Principais Indicadores Operacionais Do Grupo	4
3. Principais Acontecimentos de 2010	5
4. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial	6
5. Perspectiva Geral dos Negócios	9
5.1. Áreas de Negócio	10
5.1.1. IT Consulting	10
5.1.2. IT Outsourcing	12
5.1.3. Business Process Outsourcing	16
6. Qualidade e Satisfação de Clientes	18
7. Reditus na Imprensa	19
8. Responsabilidade Social e Sustentabilidade	20
9. Análise Económica e Financeira do Grupo	22
10. Análise Económica e Financeira por Área de Negócio	25
11. Perspectivas para 2011	27
12. Comportamento Bolsista	29
13. Actividade dos Administradores Não Executivos	29
14. Resultados	30
15. Declaração de Conformidade	30
16. Agradecimentos	30
Parte II - Demonstrações Financeiras Consolidadas	31
Parte III - Anexo ao Relatório Consolidado de Gestão	89
Parte IV - Relatório sobre o Governo da Sociedade	94
Parte V - Relatórios de Fiscalização	139



Parte I - Relatório Consolidado de Gestão

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Accionistas,

O ano de 2010, cujo detalhado relatório de actividades se coloca à apreciação, demonstrou a assertividade do Grupo Reditus no desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e na consolidação de uma posição de liderança no sector das tecnologias de informação em Portugal.

Apesar do cenário económico difícil e conturbado que afectou a actividade de alguns dos nossos Clientes, conseguimos permanecer na senda do crescimento e reforçar os nossos principais indicadores operacionais. Os proveitos operacionais consolidados cresceram 19% para 118,6 milhões de euros e o EBITDA aumentou 41% para 11,6 milhões de euros, permitindo alcançar uma margem EBITDA de 9,8% que é uma referência no sector das tecnologias de informação em Portugal. Este desempenho conduziu a um resultado líquido positivo de 269 mil euros, mais 553 mil euros do que no ano anterior, que nos leva a querer ir mais além no reforço da rentabilidade do Grupo.

O sucesso da nossa estratégia está também bem patente na nossa situação competitiva. Já desenvolvemos projectos em mais de 20 países e em 2010 gerámos 38% das nossas receitas no exterior, o que torna a Reditus num exemplo de internacionalização em sectores de valor acrescentado como é o sector das tecnologias de informação.

Mas mais importante do que crescer e gerar sólidos resultados, conseguimos prosseguir a missão de gerar valor acrescentado para todos os nossos stakeholders. Criámos mais e bons empregos, reforçámos as parcerias com Fornecedores e Parceiros, flexibilizámos as estruturas de custos e oferecemos poupanças aos nossos Clientes.

A concretização da nossa missão só foi possível com visão e trabalho árduo. Ao longo de 2010 conseguimos reforçar a presença nos nossos Clientes, bem como alargar o nosso portfólio com importantes instituições e empresas tanto no mercado nacional como internacional. A clara aposta na inovação permitiu antecipar tendências de mercado e criar novos produtos e serviços, respondendo às necessidades e anseios do mercado.

Este desenvolvimento do negócio foi feito por via orgânica, mas também através de movimentos de consolidação. Em 2010 integrámos a Partblack e adquirimos quatro novas companhias: a SAPI2, a Digisis, Ogimatech e a Tora. Estas companhias permitem a criação de competências no sector de consultoria de negócios e reforço das soluções SAP, e fortalecem e estimulam igualmente as ofertas do grupo ao potenciar uma maior actividade de cross-selling selling.

Estamos convictos de que ainda temos muito para fazer. Desde o movimento de consolidação com a Tecnidata, no final de 2008, o Grupo Reditus tem vindo a implementar uma estratégia de racionalização e reestruturação que implicou a fusão por incorporação das sociedades que prestam serviços e fornecem soluções na área de infra-estruturas de TI e uma reorganização das sociedades que prestam serviços de suporte para o Grupo Reditus. Este trabalho já tornou o Grupo Reditus ainda mais apto para explorar as oportunidades existentes, o que nos está a permitir implementar acções de cross-selling e chegar a novos Clientes, mas queremos e devemos ir mais além.

Nesse sentido, decidimos reorganizar as nossas práticas de forma a potenciar o negócio. Assim, em 2011 a nossa estratégia passa pelo reforço do crescimento orgânico por via de uma nova organização de Go To Market, via a criação da Reditus Consulting e de criação de oferta especializada das nossas soluções com base em sectores de actividade. Estamos convictos que o cross-selling potenciado pela Reditus Consulting irá permitir uma maior presença do Grupo nas contas de clientes mais importantes em termos de dimensão e potencial de desenvolvimento de negócios, com uma abordagem integral e uma melhor cobertura e identificação de oportunidades de negócio.



Continuaremos atentos ao mercado e a estudar oportunidades de crescimento através de movimentos de consolidação que nos permitam reforçar as nossas competências e dimensão.

Continuaremos a realizar uma forte aposta na internacionalização, quer por via do desenvolvimento de projectos nos países destino quer por via da exportação a partir de Portugal de serviços com elevado valor acrescentado.

Continuaremos a trabalhar para uma melhor e mais eficiente gestão dos recursos das empresas do Grupo que nos permita prosseguir uma melhoria da rentabilidade.

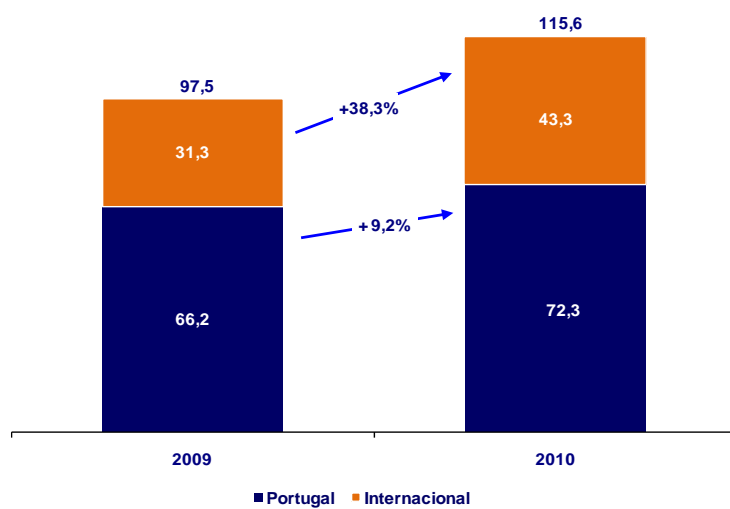
Apesar do contexto económico português se prever extremamente adverso em 2011, esperamos com esta estratégia manter um crescimento consistente e prosseguir na geração de valor para todos os nossos stakeholders: Clientes, Parceiros, Accionistas e Colaboradores.

Contamos com todos para cumprir esta missão!

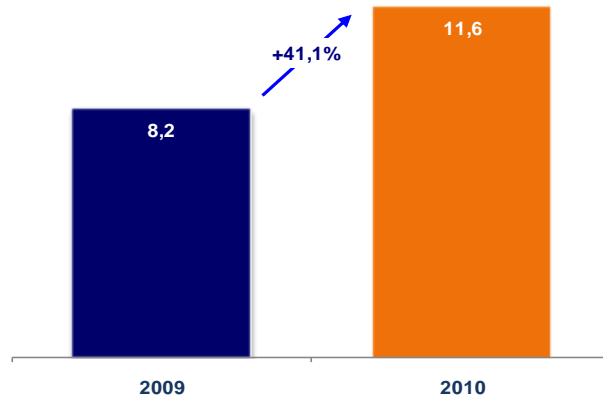


2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS DO GRUPO

Volume de Negócios (M€)

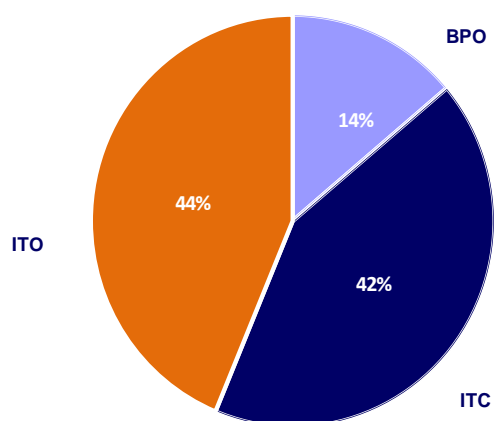


EBITDA (M€)

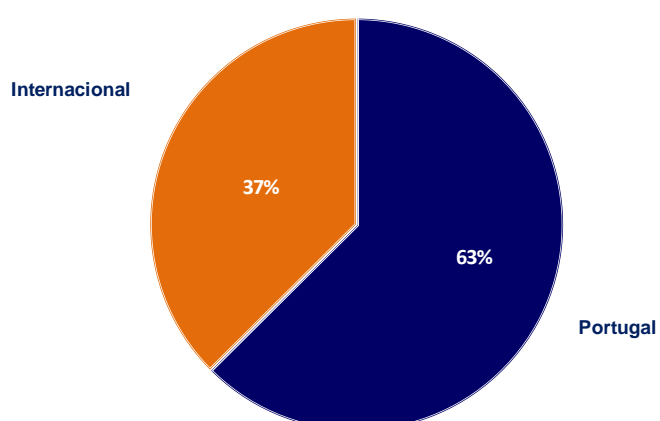


Volume de Negócios (2010)

Por Segmento de Actividade



Por Segmento Geográfico





3. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2010

Janeiro	<ul style="list-style-type: none">• Integração da Partblack
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none">• Great Place to Work Institute reconhece a ROFF como sendo a 2ª melhor empresa portuguesa para se trabalhar
Março	<ul style="list-style-type: none">• Entrada da ROFF no mercado Norte Africano com o projecto METIDJI na Argélia• Receitas do trimestre da Reditus SGPS crescem 5,3%
Abril	<ul style="list-style-type: none">• Tecnidata lança gama de serviços de IT Outsourcing• Tecnidata obtém acordo para distribuição exclusiva das soluções Wey
Maio	<ul style="list-style-type: none">• Aquisição SAPI2• Reditus Business School renova acreditação DGERT
Junho	<ul style="list-style-type: none">• ROFF reconhecida nos SAP Quality Awards com menções Gold e Bronze• Resultado líquido da Reditus SGPS aumenta 74%• Tecnidata renova acordo de procurement de TI com Grupo José de Mello• Renovação da Imagem das empresas do Grupo Reditus• Criação Solutions Factory• Criação da Skills & Solutions
Julho	<ul style="list-style-type: none">• Aquisição da Digisis• Microsoft atribui o prémio de Partner of the Year 2010 à Tecnidata
Agosto	<ul style="list-style-type: none">• Aquisição Ogimatech
Setembro	<ul style="list-style-type: none">• Reditus SGPS obtém crescimento de 2,3% dos Proveitos Operacionais• Reditus SGPS faz aumento de Capital
Outubro	<ul style="list-style-type: none">• OutSystems atribui Agility Award à Solutions Factory
Novembro	<ul style="list-style-type: none">• Solutions Factory desenvolve parceria com PNM Soft
Dezembro	<ul style="list-style-type: none">• Aquisição da Tora• HP reconhece a Tecnidata como Best Certified Partner• Partblack obtém direitos de comercialização produtos Panda para os PALOP• Anúncio do novo modelo de Organização do Grupo com a criação da Reditus Consulting• Reditus foi considerada a maior empresa portuguesa de Outsourcing de TI pela IDC

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

Enquadramento Macroeconómico

INTERNACIONAL

Durante o ano de 2010 assistiu-se à recuperação da actividade económica internacional sobretudo em virtude do contributo muito positivo dos países em desenvolvimento da Ásia, Oriente Médio e América do Sul. A recuperação, ainda que moderada, de muitas das economias mais desenvolvidas ajudou à consolidação do resultado em termos globais.

Se bem que nas economias mais desenvolvidas a inversão do padrão recessivo de 2009 tenha sido o resultado das políticas expansionistas seguidas, o facto é que delas também resultou a constatação de que algumas das economias desenvolvidas tinham seguido estratégias de crescimento insustentáveis, geradoras de importantes desequilíbrios externos e das próprias finanças públicas.

Sendo que a existência destes desequilíbrios e a sua dimensão têm causado forte instabilidade nos mercados do crédito e da dívida, tanto soberana como privada, o facto é que nem todas as partes afectadas reagiram de igual forma. Nos Estados Unidos, a necessidade de combater o endividamento excessivo deu lugar a uma política de reforço dos estímulos ao crescimento nominal, tendo a Reserva Federal enveredado por esquemas inovadores de estímulo da liquidez ao mesmo tempo que a política orçamental se foi mantendo genericamente expansionista. Já na Zona Euro optou-se por uma postura menos expansionista da política monetária (completada por novas medidas tendentes a assegurar a liquidez aos países com problemas de financiamento) a par com a introdução de medidas restritivas de carácter orçamental e de política de rendimentos. Na China e outros países asiáticos também se tem assistido ao lançamento de algumas medidas de carácter restritivo, mas aí com o fim de atenuarem as tendências de sobreaquecimento económico que vão assumindo alguma relevância.

EUROPA

Nas suas últimas projecções de 2010, a Comissão Europeia reviu em alta a projecção do PIB da zona do euro para 2010, graças à expectativa de maior dinamismo da procura interna, induzida pelo consumo privado e por uma menor redução do investimento, confirmando assim a tendência de recuperação que se foi consolidando ao longo do ano. O crescimento foi, como habitualmente, dissemelhante entre os vários países, sendo de destacar a excelente performance económica da Alemanha, induzida pelo bom comportamento do seu sector exportador. Apesar destes desenvolvimentos, as autoridades europeias mantêm a previsão de crescimento económico para 2011 em 1,5% (ligeiramente abaixo da de 2010), assente num aumento do consumo privado e na recuperação do investimento.

Quanto ao comércio externo, os dados do Eurostat apontam para um excedente da balança comercial da zona do euro de 5,2 mil milhões de euros em Outubro, contra um excedente de 4,8 mil milhões de euros em igual mês de 2009.

A evolução da Europa vai estar também condicionada pela resolução dos problemas inerentes aos países periféricos que mantêm uma clara dificuldade no financiamento dos seus sectores público e privado e ao impacto dos preços do petróleo e das matérias-primas.

PORTUGAL

As últimas projecções disponíveis apontam para um crescimento de 1,3 por cento da actividade económica em 2010, o que comporta uma desaceleração pronunciada na parte final do ano. De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o crescimento do PIB nos três primeiros trimestres de 2010 registou uma variação homóloga de 1,5 por cento. Esta evolução reflecte, por um lado, o expressivo

crescimento das exportações – proporcionado pelo aumento da procura externa – e, por outro, o elevado dinamismo do consumo privado. Esta evolução da procura induziu um crescimento não negligenciável das importações.

No final do ano assistiu-se à desaceleração de todas as componentes da procura interna (excluindo variação de existências), em especial do consumo privado. Esta evolução estará a reflectir nomeadamente a antecipação dos efeitos das medidas anunciadas para o Orçamento de Estado para 2011, bem como a deterioração continuada das condições no mercado de trabalho e de financiamento da economia. O consumo privado abrandou e as exportações de bens e serviços mantiveram um crescimento significativo, embora inferior ao observado no trimestre anterior, em linha com a evolução da procura externa.

A evolução da actividade em 2011 reflectirá o impacto recessivo das medidas de ajustamento orçamental em curso e das que podem advir da negociação de uma ajuda internacional a Portugal, assim como os estrangulamentos no financiamento da actividade que comporta a necessidade de “desalavancagem” global da economia.

Enquadramento Sectorial

O mercado de Tecnologias de Informação em Portugal terá ascendido a cerca de 3,6 mil milhões de euros em 2010, um valor muito semelhante ao de 2009, representando uma estagnação no investimento em TI. De acordo com a consultora IDC, o mercado de TI registou uma variação distinta nas componentes de Hardware, Software e Serviços:

- O segmento de Hardware registou uma quebra de 3,2% com vendas na ordem dos 1,79 mil milhões de euros. Malgrado a perda de valor do segmento, tem havido um aumento na venda do número de equipamentos. Esta aparente contradição deve-se à redução significativa do preço dos equipamentos;
- A componente de Software, por seu lado, continuou a registar um crescimento que em 2010 terá sido de 3,3% para um valor de vendas de 533,5 milhões de euros;
- Os serviços inverteram o registo descendente de 2009, alcançando em 2010 um crescimento na ordem dos 2% representando um volume de negócios na ordem dos 1,24 mil milhões de euros. Ainda assim os serviços assumem-se como o segmento com melhor índice de crescimento nos últimos quatro anos, com um crescimento de 30% desde 2006.

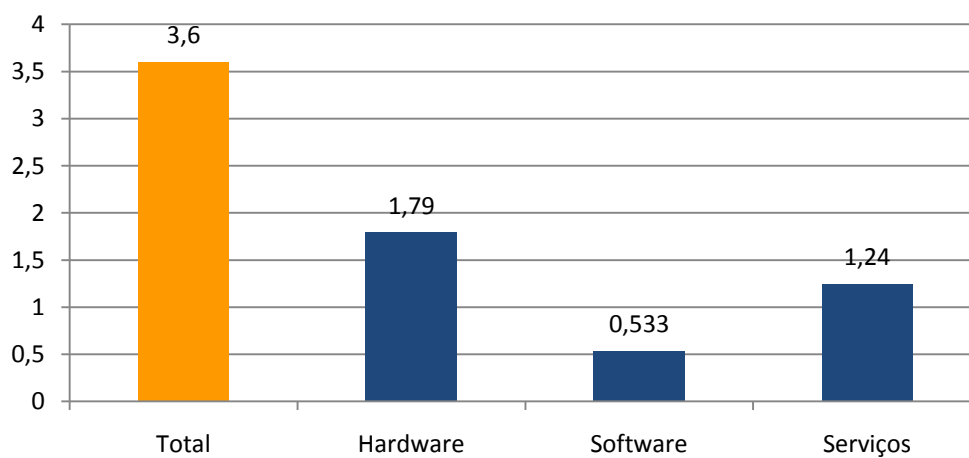
O mercado de TI apresentou em 2010 um comportamento heterogéneo, com alguns sectores a contrariarem a tendência de contracção. São os casos da Saúde, Serviços Públicos, Energia e Telecomunicações.

O segmento de IT Outsourcing & BPO é uma das áreas com maior potencial de crescimento, tendo apresentado um crescimento médio de 4,1% no período de 2008 a 2012. As razões associadas a este potencial de crescimento, nomeadamente em áreas como Outsourcing de infra-estruturas, aplicações e processos de negócio, prendem-se com:

- Crescente sofisticação e maturidade dos prestadores de serviços
- Evolução das TI para ambientes mais abertos e interligados

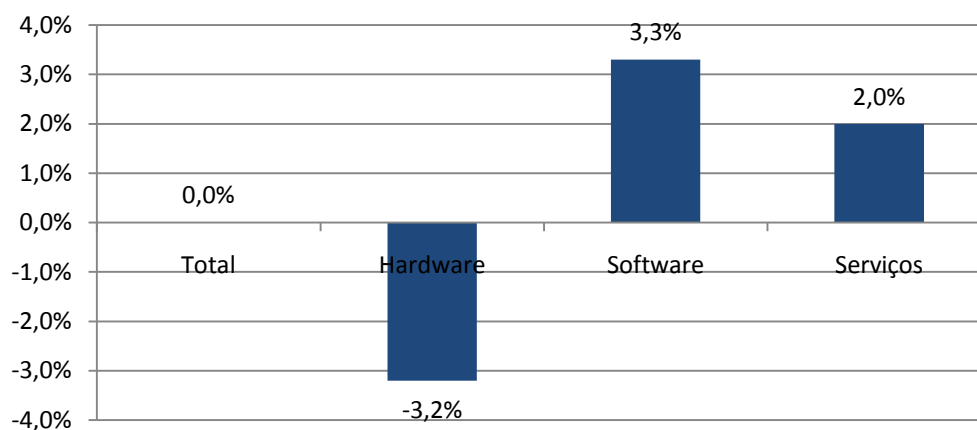
Mercado nacional de TI por segmentos em 2010

Mil Milhões Euros - Fonte IDC



Comportamento do mercado nacional de TI em 2010

Fonte IDC



5. PERSPECTIVA GERAL DOS NEGÓCIOS

O Grupo Reditus é um dos maiores players nacionais no sector das Tecnologias de Informação. Fundado em 1966, o Grupo emprega actualmente mais de 2.000 profissionais e regista um Volume de Negócios de 116 milhões de euros, mais de um terço dos quais respeita à sua intervenção internacional.

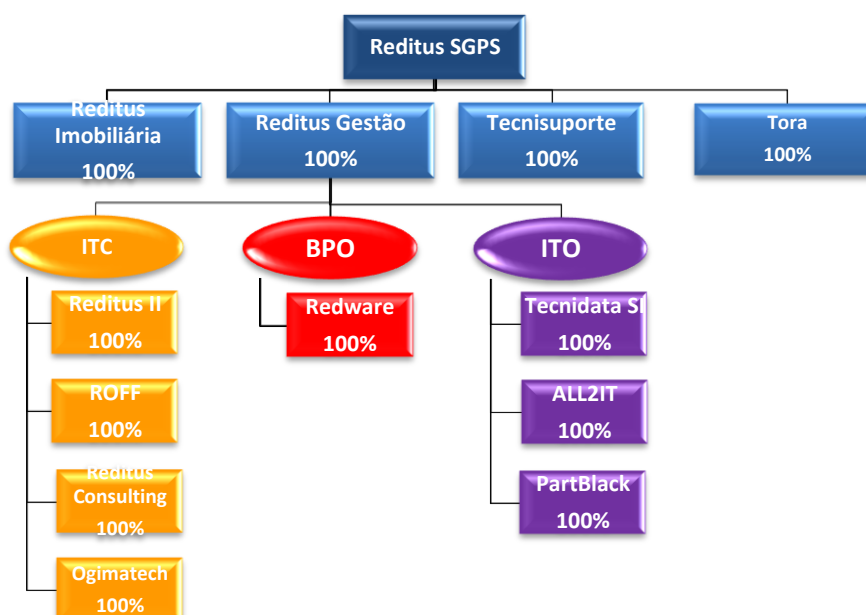
Durante o ano de 2010 foi desenvolvida uma política de crescimento do negócio apoiada em três vectores principais: crescimento orgânico e por aquisição; internacionalização; e sustentabilidade e rentabilidade da operação.

Durante o ano de 2010 foram concretizadas várias aquisições de empresas com uma forte especialização em mercados de nicho, que permitiram o reforço do Grupo Reditus como um dos maiores players nacionais de Tecnologias de Informação, contando com uma oferta alargada e especializada. O exercício de 2010 foi, então, caracterizado pelo processo de integração da Partblack, Tora, Sapi2, Ogimatech e Digisis, que conduziu a uma reorganização interna entre as várias empresas que compõem o Grupo. Esta reorganização, que não foi mais do que o desenvolvimento natural de uma estratégia integrada, permitiu (i) alavancar os níveis de complementaridade que existem entre os vários negócios, (ii) explorar as oportunidades de cross-selling entre as bases de Clientes dos grupos originais; (iii) desenvolver novos produtos e serviços, alargando as competências; (iv) aumentar a eficiência operacional e a contenção de custos; (iv) posicionar melhor o Grupo para a antecipação e reacção às tendências do mercado de TI e para fazer face as novas realidades económicas e (v) reforçar a estratégia do Grupo de crescimento em termos não só orgânicos.

No final de 2010, a Reditus optou por desinvestir na área de Engenharia e Mobilidade, de forma a focar o esforço nas áreas que melhor se enquadram na estratégia de crescimento definida. Desta forma, no final do ano a estrutura do Grupo apresentava três áreas de negócio: IT Consulting; BPO; e IT Outsourcing.

É ainda de realçar a referência da IDC ao Grupo Reditus como o maior fornecedor português de serviços de Outsourcing de TI, para o qual contribuem muito significativamente os 11 Centros de Serviço localizados estrategicamente na região de Lisboa, Porto, Benavente, Covilhã e Castelo Branco.

Organograma



NOTA: A Reditus II opera com as marcas Skills & Solutions e Solutions Factory



A Reditus possuía à data de 31 de Dezembro, 11 Centros de Serviços em Portugal.

Centros de serviço	Postos de Trabalho	Competências
Alfragide I	270	BPO (Front Office e Back Office)
Alfragide II	70	BPO (Front Office e Back Office)
Pedro Nunes	80	BPO (Front Office e Back Office)
Via Roma	250	BPO (Front Office e Back Office)
Parque das Nações	250	BPO (Front Office e Back Office)
Benavente	60	BPO (Gestão de arquivo)
Miraflores	200	ITO, ITC, BC
Castelo Branco	340	BPO (Front Office e Back Office)
Covilhã	20	ITC (Desenvolvimento de Software SAP)
Porto I	65	ITO
Porto II	100	ITC

5.1. Áreas de Negócio

5.1.1. IT Consulting

Esta área é assegurada com os serviços e soluções da ROFF e da Reditus II, esta última através das marcas Skills & Solutions e Solutions Factory. Em 2010, incorporou as actividades de Business Consulting desenvolvidas pela Reditus Consulting e pela Ogimatech.

PRODUTOS E SERVIÇOS

A oferta da ROFF engloba a prestação de serviços de consultoria sobre todas as soluções SAP, em todas as fases de projecto e num conjunto alargado de tipologias de delivery. Destacam-se os serviços de consultoria de negócio associados à implementação de sistemas de informação, consultoria SAP, manutenção aplicacional SAP (SAP application management), fábrica de software (SAP development factory) e formação (ROFF Academy).

Para além da oferta associada à consultoria SAP, a ROFF disponibiliza serviços de marketing digital, criatividade e design da através da marca Jump.

A Reditus II, que endereça soluções através das marcas Solutions Factory e Skills & Solutions, posiciona-se como prestadora de serviços de elevado valor acrescentado e um centro de inovação em tecnologia e gestão de projectos.

A oferta da Solutions Factory é suportada por profissionais com uma vasta experiência em gestão de projectos, manutenção de aplicações, desenvolvimento de software e integração de sistemas, com aplicações práticas em soluções de intranet/extranets, sites corporativos, CRM, business intelligence, workflow e gestão documental, entre outras.

A Skills & Solutions fornece serviços de consultoria especializada em desenvolvimento de software em várias áreas e competências tecnológicas.



A actividade de Business Consulting foi criada no final de 2010 e resulta da aquisição da Digisis (actualmente Reditus Consulting) e da Ogimatech.

A Reditus Consulting aporta capacidade de gestão e uma prática consolidada nas áreas de consultoria de negócio e de TI, nomeadamente nos sectores Financeiro, Público e de Telecomunicações, constituindo-se como um importante elemento na estratégia de desenvolvimento e transformação do Grupo Reditus tendo em vista a implementação de uma organização com forte vocação sectorial, que integre o conhecimento do negócio e dos processos dos seus clientes, com uma oferta de soluções e serviços especializados e diferenciadores.

A Ogimatech oferece serviços de consultoria internacional em áreas como estratégia de negócio, processos e organização, sistemas de informação e tecnologias. Paralelamente oferece também assistência em projectos de cooperação para o desenvolvimento em países subdesenvolvidos, normalmente financiados por entidades internacionais como a União Europeia, Banco Mundial ou Banco Africano de Desenvolvimento. A empresa tem um historial de mais de 20 anos de forte presença em Angola, onde tem sido um importante parceiro de diversas entidades estatais, em especial no sector petrolífero, tendo também uma forte presença em Moçambique.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO PROSSEGUIDA EM 2010

A estratégia de crescimento do Grupo Reditus resultou na aquisição de várias empresas com competências na área de ITC, nomeadamente em soluções SAP, Business Consulting, Web Marketing e Comunicação Digital, o que permitiu o desenvolvimento de mais-valias na oferta das várias áreas de negócio do Grupo.

Em 2010 a ROFF realinou a oferta de serviços de acordo com as expectativas do mercado e os desígnios estratégicos da SAP. A nova imagem da empresa reforçou a notoriedade desse alinhamento.

A melhoria das condições de trabalho dos colaboradores ROFF foi uma das preocupações, com a inauguração de novos escritórios no Porto e em Lisboa, essenciais face ao crescimento acelerado que a empresa registou.

A nível nacional, reforçou a equipa comercial para cumprir os desígnios de crescimento da quota de mercado, alcançados quer pela manutenção das grandes contas e forte investimento na entrada em grandes empresas nacionais, como no crescente foco no segmento PME, onde se encontra o maior potencial de crescimento. A aposta na manutenção aplicacional (SAM) como forte vector de diferenciação face à concorrência foi ganha, com o processo de certificação para prestação de serviços de manutenção directa ao canal VAR a avançar, estando a ROFF posicionada como primeiro parceiro ibérico da SAP a atingir esse estatuto.

A estratégia da ROFF para os mercados internacionais baseou-se na integração de recursos locais de elevado desempenho em equipas do melhor capital humano Português. Esta aposta tem resultado no crescimento sustentado da organização, bem como no forte contributo para a confiança de todos os clientes da empresa no talento nacional.

A manutenção e reforço das grandes contas fora de Portugal e consequente crescimento do peso do negócio internacional no volume de facturação e rentabilidade da ROFF foram resultado directo do investimento na expansão. A procura activa de novos mercados para investimento foi consequente com a perspectiva de novos negócios e abertura de escritórios em novas regiões.

O nearshoring foi um dos principais focos de promoção dos serviços da ROFF fora de portas. A SAP Development Factory, em conjunto com a linha de serviço SAP Application Maintenance para a manutenção local e remota de sistemas SAP, são os principais instrumentos para concretizar a estratégia de internacionalização da ROFF, através do cumprimento de objectivos de produção para o mercado internacional num regime de proximidade geográfica e com qualidade reconhecidamente acrescida.

Durante o ano de 2010 foram, ainda, potenciadas abordagens conjuntas com as áreas de IT Outsourcing e de BPO, reforçando a capacidade multidisciplinar do Grupo Reditus, nomeadamente no desenvolvimento



de sistemas de informação, na implementação e manutenção de tecnologias e no outsourcing de processos de negócio.

Foram igualmente desenvolvidas sinergias com parceiros nas suas principais áreas de aposta como é o caso da QlikView na área de Business Intelligence, da PNM Soft na vertente de Business Process Management e da OutSystems e Microsoft na componente de desenvolvimento aplicacional.

A Skills & Solutions tem sentido a necessidade de oferecer soluções que permitam ir ao encontro das necessidades dos seus clientes ao nível da redução dos custos de desenvolvimento de software, de melhor qualidade e de maior rapidez de desenvolvimento. Para o efeito, apostou nos seguintes vectores estratégicos: reforço do desenvolvimento das competências internas em áreas tecnológicas e de gestão; potenciação e reforço das oportunidades de cross-selling na oferta de serviços a Clientes do grupo; reforço das competências internas com certificações tecnológicas.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2010

A ROFF cresceu a todos os níveis, em número de colaboradores, facturação e rentabilidade. Este crescimento foi sustentado principalmente pelo mercado internacional, com natural destaque para os dois maiores clientes da empresa, a Givaudan (Suíça) e ICA (Noruega), mas também para a TAAG (Angola). Negócios foram selados num conjunto de regiões estratégicas como o Norte de África (onde se destacou o projecto na Metidji), Médio Oriente e América do Sul.

Também no mercado nacional a ROFF reforçou a liderança, conquistando novos clientes de todos os segmentos de mercado, como a Altri, Emparque, RCSI, RPA e SRS Advogados, reforçando grandes contas, tais como Sonaecom, Sumol+Compal, TAP, Mota-Engil, Solvay, RTP e Sonae Distribuição e intensificando fortemente a presença no norte do país com a compra da SAPI2.

Em termos de reconhecimento externo, a ROFF obteve a Certificação de Qualidade - ISO 9001, foi premiada pela SAP como “Maior Parceiro de Negócio” pelo 6º ano consecutivo, foi considerada a 6ª Melhor Empresa para Trabalhar em Portugal (2.ª Melhor Empresa Portuguesa), de acordo com o Estudo elaborado pelo Great Place to Work Institute e os projectos implementados pela ROFF na Union Nationale des Centres Sportifs de Plein Air (UCPA), em França, e na RTP, em Portugal, foram distinguidos nos SAP Quality Awards 2010 como Gold Winner, na categoria PME, e Bronze Winner, na categoria Grandes Empresas, respectivamente.

A Solutions Factory foi distinguida com o “OutSystems Agility Award” com a implementação na Rui Pena, Arnault & Associados.

O primeiro projecto ganho pela Solutions Factory suportado na tecnologia QlikView foi no Parque Escolar e é a resposta ao nosso objectivo de aumentar o valor das nossas soluções e de alargar a implementação de tecnologia de BI de nova geração em Portugal.

A Solutions Factory estabeleceu com a PNM Soft uma parceria para a implementação de soluções tecnológicas de BPM (Business Process Management).

5.1.2. IT Outsourcing

A área de IT Outsourcing é representada pela Tecnidata, pela Partblack (Panda Security) e pela ALL2IT. Esta área de negócio disponibiliza aos seus Clientes competências integradas no perímetro das Infra-estruturas de TI.

PRODUTOS E SERVIÇOS

A Tecnidata disponibiliza aos seus Clientes competências integradas no perímetro das Infra-estruturas de Tecnologias de Informação, nomeadamente serviços especializados de gestão de TI em regime de outsourcing e projectos de infra-estrutura envolvendo a arquitectura, implementação e manutenção de plataformas tecnológicas de suporte à actividade dos nossos Clientes



A empresa fornece em regime de Outsourcing a gestão de parques informáticos e investimentos em activos fixos relacionados com sistemas de informação dos Clientes, garantindo o suporte tecnológico aos utilizadores, bem como a administração de sistemas centrais. Actualmente a totalidade dos contratos de managed services sob gestão suportam mais de 100.000 utilizadores e gerem perto de 3.500 ocorrências/dia.

Adicionalmente, a Tecnidata tem a capacidade de fornecer plataformas tecnológicas numa lógica “as a service”, obviando desta forma a necessidade de investimento dos clientes em infra-estrutura de TI e dando uma resposta eficaz aos objectivos de incremento de flexibilidade e redução de custos operacionais, comuns à generalidade das organizações.

Na componente de projectos, a Tecnidata, detém um vasto leque de competências na implementação de plataformas de virtualização de recursos de computação e armazenamento, plataformas de arquivo e segurança da informação, bem como de infra-estruturas de comunicações de voz e dados e arquitecturas de Disaster Recovery.

A Partblack é o distribuidor exclusivo em Portugal de software de segurança da Panda Security em Portugal e, segundo dados da Dun & Bradstreet, é a maior empresa de segurança a nível nacional. Adicionalmente, no final do ano, obteve também a distribuição da marca para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, países para onde já vendia, numa base oportunista e não recorrente. A Panda Security abrange na sua oferta produtos e soluções simultaneamente no segmento de retalho e corporativo. Neste contexto, os produtos de retalho são distribuídos directamente via grandes superfícies, e pequenas lojas especializadas em produtos de informática, que actuam normalmente no âmbito local. O software é também disponibilizado via Web, através do site corporativo Panda Security, bem como através de acordos de parceria estabelecidos com ISP's. Os produtos corporativos são vendidos através de uma força de vendas directa ou via parceiros integradores, normalmente empresas de TI de dimensão média que actuam regionalmente, tendo competências fortes nas áreas de infra-estrutura e/ou aplicacional.

A ALL2IT actua na área do corporate network & information systems, tendo como objectivo a concepção, implementação, operação, gestão, manutenção e exploração, tanto de redes de telecomunicações, como de redes de info-comunicações, a nível nacional e internacional.

A oferta de serviços da ALL2IT pode ser estratificada em 3 componentes principais: Eficiência; Segurança; Gestão.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO PROSSEGUIDA EM 2010

O ano de 2010 ficou marcado pela consolidação operacional das sociedades incorporadas em 2009 na Tecnidata (Tecnidata BC - Business Consulting, Soluções de Software, SA, NCIT- Serviços e Tecnologias de Informação, SA e InterReditus - Prestação Integrada de Serviços Informáticos, SA.) e pelo desenvolvimento da estratégia de crescimento traçada para esta área de negócio com a incorporação da Partblack (Panda Security).

Em 2010 a Tecnidata consolidou a sua posição de parceiro tecnológico junto de um conjunto alargado de Clientes, que compreende as principais empresas nacionais dos sectores da Banca e Seguros, Telecomunicações, Industria e Serviços, bem como os principais organismos da Administração Pública.

De igual forma, a Tecnidata aprofundou as competências internas em tecnologia de virtualização, o que lhe permitiu ser seleccionada por várias empresas de referência do mercado para garantir a transição da sua infra-estrutura de TI, baseada em arquitecturas tradicionais, para ambientes virtualizados.

Ao nível da capacidade de cobertura de mercado, seguiu-se uma estratégia de aumento da proximidade na relação com os Clientes. As valências técnicas do escritório do Porto foram aumentadas e as equipas técnicas e comerciais reforçadas, o que se traduziu na conquista de um número significativo de novos clientes nos mais diversos sectores de actividade.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Durante o ano de 2010, a Tecnidata consolidou o seu portfólio, reforçando as competências dos seus engenheiros e demais colaboradores nas principais tecnologias que constituem o primado das infra-estruturas de TI, bem como incorporando novas ofertas nos serviços de outsourcing. A Tecnidata renovou os estatutos que detinha com os seus principais parceiros, nas mais elevadas categorias consideradas por estes. No final de 2010, a Tecnidata detinha um impressionante número superior a 600 certificações que se distribuem da seguinte forma: 290 certificações HP, 215 nas tecnologias Microsoft, 80 em Tecnologias Symantec e 12 em Tecnologia VMware. Adicionalmente, continuou a aposta de formação no framework ITIL, tendo presentemente mais de 30 colaboradores certificados na mais recente versão da norma (V3).

Principais Certificações	
HP	Preferred Gold Partner
Microsoft	Gold Certified Partner
Symantec	Platinum Partner
EMC ²	Velocity Partner
IBM	Advanced Business Partner
VMware	Enterprise Partner

Na componente de Outsourcing, a Tecnidata lançou uma gama de serviços denominada IT Outsourcing by Tecnidata com o objectivo de acrescentar valor à sua oferta e explorar uma tendência do mercado na adopção de uma nova política de contratação de serviços e soluções de TI.

Ainda no âmbito da oferta de Serviços de IT Outsourcing, a Tecnidata fechou um acordo de cooperação com a Nanium, no sentido de se potenciar a utilização das suas instalações para prestação de serviços de Hosting e Housing. Com esta parceria pretende-se, igualmente, explorar oportunidades nas áreas de Disaster Recovery e Business Continuity.

Em 2010 a Tecnidata obteve uma taxa de renovação de contratos de outsourcing muito perto dos 100%, facto que foi demonstrativo da qualidade do serviço prestado e do índice de satisfação dos seus Clientes.

Para além da manutenção de um conjunto de certificações relevantes junto dos principais construtores de Tecnologia do mercado, é de destacar a atribuição de um conjunto de distinções que diferenciam a Tecnidata e a colocam no topo dos parceiros tecnológicos, nomeadamente: HP – Best Certified Partner; HP – Best PRI Country Overall; e Microsoft 2010 Country Partner of the year.

Em relação à Panda Security, no princípio de 2010 iniciou-se o processo de consolidação da sua integração na oferta do Grupo. Esta alteração veio trazer dimensão e robustez que sustentarão a estratégia de crescimento futuro desta área de negócio. Por outro lado, a operação permitiu a integração de algumas funções a montante, nomeadamente no departamento financeiro e logístico. Permitiu também explorar algumas sinergias a nível comercial, não apenas em Portugal mas principalmente em Angola, onde o Grupo Reditus possuía já recursos locais.

No decurso da nova estratégia adoptada foram reforçados recursos na área comercial e renovados alguns recursos na área técnica. As medidas adoptadas traduziram-se num crescimento de cerca de 11%. Além disso, aproveitando a normal rotação de pessoal, ajustou-se o “headcount” na área de Gestão, Técnico e Marketing, com poupanças significativas nos custos da empresa, nomeadamente na margem operacional.

No que diz respeito à actividade da Panda Security, a análise dos principais acontecimentos pode ser feita em três dimensões:

Mercado de consumo - O ano de 2010 foi marcado por uma inversão da tendência de quebra de quota de mercado no segmento de consumo. A conjugação do lançamento de novas versões e a orientação para promoções de alto valor acrescentado, tiveram como consequência a recuperação do valor de vendas e respectiva QM. Adicionalmente, fruto de alteração da estratégia comercial, aumento da força comercial e mudança do distribuidor de retalho (da DLI para a CPCDI), fizeram-se enormes progressos no alargamento da distribuição nacional com um aumento significativo dos pontos de venda angariados. Este esforço teve com consequência o crescimento de 15% no volume de negócios neste segmento.



Mercado corporate - O mercado corporate continua a ser o maior segmento da empresa e aquele onde a Partblack aposta mais no crescimento. A partir do segundo semestre de 2010, foi dada maior ênfase à angariação de novo negócio, bem como à criação de políticas de fidelização dos Clientes actuais. Este caminho sustentará o crescimento nos próximos anos, via uma estratégia de “upsell” e “cross-selling” com o objectivo de aumentar o valor de cada Cliente.

Mercado africano - Fruto dos baixos crescimentos apresentados pelo mercado de TI nacional, a Partblack focou o seu crescimento no mercado Africano de Língua Portuguesa, nomeadamente em Angola. Este representa uma oportunidade enorme pelo seu estágio de desenvolvimento, onde os produtos da Panda Security parecem ser a melhor relação preço / qualidade para os Clientes locais, mesmo para aqueles de maior dimensão. Para isso foram estabelecidas parcerias com distribuidores locais e, como referido atrás, aproveitadas as sinergias comerciais, técnicas e logísticas da integração no Grupo Reditus. Assim sendo, pela primeira vez o Grupo conquistou vários Clientes novos e África representou já mais de 10% do volume de negócios.

5.1.3. Business Process Outsourcing

O BPO é representado pela Redware, líder de mercado na área de operações de Back-Office e Front-Office em regime de Outsourcing (Business Process Outsourcing) em Portugal.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Com metodologias próprias, tecnologias associadas e recursos especializados, a Redware apresenta as melhores soluções de Outsourcing na área de tratamento de dados. As actividades do BPO incluem serviços de: (i) operação e gestão de cobranças; (ii) tratamento de documentos (digitalização e indexação); (iii) gestão de arquivos; (iv) gestão de correspondência; e (v) serviços de back-office.

A oferta da Redware caracteriza-se de forma lata pela prestação de serviços integrados de suporte ao negócio das empresas e instituições, em regime de outsourcing.

No seu portfólio incluem-se as actividades não “core” das empresas, que de uma forma geral contribuem para uma melhor rentabilidade e performance, regularmente denominados por serviços de back-office e serviços de front-office:

	Front Office	Back-Office
Sector Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de crédito Atendimento a Clientes Telemarketing e Marketing Relacional Apoio à Banca electrónica 	<ul style="list-style-type: none"> Processos de suporte a redes Tratamento de cartões de débito e crédito Contratação e pós-contratação de crédito hipotecário Leasing automóvel, mobiliário e imobiliário Processos de recuperação de crédito
Sector Telecom	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Contas Atendimento a Clientes Apoio Técnico e Comercial Administração de Serviços 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de processos de telefonia móvel Gestão de processos de telefonia fixa Gestão de processos de comunicação de dados Gestão de processos de difusão de imagem e TV digital
Sector Comércio e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> Suporte a redes internas e externas Atendimento a Clientes Qualificação de Serviços Serviços pós-venda 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de cobranças Tratamento de documentação Gestão de arquivos Registo e distribuição de correspondência Processos de apoio ao negócio
Sector Segurador	<ul style="list-style-type: none"> Suporte a redes comerciais Gestão de Clientes Recuperação de dívidas Venda de produtos e serviços 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de processos de sinistros automóvel Gestão de processos de sinistros de trabalho Gestão de apólices dos ramos vida e não vida Gestão de apólices multi-riscos

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO PROSEGUIDA EM 2010

O principal driver da estratégia comercial da Redware em 2010 teve como objectivo, para além da manutenção das contas existentes, a consolidação das operativas mais recentes e o crescimento através de novos Clientes e novos mercados. Os mercados exteriores foram também alvo de uma abordagem e de uma estratégia especial, tendo-se aberto diversas oportunidades, algumas já convertidas em novos contratos e outras a explorar futuramente.

Paralelamente a este esforço comercial, prosseguiu a constante busca de eficiência nas diversas operativas. Para tal, contribuíram grandemente alguns upgrades tecnológicos e reestruturações operacionais efectuadas. A aplicação de controlo e gestão das operativas da Redware (GO), é um bom exemplo de um importante upgrade tecnológico, tendo sido implementada durante este ano a versão 2.0 (denominado GO2) que inclui novos importantes módulos de gestão e novas funcionalidades de reporting, permitindo assim a sustentabilidade do crescimento das operações sem que para tal, tenha sido necessário crescer de forma proporcional com as estruturas de gestão.



O upgrade tecnológico veio também facultar aos seus Clientes uma ainda maior confiança nas operações através de uma ainda melhor e mais transparente informação sobre os níveis de produção, produtividade e controlo dos níveis de serviço. Esta evolução tecnológica teve um reflexo directo na cadeia de valor das operativas da Redware e permitiu que a Redware consolidasse a sua oferta na área do Business Transformation Outsourcing (BTO) como parte da evolução natural dos serviços prestados ao nível do Business Process Outsourcing (BPO)

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE EM 2010

Durante o ano de 2010 concretizaram-se diversos novos contratos de grande relevância para a Redware e que confirmam a sua posição de liderança no mercado do outsourcing de serviços de suporte ao negócio em Portugal.

Com especial incidência no sector financeiro e segurador, sectores onde a Redware sempre deteve uma posição de destaque, os novos contratos firmados incidiram também de forma relevante sobre os sectores das telecomunicações, do comércio e serviços, das *utilities* e da Administração Pública.

Tendo feito uma forte aposta comercial no desenvolvimento das actividades de front-office, a Redware viu esse seu esforço recompensado com a assinatura de mais três importantes contratos de cariz plurianual que reforçam a projecção da empresa no mercado nacional e internacional, cimentando uma ainda maior relevância no perímetro Ibérico.

Ao nível da renovação dos contratos existentes e dos novos contratos firmados, a característica plurianual foi uma das prioridades, trazendo assim a necessária estabilidade para as operações, mas também reflectindo uma maior confiança por parte dos Clientes.

6. QUALIDADE E SATISFAÇÃO DE CLIENTES

Qualidade é um dos main drivers das empresas Reditus, não só porque a criticidade dos serviços que presta assim o exige, mas também porque a agressividade competitiva do sector impõe níveis elevados de excelência às Organizações prestadoras de serviços. O esforço diário colocado pelas empresas do Grupo na busca da excelência, nos produtos e serviços colocados à disposição dos Clientes, reflecte-se em algumas situações concretas das quais são exemplos:

O início do processo de certificação da Qualidade das várias empresas do Grupo Reditus, de forma a garantir uma uniformização dos processos inter e intra empresas. Com este projecto a Reditus pretende dotar todas as suas unidades de negócios com processos adequados e uniformizados de modo a garantir maiores níveis de performance, bem como práticas transparentes e sistematizadas. Desta forma a Reditus irá estender às restantes empresas do Grupo, uma certificação já detida pelas empresas ROFF e Reditus Consulting;

Em complemento a certificação DGERT da ROFF como entidade formadora assegura processos de transferência de conhecimentos e formação dos nossos Clientes, devidamente enquadrados dentro das práticas mais adequadas do mercado;

A Reditus Business School, entidade igualmente certificada pela DGERT, desenvolve percursos formativos destinados aos profissionais do Grupo Reditus, cujos conteúdos permitem dotar os destinatários com o mesmo conhecimento e talento para cada um das funções. A sua actividade serve como indicador de desenvolvimento de carreira e tem como objectivos estratégicos a estimulação do fluxo do capital intelectual e a rápida difusão do conhecimento, a responsabilização conjunta entre colaborador/organização e a retenção de talentos;

A prossecução dos níveis mais elevados das parcerias definidas pelos nossos parceiros de negócio na área de infra-estruturas de TI, são garante de formação e qualificação técnica dos nossos quadros. Este posicionamento reflectiu-se em 2010 na obtenção de certificações em tecnologias dos principais parceiros tecnológicos. No final de 2010, a Tecnidata detém um impressionante número superior a 600 certificações nas tecnologias e plataformas dos principais fabricantes, bem como em framework ITIL. Esta realidade contribuiu muito seguramente para o índice de cumprimento dos SLA's pela Tecnidata, numa percentagem de 95%

O inquérito de satisfação anual da ROFF, referente à sua prestação de serviços no ano de 2010 revelou um altíssimo grau de qualidade dos seus serviços com média de 4 valores, numa escala de 1 a 5.

Na área de BPO todas as operações da Redware estão sujeitas a acordos de níveis de serviço (Service Level Agreement) indexados não só a factores quantitativos e de produção mas de igual forma a factores qualitativos. No que respeita aos índices de qualidade, onde todas as operações são alvo de um apertado controlo, durante o ano de 2010 a Redware registou índices de 98,3% na globalidade. Na totalidade do universo das operativas da Redware, foram registados durante este ano mais de 6.500.000 processos que representaram aproximadamente 3.500.000 processos concluídos em back-office e quase outro tanto em operações de front-office.

No final de 2009 a Redware lançou um inquérito a todos os seus Clientes para aferir o grau de satisfação quanto aos serviços prestados. Os Clientes da Redware classificaram os seus serviços com 8,7 pontos em 10 possíveis.

7. REDITUS NA IMPRENSA

O Grupo Reditus reforçou a sua política de comunicação em 2010 através de uma uniformização da imagem das diversas participadas e de uma estratégia de proximidade com os seus diversos stakeholders. O trabalho realizado pelas várias empresas permitiu captar o interesse dos diversos meios de comunicação social para divulgação das diversas iniciativas promovidas, tanto a nível institucional e financeiro como de produtos e serviços, ajudando a aumentar o reconhecimento e notoriedade da marca Reditus e das suas diversas unidades, com destaque para a Tecnidata, Redware, Roff e Panda Security.

A prossecução de uma comunicação regular e proactiva junto dos media conduziu à comunicação de importantes contratos celebrados e dos indicadores operacionais e financeiros, bem como de soluções e ofertas inovadoras desenvolvidas pelas várias unidades.

A liderança do movimento de consolidação no sector das tecnologias de informação em Portugal foi um dos temas que suscitou maior interesse, com as diversas aquisições realizadas a criar um factor distintivo no sector. Em 2010 foram comunicadas as aquisições da SAPI2 CI, Ogimatech Portugal, Digisis Consultores e Tora, bem como divulgada a estratégia de desenvolvimento do Grupo que concilia crescimento orgânico com aquisições.

O reforço da estrutura accionista da Reditus voltou a captar a atenção, sendo de destacar o incremento de posições por diversos accionistas de referência ao longo do ano, bem como a realização do aumento de capital e o desempenho das acções na NYSE Euronext Lisbon.

A internacionalização do Grupo e das suas participadas mereceu uma cobertura assinalável em 2010, com destaque para a expansão das actividades para novos mercados e o reforço em mercados internacionais onde o Grupo já opera. Foi reafirmado a vontade de reforçar o peso da componente internacional no volume de negócios e demonstrado com exemplos práticos alguns casos de sucesso das competências do Grupo.

Uma das áreas onde mais progressos se verificaram em 2010 foi na comunicação do reforço de competências operacionais do Grupo. Entre as diversas iniciativas realizados estão o lançamento de uma oferta distintiva de IT Outsourcing, de novas soluções baseadas em SAP e Microsoft, de tecnologias de monitorização da Wey, da parceria estratégica com a PNM Soft, entre outras. O Grupo também comunicou alguns dos acordos celebrados com os seus Clientes, como foi o caso da Vodafone, da Caixa Geral de Aposentações e da Altri (Celbi), e continuou a ver reconhecida a sua diáspora geográfica pelo País, como os bons exemplos de centros de serviços como o de Castelo Branco e a abertura de escritório da Roff no Porto.

Em 2010 o Grupo recebeu diversos prémios, distinções e reconhecimentos, fruto do seu bom desempenho operacional, da sua qualidade de desempenho e do forte know how das suas equipas. Microsoft, SAP, HP e OutSystems colocaram a Reditus e as suas participadas entre os melhores parceiros. Também a Reditus Business School viu reforçadas as suas valências com a extensão da sua certificação, sendo também de destacar o seu trabalho na realização de workshops que fazem do Grupo uma referência na partilha de conhecimento e dinamização da inovação no sector em Portugal. Nesta linha a Reditus também viu salientada a sua participação na Portugal Outsourcing, Associação que procura promover o sector do outsourcing de tecnologias de informação e processos em Portugal e no estrangeiro.

O Grupo e as suas participadas continuaram a envolver-se em iniciativas de responsabilidade social e de mecenato, apoiando projectos de relevo na sociedade, e procuraram contribuir também para a emergência de novos talentos nas diversas áreas da sociedade. Das iniciativas realizadas, há a destacar os apoios concedidos na área social e ao desporto automóvel e náutico, onde se destacaram o velejador Francisco Lobato, que contou com um forte apoio da Roff no novo desafio.

Mais uma vez a cobertura editorial das diversas iniciativas desenvolvidas pelo Grupo permitiu incrementar a notoriedade da marca Reditus, que é uma referência no sector das Tecnologias de Informação em Portugal, bem como das suas participadas. Os mais de 1.450 artigos publicados ao longo do ano, com destaque para os meios económicos e generalistas e para os meios sectoriais e especializados, demonstram a solidez e reconhecimento da política de comunicação do Grupo.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

Ao longo dos seus 44 anos de existência a Reditus tem mantido de uma forma directa ou indirecta, através das suas participadas, uma atitude atenta à sociedade em que está inserida, materializada em acções de sustentabilidade e de responsabilidade para com os seus diversos stakeholders.

O seu objectivo é de contribuir para a criação e divulgação do conhecimento e para o desenvolvimento de factores que permitam a sua disseminação nas áreas ligadas às TIC, à gestão e aos Recursos Humanos na óptica da valorização das competências individuais ao serviço da economia e da sociedade em que os indivíduos se encontram inseridos.

Até hoje patrocinado pelas várias Administrações, que têm presidido aos destinos do Grupo, estes programas e acções têm sempre envolvido um leque grande de colaboradores internos disponíveis para as pôr em prática. É nossa intenção criar condições para um ainda maior dinamismo desta atitude de responsabilidade perante a sociedade, sempre em consonância com os objectivos do Grupo e envolvendo e motivando para tal mais colaboradores, sendo ainda de reflectir sobre a criação de Programas e de um conjunto de iniciativas de solidariedade em regime de voluntariado.

Estas acções e programas são parte integrante da maneira de estar e pensar do Grupo e reflectem o seu interesse em contribuir para o desenvolvimento das competências do indivíduo/cidadão enquanto parte activa na vida social e económica do meio em que está inserido, procurando ainda valorizar o conhecimento como forma de contribuir para uma diferenciação positiva da competitividade.

Assim implementaram-se nos últimos anos várias acções e programas que visam uma intervenção ao nível social, ambiental, recursos humanos e da economia, a saber:

SOCIAL - Na rubrica da responsabilidade social dividimos os nossos projectos no apoio ao Ensino, Causas Sociais, Cultura e Desporto:

- Criação, na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de duas salas dotadas de equipamentos informáticos actualizados, que permitem aos alunos desenvolver os seus trabalhos e pesquisas no âmbito dos cursos em que estão inseridos;
- Criação de um prémio para o melhor aluno de Finanças da Faculdade de Economia da Universidade Nova e reconhecimento dos melhores alunos da Universidade Lusíada com atribuição de um prémio monetário;
- Patrocínio do 1º estudo histórico sobre o sector das tecnologias da informação em Portugal nos últimos 40 anos e da ligação deste fenómeno ao desenvolvimento empresarial, económico e social do País.
- Apoio a causas sociais, como as doações de equipamento informático à Casa de Protecção e Amparo de Santo António e à Paróquia de Alfragide com o objectivo de combater a infoexclusão e fomentar o uso da tecnologia por camadas mais desfavorecidas da população;
- A colaboração com a Associação Humanidades, através de uma parceria orientada à intervenção nos sectores sociais – saúde, educação e inclusão;
- A parceria com o Ginásio Ópera, celebrada em 2005, com o objectivo de promover a cultura através de mecenato;
- O patrocínio a Francisco Lobato, permitiu-nos apoiar um jovem campeão no início de uma carreira desportiva que se antevê de grande projecção internacional.

RECURSOS HUMANOS - Na vertente de Público Interno, as iniciativas incluem:

- Relação próxima, estreita e duradoura com cada colaborador, a diversidade e igualdade de oportunidades, o desenvolvimento profissional, pessoal, formação e educação, a transparência no desempenho e avaliação, a política de reconhecimento e recompensas, a promoção da saúde,



da segurança e do bem-estar, o Incentivo à prática desportiva, o apoio à maternidade/paternidade, e a relação estreita com chefias e administração;

- Estabelecimento da Reditus Business School onde os nossos colaboradores podem obter um conjunto de formações e certificações válidas para a sua valorização e progressão profissional e pessoal dentro e fora das empresas do Grupo.

AMBIENTAL

Na dimensão de intervenção ambiental, estão em curso vários projectos:

- Motivação dos colaboradores para práticas ecológicas;
- A promoção da redução do consumo de papel;
- O uso eficaz de água e energia, a reciclagem de diversos materiais;
- Campanha Licença para Plantar uma árvore por cada licença de software vendida;
- Aderimos também ao princípio da sustentabilidade das nossas actividades empresariais e do seu impacto na Sociedade, estando em curso acções que visam reduzir a nossa pegada de CO2 por via de uma melhor gestão energética dos nossos edifícios e instalações.

ECONOMIA

No seu relacionamento com o Mercado, as políticas passam por uma Relação de proximidade, confiança e transparência com os Clientes, por uma política de comunicação socialmente responsável, pela promoção de serviços diversificados e de alta qualidade, adequados às necessidades dos Clientes e por critérios rigorosos de selecção de parceiros, mas também por acções como:

- Criação de centros de desenvolvimento de projectos e de postos de trabalho em regiões do País onde a oferta de emprego seja menos intensa no sector dos serviços de base tecnológica, em parceria com as entidades competentes dessas regiões, contribuindo assim para a valorização das mesmas e para a fixação das populações e ainda promovendo a formação e valorização de quadros;
- A promoção de zonas pouco desenvolvidas social e economicamente, a doação de material de escritório, livros e material informático para Angola;
- Participação, como membros fundadores, na Associação Portugal Outsourcing, que visa não só a promoção do sector a nível nacional, como e principalmente, a nível internacional a divulgação do nosso País como destino de investimento e criação de emprego sustentável neste sector de actividade;
- Adopção de práticas não predatórias nos negócios e ainda pelo respeito dos valores morais e sociais na relação com todos os stakeholders como sejam Clientes, Colaboradores, Entidades Oficiais, Entidades Sociais e outras com quem temos relações decorrentes da nossa actividade empresarial.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO

Em 2010, a estratégia de crescimento da Reditus alterou o perímetro de consolidação com a aquisição da Tora, Digisis, Ogimatech, Sapi2 e Panda Security, pelo que a informação financeira de 2010 não é directamente comparável com a do período homólogo.

Em Dezembro de 2010, a Reditus classificou como activos disponíveis para venda a totalidade das participações nas sociedades Caléo, BCCM e JM Consultores, as quais representavam a área de Sistemas de Engenharia e Mobilidade, pelo que os resultados operacionais apresentados não consideram esse negócio.

RÉDITOS OPERACIONAIS

Em 2010, os Réditos Operacionais Consolidados ascenderam a 118,6 milhões de euros, valor que corresponde a um crescimento de 19,0% face ao mesmo período do ano anterior.

O Volume de Negócios Consolidado aumentou 18,5% em relação ao ano anterior para 115,6 milhões de euros, impulsionado pelo forte crescimento da área de IT Consulting.

As Vendas Internacionais representaram 37% do Volume de Negócios em 2010, valor que compara com 32% no período homólogo.



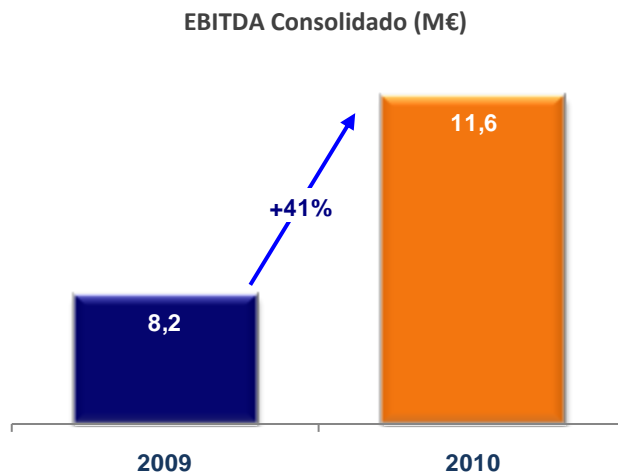
GASTOS OPERACIONAIS

Os Gastos Operacionais Consolidados líquidos de amortizações, provisões e ajustamentos totalizaram 107 milhões de euros em 2010, o que representa um aumento de 17%, em termos homólogos, e corresponde a 90% dos Proveitos Totais em comparação com 92% em 2009.



RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS AMORTIZAÇÕES

O EBITDA Consolidado atingiu 11,6 milhões de euros em 2010, um acréscimo de 41,1% face aos 8,2 milhões de euros registados em 2009. A margem EBITDA cifrou-se em 9,8%, acima da margem de 8,2% atingida em 2009. O forte crescimento do EBITDA do Grupo resultou especialmente do excelente desempenho da área de ITC.



DO EBITDA AO RESULTADO LÍQUIDO

As Depreciações, Amortizações, Provisões e Ajustamentos atingiram 5,1 milhões de euros em 2010, o que reflecte um acréscimo de 66% face ao ano anterior, essencialmente explicado pelo aumento das amortizações dos activos intangíveis em virtude das recentes aquisições.

O Resultado Operacional (EBIT) registou uma subida de 26,2% para 6,5 milhões de euros. A margem operacional cifrou-se em 5,5%, valor que compara com 5,2% atingidos em 2009.

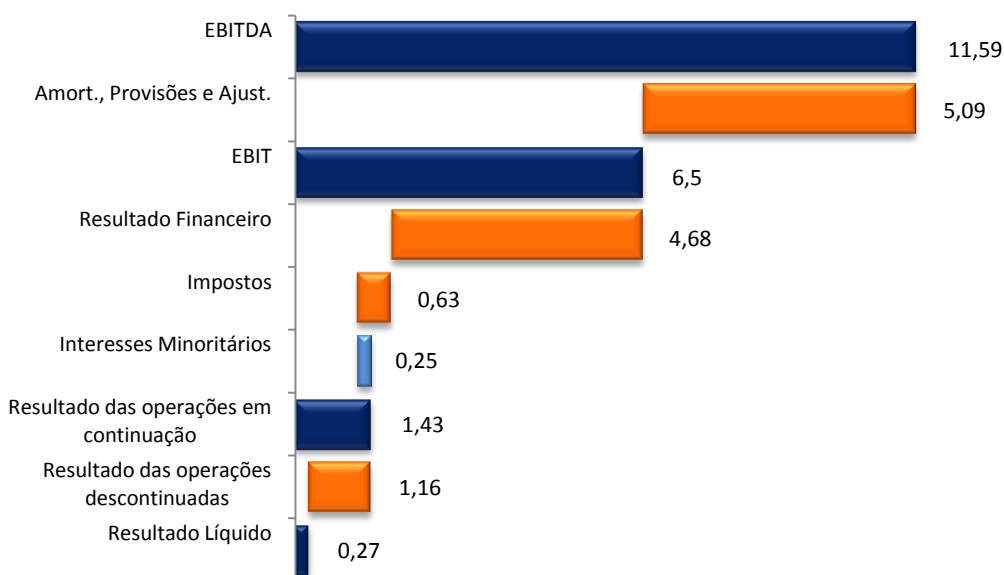
Os Resultados Financeiros atingiram um valor líquido negativo 4,7 milhões de euros, um aumento de 37,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este acréscimo é essencialmente explicado pelo aumento da dívida bruta média decorrente das aquisições realizadas em 2010 e pelo aumento da taxa de juro efectiva, reflexo das condições dos mercados financeiros.

A Provisão para Imposto sobre o Rendimento foi de 0,6 milhões de euros em 2010, valor que compara com uma provisão de 1,8 milhões de euros em 2009. Esta variação positiva deve-se essencialmente a um benefício fiscal de aproximadamente 1,0 milhões de euros o âmbito do SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

Os Resultados de Operações em Continuação em 2010 ascenderam a 1,4 milhões de euros, valor que compara com resultados negativos de 26 mil de euros em 2009.

Os Resultados Líquidos Consolidados, depois de interesses minoritários e dos resultados das operações descontinuadas são, neste período, de 269 mil euros, representando um acréscimo de 553 mil euros face aos resultados negativos de 285 mil euros apurados em 2009.

Do EBITDA ao Resultado Líquido 2010 (M€)



BALANÇO E INVESTIMENTO

Principais Rubricas do Balanço

€ Milhões

	2010	2009	Var. %
Activo Total	191,9	140,0	37,1%
Activos Não Correntes	115,4	81,7	41,3%
Activos Correntes	76,5	58,3	31,3%
Capital Próprio	29,2	20,4	43,1%
Passivo Total	162,7	119,5	36,1%
Passivos Não Correntes	47,9	31,7	51,2%
Passivos Correntes	114,8	87,9	30,7%

No final de Dezembro de 2010, a dívida bancária líquida (inclui Empréstimos, Passivos por Locação Financeira, deduzido da Caixa e Equivalentes) ascendeu a 84,1 milhões de euros. O aumento da dívida face ao ano de 2009 deve-se essencialmente às recentes aquisições: Tora, Digisis, Ogimatech, Sapi2 e Partblack.

O segmento Engenharia e Mobilidade constituído pelas empresas BCCM, JM Consultores e Caléo foi reclassificado para activos não correntes detidos para venda. A Reditus tem em curso um plano para venda das empresas e já foram efectuados contactos com potenciais compradores.

O valor do Investimento Consolidado em Activo Tangível ascendeu, em 2010, a 2,3 milhões de euros e corresponde ao investimento com a aquisição de soluções de software, equipamento informático, equipamento de diverso e mobiliário.

Os passivos por locação financeira incluem 7,6 milhões de euros de leasing imobiliário.

10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA POR ÁREA DE NEGÓCIO

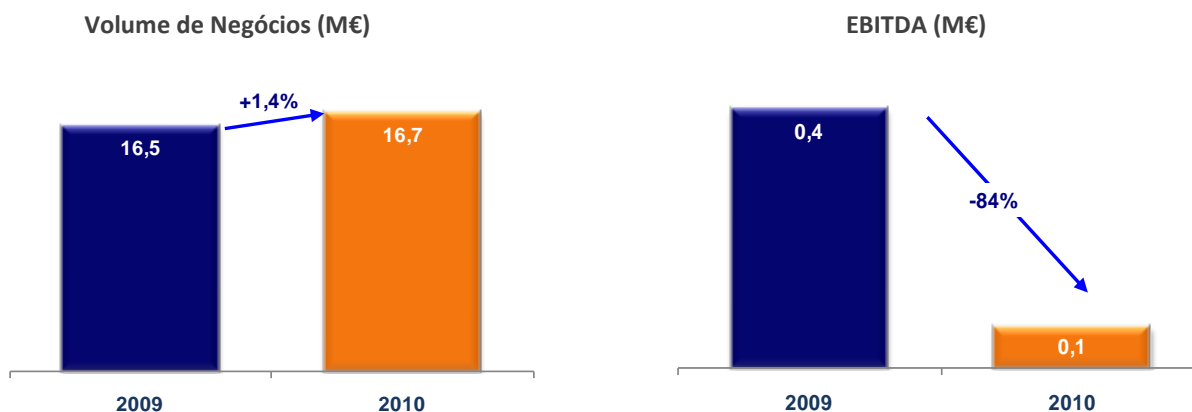
Business Process Outsourcing (BPO)

O BPO contribuiu com cerca de 14% para o Volume de Negócios total da Reditus e 1% do EBITDA total gerado em 2010.

Esta área de negócio atingiu um Volume de Negócios de 16,7 milhões de euros, o que significa um crescimento de 1,4% face ao valor registado no período homólogo.

Durante o ano de 2010 foram assinados três importantes contratos de cariz plurianual que reforçam a projecção da empresa no mercado nacional e internacional, tendo este último uma maior relevância no perímetro ibérico.

O EBITDA e a margem EBITDA atingiram 64 mil euros e 0,4% respectivamente, o que representa um decréscimo face ao ano anterior devido às alterações de mercado, que levaram a uma diminuição do volume de transacções nas operativas de crédito dos Clientes do sector bancário, compensados, no entanto, com novos negócios que se encontram, ainda, numa fase inicial.



IT Outsourcing

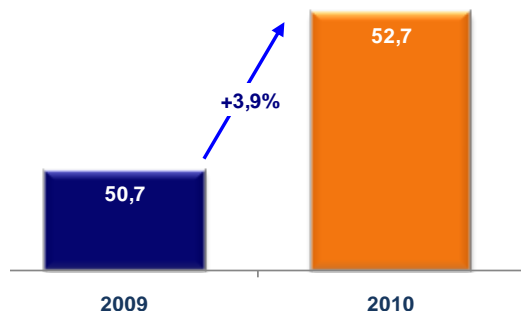
O IT Outsourcing representou 44% do Volume de Negócios e 41% do EBITDA total do Grupo Reditus.

Nesta unidade de negócio destaca-se o reforço significativo de competências e especialização em tecnologia Microsoft e HP, reconhecido com a atribuição do prémio “Country Partner of the Year 2010” e “Best Performing Partner”, respectivamente, e a racionalização e reestruturação que implicou a fusão por incorporação das sociedades que prestam serviços e fornecem soluções nesta área, permitindo a redução de gastos e o aumento da eficiência operacional.

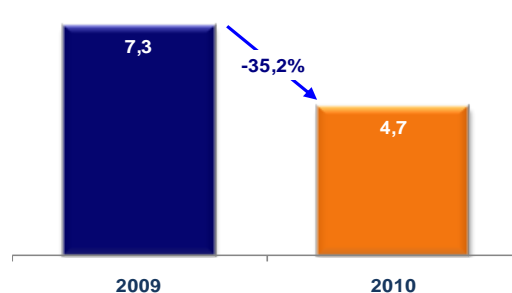
O Volume de Negócios foi de 52,7 milhões de euros, o que compara com 50,7 milhões de euros no ano anterior. O EBITDA atingiu 4,7 milhões de euros em 2010, um decréscimo, em termos homólogos, de 35,3%. Este decréscimo ficou a dever-se ao atraso no desenvolvimento de projectos em Angola, que em 2009 foram muito expressivos, não se tendo verificado o mesmo comportamento em 2010.



Volume de Negócios (M€)



EBITDA (M€)



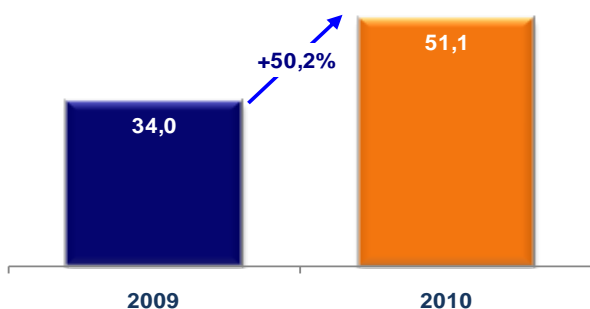
IT Consulting

O IT Consulting representou 42% do Volume de Negócio e 59% do EBITDA total do Grupo Reditus

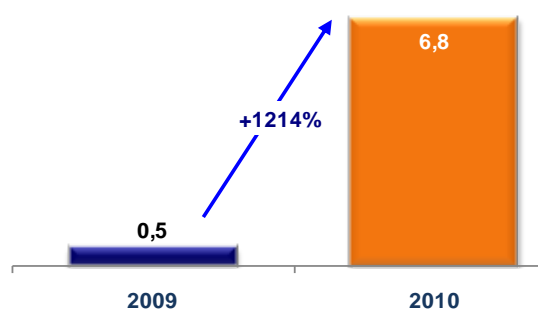
Esta unidade de negócio apresentou um excelente desempenho operacional reflectindo, não apenas a integração das empresas recentemente adquiridas mas também o forte crescimento do mercado internacional que contribui com 41% da facturação total.

O Volume de Negócios atingiu 51,1 milhões de euros, valor que compara com 34,0 milhões de euros no ano de 2009. O EBITDA foi de 6,8 milhões de euros, equivalente a uma margem de 11,9%.

Volume de Negócios (M€)



EBITDA (M€)

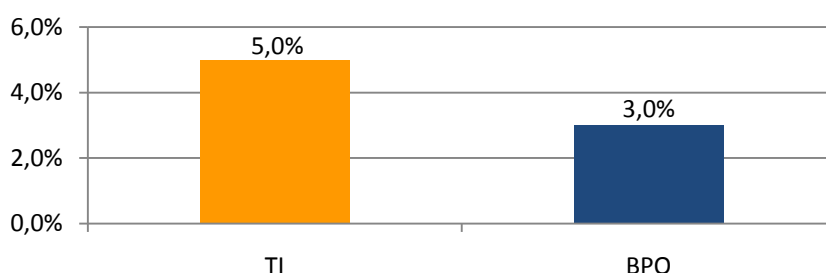


11. PERSPECTIVAS PARA 2011

Perspectivas de evolução do Mercado

Para 2011 espera-se que o investimento global no sector das TI possa crescer cerca de 5% para 3,8 mil Milhões de Euros, perante a absoluta necessidade de obter mais recursos para garantir a conformidade e a segurança de informação e processos de negócio cada vez mais “webizados”, e de utilizadores cada vez mais ligados e interligados, segundo Gabriel Coimbra, consultor da IDC. Sectorialmente, as previsões para 2011 apontam para um crescimento semelhante.

Comportamento esperado dos mercados de TI e BPO em 2011
Fontes IDC e APDSI



Numa perspectiva tecnológica e de uma forma global, a IDC prevê que o principal driver de evolução das tecnologias será a integração entre a “nuvem”, os dispositivos móveis, as redes sociais e o armazenamento / análise das grandes quantidades de dados. Em termos de segurança, a proliferação da hiper-conectividade com todo o tipo de dispositivos, trará decerto novas ameaças e desafios.

De entre as várias tendências referidas pela IDC, pode-se destacar:

- **O mercado de "cloud computing"** irá ser caracterizado pela oposição entre "nuvens" públicas e privadas, e pelo impacto nos "data centers", nos fornecedores de serviços e na disponibilização de software empresarial. 80% das novas soluções de software serão disponibilizadas na "nuvem", com 1/3 das compras de soluções a ter lugar através da nuvem em 2014;
- **A explosão da mobilidade** está em curso com a produção de enormes volumes de terminais, novos formatos e novas aplicações. 330 Milhões de smartphones e 42 milhões de tablets serão vendidos em todo o mundo em 2011;
- **As redes de banda larga** irão confrontar-se com a entrada no mercado das redes móveis de banda larga (quarta geração). Metade dos 2,1 mil milhões de pessoas que se ligam regularmente à Internet fá-lo-ão usando terminais não-PC;
- **O universo da informação digital** crescerá quase 50% - chegando aos 1,8 biliões de gigabytes impulsionando a procura de infra-estruturas adequadas para a sua disponibilização, bem como a procura de soluções analíticas adequadas para enormes volumes de dados em tempo real. A despesa em infra-estrutura para serviços na "nuvem" constituirá 12% da despesa em infra-estrutura de TI, chegando aos 20% em 2014;
- **"Sectores económicos inteligentes"** irão colocar a mobilidade e as redes sociais ao serviço de oportunidades emergentes, como por exemplo, compras de lazer e férias nos móveis, pagamentos móveis e uma nova geração de cuidados de saúde;
- **Os sectores das tecnologias e dos média** irão posicionar-se para consumidores prontos para soluções de convergência entre Internet e televisão, com serviços virtuais de media e



entretenimento e o crescimento de novas formas de publicidade, nomeadamente nos telemóveis. Quase metade das televisões grande ecrã vendidas nos Estados Unidos tem capacidades de ligação a rede, enquanto a publicidade nos móveis crescerá 120% neste mercado, atingindo os 2 mil milhões de dólares.

No que respeita ao sector do BPO, um recente estudo da APDSI aponta para uma taxa média de crescimento de 3% até 2013 na procura deste tipo de serviços em Portugal.

De uma forma global o crescimento da procura será acompanhado pela concretização de quatro tendências: Procura crescente de serviços de BPO integrados; Maior automatismo dos processos; Maior standardização da oferta de BPO; e Serviços partilhados surgem como alternativa.

De acordo com um estudo da Gartner, Portugal passou a integrar a lista de países mais competitivos para o desenvolvimento de projectos de Outsourcing em nearshore, o que apresenta novas oportunidades de crescimento para o sector.

Linhas estratégicas da Reditus

Os principais vectores de crescimento do Grupo Reditus para o ano de 2011 estão em linha com o anunciado para o ano anterior. Com a conclusão, com sucesso, da integração da Partblack, SAPI2, Digisis, e Ogimatech, o reforço do crescimento orgânico por via da nova organização de Go To Market, via Reditus Consulting e a criação de sectores de oferta especializada das nossas soluções, a saber, Serviços Financeiros, Telecomunicações e Utilities, Saúde e Administração Pública e outro sector de oferta mais generalista que engloba outras indústrias e Clientes, que à medida que forem ganhando massa crítica e forem crescendo se vão destacar, criando verticais de oferta autónomas. Assim, o cross-selling, via Reditus Consulting, irá permitir uma maior presença do grupo nas contas de Clientes mais importantes em termos de dimensão e potencial de desenvolvimentos de negócio, com uma abordagem integral e uma melhor cobertura e identificação de oportunidades de negócio. A internacionalização continuará a ser uma forte aposta, quer por via do desenvolvimento de projectos nos países destino quer por via da exportação a partir de Portugal de serviços com elevado valor acrescentado. A contínua aposta numa melhor e mais eficiente gestão dos recursos das empresas do grupo irá permitir continuar a melhorar a rentabilidade.

A nível internacional, a Reditus irá estimular e desenvolver a sua actividade nos vários países em que já está presente, de forma a consolidar a sua presença, e estará atenta a novas oportunidades em países onde ainda não desenvolve qualquer actividade, mas onde a sua oferta faça sentido. O desenvolvimento internacional vai explorar as oportunidades de arbitragem (competência versus custo) em mercados onde detenha claras vantagens competitivas e nível do know-how específico em determinadas tecnologias e serviços. Será dada uma especial atenção ao crescimento do mercado Angolano.

Em virtude da complementaridade dos portfolios de serviços e de Clientes das várias empresas do grupo, continua a existir uma forte oportunidade de crescimento dos negócios nesta base, sendo que o sucesso já obtido é um bom incentivo para a continuação desta prática. O cross-selling tem objectivos claros de retenção de Clientes, aumento da rentabilidade e crescimento sustentado da receita por Cliente. Assim, no mercado interno, a Reditus continuará a implementar uma estratégia orientada para o crescimento, não só através da exploração plena de todo o potencial do seu portfolio de activos, mas também pela criação de produtos/serviços inovadores associados à preocupação constante de responder às necessidades dos Clientes, neste ano esta capacidade será reforçada pela actuação da Reditus Consulting.

Prosseguirá igualmente o esforço de racionalização dos custos, potenciando as sinergias e optimizações comerciais, técnicas, humanas e financeiras, assegurando, em permanência, um elevado padrão de qualidade dos serviços.

Apesar do contexto económico Português de 2011 ser extremamente adverso, o Grupo espera concretizar os objectivos que definiu, para o crescimento do Volume de Negócios e do EBITDA, de forma consistente com o passado recente. O mercado que se tem reestruturado muito do lado da procura, com uma clara diminuição dos orçamentos dos Clientes em Portugal para investimento e um maior conhecimento e exigência na compra de serviços, também por parte dos Clientes, vai levar a uma reestruturação do lado

da oferta com uma saída de empresas concorrentes do mercado quer pela cessação das suas actividades, quer pela via da consolidação, o que vai abrir novas oportunidades para o nosso grupo dada a sua dimensão e a capacidade reforçada que tem para prestar serviços de maior complexidade e dimensão.

12. COMPORTAMENTO BOLSISTA

PERFORMANCE DAS ACÇÕES REDITUS EM 2010



Fonte: Euronext

A cotação de fecho das acções da Reditus em 2010 foi de 6,55 euros; 11% abaixo do preço de fecho do ano anterior de 7,34 euros.

Em termos de liquidez, foram transaccionadas durante o exercício cerca de 275 mil títulos da Reditus, representando um valor de transacção de 2,0 milhões de euros.

O número médio diário de acções transaccionadas fixou-se em cerca de 1,1 mil títulos, correspondente a um valor médio diário de cerca de 8,3 mil euros.

13. ACTIVIDADE DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Como é descrito no Relatório do Governo de Sociedade esta dispõe de um conjunto de Comissões Especializadas que verificam e se pronunciam sobre as diferentes vertentes de suporte estratégico e operacional.

De uma forma geral, e para além do acompanhamento do funcionamento destas comissões, em conjunto com os membros da Comissão Executiva, os Administradores Não Executivos seguem em permanência o funcionamento da actividade da sociedade e suas participadas, quer no plano operacional, quer na vertente económico-financeira.

14. RESULTADOS

O Resultado Consolidado Líquido do exercício cifrou-se num resultado positivo, após interesses minoritários, de 268.607 euros.

15. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

16. AGRADECIMENTOS

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes nas sociedades do Grupo Reditus, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objectivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Conselho Fiscal, do Conselho de Estratégia, das Comissões Especializadas, dos Bancos e dos outros parceiros de negócios, alicerçando a sustentabilidade do futuro do Grupo Reditus.

Alfragide, 30 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Eng. Miguel Maria de Sá Pais do Amaral – Presidente

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato – Vice- Presidente e Presidente da Comissão Executiva

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite – Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira – Administrador, membro da Comissão Executiva

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Administrador, membro da Comissão Executiva, CFO

Eng. António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes – Administrador

Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos - Administrador



Parte II - Demonstrações Financeiras Consolidadas

REDITUS SGPS, SA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Valores expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2010	31-12-2009
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos tangíveis	7	16.587.124	16.482.490
Goodwill	8	59.760.715	58.920.584
Activos intangíveis	9	30.301.174	3.868.961
Activos disponíveis para venda	10	6.845.115	-
Outros investimentos financeiros	11	5.000	17.764
Activos por Impostos Diferidos	12	1.874.826	2.376.569
		<u>115.373.954</u>	<u>81.666.368</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	13	668.646	1.290.952
Clientes	14	42.884.705	39.360.472
Outras contas a receber	15	9.274.233	9.132.724
Outros activos correntes	16	14.279.303	4.249.317
Activos financeiros pelo justo valor	17	339.211	373.878
Caixa e equivalentes	18	9.078.735	3.881.717
		<u>76.524.833</u>	<u>58.289.060</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>191.898.787</u>	<u>139.955.428</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	19	51.557.265	44.630.250
Acções (quotas) próprias		(1.156.757)	(1.135.357)
Prémios de emissão		11.146.578	8.507.386
Reservas		3.546.904	2.948.867
Resultados transitados		(38.096.232)	(37.337.980)
Ajustamentos em activos financeiros		(501.763)	(501.763)
Excedentes de valorização de activos fixos		2.357.714	3.266.648
Resultado consolidado líquido do exercício		268.607	(284.769)
Capital próprio atribuível aos accionistas maioritários		29.122.316	20.093.282
Capital próprio atribuível a interesses minoritários	20	105.032	332.501
Total do capital próprio		<u>29.227.348</u>	<u>20.425.783</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos	21	25.294.990	20.630.401
Provisões	25	1.807.659	972.090
Passivos disponíveis para venda	10	6.191.351	-
Outras contas a pagar	22	4.309	708.538
Passivos por impostos diferidos	12	6.340.644	1.711.576
Passivos por locação financeira	23	8.224.041	7.634.899
		<u>47.862.994</u>	<u>31.657.504</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos	21	58.392.057	31.276.061
Fornecedores	24	22.638.325	14.577.358
Outras contas a pagar	22	12.750.117	17.277.091
Outros passivos correntes	26	19.737.406	23.610.375
Passivos por locação financeira	23	1.290.540	1.131.256
		<u>114.808.445</u>	<u>87.872.141</u>
Total do passivo		<u>162.671.439</u>	<u>119.529.645</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>191.898.787</u>	<u>139.955.428</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



REDITUS SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009
(Valores expressos em Euros)

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
RÉDITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	27	25.556.336	23.753.426
Prestações de serviços	27	90.011.753	73.751.271
Outros rendimentos operacionais	28	3.015.911	2.139.315
Total de réditos operacionais		<u>118.584.000</u>	<u>99.644.012</u>
GASTOS OPERACIONAIS:			
Inventários consumidos e vendidos	29	(18.264.995)	(21.260.906)
Fornecimentos e serviços externos	30	(55.568.026)	(44.295.450)
Gastos com pessoal	31	(31.788.416)	(23.809.409)
Gastos de depreciação e amortização	32	(4.155.577)	(2.472.847)
Provisões e perdas de imparidade	25	(929.880)	(587.295)
Outros gastos e perdas operacionais	33	(1.376.938)	(2.068.719)
Total de gastos operacionais		<u>(112.083.832)</u>	<u>(94.494.625)</u>
Resultados operacionais		<u>6.500.168</u>	<u>5.149.387</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Gastos financeiros, líquidos	34	(4.682.319)	(3.408.733)
Perdas em empresas associadas, líquidas		0	-
		<u>(4.682.319)</u>	<u>(3.408.733)</u>
Resultados antes de impostos		<u>1.817.849</u>	<u>1.740.654</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	35	(634.171)	(1.797.092)
Resultado antes da consideração dos interesses minoritários		<u>1.183.678</u>	<u>(56.438)</u>
Interesses minoritários	20	247.804	30.442
Resultado das operações em continuação		<u>1.431.482</u>	<u>(25.996)</u>
Resultados das Operações Descontinuadas	36	(1.162.875)	(258.773)
Resultado Líquido		<u>268.607</u>	<u>(284.769)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		268.607	(284.769)
Interesses minoritários	20	<u>(247.804)</u>	<u>(30.442)</u>
		<u>20.803</u>	<u>(315.211)</u>
Resultado por acção das operações em continuação e descontinuadas			
Básico	37	0,0296	(0,0326)
Diluído	37	0,0296	(0,0326)
Resultado por acção das operações em continuação			
Básico	37	0,1575	(0,0030)
Diluído	37	<u>0,1575</u>	<u>(0,0030)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações consolidadas dos resultados
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



REDITUS SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009
(Valores expressos em Euros)

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Resultado consolidado líquido do exercício (antes de minoritários)	<u>1.183.678</u>	<u>(56.438)</u>
Alterações nos excedentes de valorização de activos fixos (IAS 16, IAS 38)	(908.934)	(275.777)
Rendimentos integrais consolidados	<u>274.744</u>	<u>(332.215)</u>
Atribuível a:		
Accionistas da empresa mãe	522.548	(301.773)
Interesses minoritários	<u>(247.804)</u>	<u>(30.442)</u>
	<u>274.744</u>	<u>(332.215)</u>



REDITUS SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009
(Valores expressos em Euros)

	31-12-2010	31-12-2009
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>		
Recebimentos de clientes	112.046.998	66.392.973
Pagamentos a fornecedores	(55.887.831)	(41.059.922)
Pagamentos ao pessoal	(34.960.580)	(11.110.731)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.030.141)	891.878
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(19.818.811)	(38.786.942)
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>349.635</u>	<u>(23.672.744)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	120.039	513.917
Venda de activos tangíveis	51.750	27.280
Subsídios de investimento	8.278	215.889
Juros e proveitos similares	969	179.193
Outros	58.685	2.500.000
	<u>239.721</u>	<u>3.436.279</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Concentrações empresariais	(15.626.338)	
Aquisição de activos tangíveis	(726.976)	(390.150)
Aquisição de activos intangíveis	(750)	(8.506)
Outros	(347.859)	(7.150.000)
	<u>(16.701.923)</u>	<u>(7.548.656)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(16.462.202)</u>	<u>(4.112.377)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	95.827.847	65.536.753
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	10.186.487	51.000
Outros	24.869	-
	<u>106.039.203</u>	<u>65.587.753</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(78.035.865)	(48.656.434)
Amortização de contratos de locação financeira	(1.348.195)	(610.331)
Juros e gastos similares	(3.855.037)	(3.569.633)
Aquisição de acções próprias	(21.400)	(962.112)
Outros	(471.861)	(4.958.221)
	<u>(83.732.358)</u>	<u>(58.756.731)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>22.306.845</u>	<u>6.831.022</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	6.194.278	(20.954.099)
Efeito das diferenças de câmbio	-	3.455
Activos não correntes detidos para venda	(575.706)	
Incorporação por fusão	205.261	
Alteração de perímetro	382.621	10.401
Caixa e seus equivalentes no início do período	(2.753.312)	18.186.931
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.453.142	(2.753.312)



REDITUS SGPS, SA
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DE FLUXOS DE CAIXA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009
(Valores expressos em Euros)

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Numerário	645 048	128 655
Depósitos bancários	8 433 685	3 753 062
Disponibilidades constantes do balanço	9 078 733	3 881 717
Descobertos bancários (nota 21)	(5 625 591)	(6 635 029)
Caixa e seus equivalentes	<u>3 453 142</u>	<u>(2 753 312)</u>

REDITUS, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009
(Valores expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas maioritários									Capital próprio atribuível aos interesses minoritários	Total do capital próprio	
	Capital	Acções (quotas) próprias	Prémio de emissão de acções	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamento s em activos financeiros	de valorização de activos	Resultado consolidado liq. exercício	Total		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	44.630.250	(1.135.357)	8.507.386	2.024.635	924.232	(37.337.980)	(501.763)	3.266.648	(284.769)	20.093.282	332.501	20.425.783
Aumento de capital (Aquisição) / Venda de acções próprias	6.927.015	(21.400)	2.639.192	-	-	-	-	-	-	9.566.207 (21.400)	-	9.566.207 (21.400)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(284.769)	-	-	284.769	-	-	-
Aquisição de interesses minoritários (Nota 10)	-	-	-	-	-	(20.335)	-	-	-	(20.335)	20.335	-
Outros	-	-	-	-	598.037	(598.037)	-	-	-	-	-	-
Interesses minoritários do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(236.249)	(236.249)
Alterações no excedente de valorização (IAS 16, IAS 38)	-	-	-	-	-	144.889	-	(908.934)	-	(764.045)	-	(764.045)
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	257.052	257.052	-	257.052
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	51.557.265	(1.156.757)	11.146.578	2.024.635	1.522.269	(38.096.232)	(501.763)	2.357.714	257.052	29.110.761	116.587	29.227.348
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	44.630.250	(173.245)	8.507.386	2.024.635	899.590	(35.975.809)	(2.739.943)	3.542.425	626.273	21.341.562	401.646	21.743.208
Aumento de capital (Aquisição) / Venda de acções próprias	-	(962.112)	-	-	-	-	-	-	-	- (962.112)	-	- (962.112)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	626.273	-	-	(626.273)	-	-	-
Aquisição de interesses minoritários (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	24.642	-	-	2.238.180	(43.082)	-	2.219.740	(38.703)	2.181.037
Interesses minoritários do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.442)	(30.442)
Alterações no excedente de valorização (IAS 16, IAS 38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.996)	(25.996)	-	(25.996)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	44.630.250	(1.135.357)	8.507.386	2.049.277	899.590	(35.349.536)	(501.763)	3.499.343	(25.996)	22.573.194	332.501	22.905.695

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. ACTIVIDADE

A Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é a holding (empresa-mãe) do Grupo Reditus e está sediada em Lisboa, na Rua Pedro Nunes Nº 11.

A Reditus foi fundada em 1966 sob a designação de Reditus - Estudos de Mercado e Promoção de Vendas, SARL e tinha como actividade principal a prestação de serviços específicos, nomeadamente estudos de mercado, evoluindo para o tratamento de dados para o Banco de Agricultura, o principal accionista a par da Companhia de Seguros 'A Pátria'.

Em Dezembro de 1990, a Reditus alterou a sua denominação social, convertendo-se numa sociedade gestora de participações sociais, tendo como actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividade económica.

O Grupo Reditus opera em Portugal, França e Angola em quatro áreas de negócio distintas: BPO, IT Outsourcing, ITC e Sistemas de Engenharia e Mobilidade. Este último passou a ser considerado como detido para venda.

A actividade da empresa não está sujeita a sazonalidade significativa.

A Reditus está cotada na Euronext Lisboa (anterior Bolsa de valores de Lisboa e Porto) desde 1987.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Março de 2011 e são expressas em euros.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MAIS SIGNIFICATIVAS

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Reditus, SGPS, SA, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nos países de cada participada, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras consolidadas da Reditus, SGPS, SA, agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações e a posição financeira de todas as suas subsidiárias (Grupo Reditus ou Grupo), para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e a posição financeira em 31 de Dezembro de 2010.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas a seguir:

2.1.1. Alteração de Políticas Contabilísticas e Bases de Apresentação

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela REDITUS, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

- IFRS 1 ‘Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro’ (alteração emitida em 27 de Novembro de 2008) – Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias alterações que foram ocorrendo desde a sua primeira versão. Uma vez que a REDITUS já havia adoptado as IAS/IFRS, esta alteração não teve qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRS 2 ‘Pagamentos baseados em acções’ (alteração emitida em 18 de Junho de 2009) – As alterações introduzidas vêm clarificar os seguintes aspectos: (i) não se deve aplicar a IFRS 2 em transacções em que a entidade adquire bens como parte dos activos líquidos adquiridos, numa concentração de actividades empresariais, conforme definido pela IFRS 3, numa concentração de entidades ou actividades empresariais sob controlo comum; e (ii) o tratamento contabilístico dos pagamentos baseados em acções do Grupo nas contas individuais de uma entidade que recebe os bens ou serviços, quando essa entidade não tem a obrigação de efectuar esse pagamento baseado em acções. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Reditus.
- IFRS 3 ‘Concentrações de actividades empresariais’ / IAS 27 ‘Demonstrações financeiras consolidadas e separadas’ (revisão de 10 de Janeiro de 2008) - Esta revisão introduz algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresarias, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de venda de interesses das quais não resulte a perda de controlo sobre a entidade; e (e) ao cálculo do resultado na venda da participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada. Esta norma foi adoptada pela REDITUS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.
- IAS 39 ‘Instrumentos Financeiros : Reconhecimento e Mensuração’ (alteração) – clarificação acerca da aplicação da contabilidade de cobertura à componente de inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.
- IFRIC 12 ‘Acordos de Concessão de Serviços’ – A IFRIC 12 determina como os operadores de serviços de concessão devem aplicar as regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito da assinatura dos contratos de concessão. Esta interpretação não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.
- IFRIC 15 ‘Contratos para a construção de imóveis’ – Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 ‘Contratos de construção’ ou no âmbito da IAS 18 ‘Rédito’ e como o correspondente crédito deve ser reconhecido. Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.
- IFRIC 16 ‘Coberturas de um Investimento Líquido numa Unidade Operacional Estrangeira’ (alteração) – Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras. Esta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.
- IFRIC 17 ‘Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa’ – Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos. Esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.
- IFRIC 18 ‘Transferência de activos provenientes de Clientes’. Esta interpretação propicia orientação sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes “dos Clientes”.

Desta interpretação não decorre um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ano de 2010), processo que envolveu a revisão das seguintes normas contabilísticas:
 - ✓ IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas - clarificação de que a IFRS 5 especifica as divulgações necessárias a respeito de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda ou unidades operacionais descontinuadas. As divulgações especificadas noutras IFRS não se aplicam a esses activos (ou grupos para alienação) a menos que essas IFRS exijam.
 - ✓ IFRS 8 Segmentos Operacionais – clarificação de que uma entidade deve relatar uma mensuração do total dos activos e dos passivos de cada segmento relatável, se essas quantias forem apresentadas regularmente ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais. Se as quantias especificadas forem incluídas na mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos, analisada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais, ou se forem regularmente apresentadas a este, ainda que não incluídas nessa mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos, uma entidade deve divulgar igualmente, para cada segmento relatável, os réditos provenientes de Clientes externos.
 - ✓ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras – clarificação acerca da classificação de um passivo como corrente ou não corrente.
 - ✓ IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa – clarifica que apenas os dispêndios que resultam num activo reconhecido na demonstração da posição financeira são elegíveis para classificação como actividades de investimento.
 - ✓ IAS 17 Locações – clarifica que quando uma locação inclui tanto o elemento terrenos como o elemento edifícios, uma entidade deve continuar a avaliar a classificação de cada elemento como uma locação financeira ou operacional, separadamente, devendo contudo, ao determinar se o elemento terreno é uma locação operacional ou financeira, ter em consideração que o terreno tem normalmente uma vida económica indefinida.
 - ✓ IAS 18 Revenue – clarifica as situações em que uma entidade assume um papel de agente.
 - ✓ IAS 36 Imparidade de Activos – vem clarificar que, cada unidade ou grupo de unidades ao qual o goodwill seja assim imputado, deve representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o goodwill é monitorizado para finalidades de gestão interna e não deve ser maior do que um segmento operacional conforme definido pelo parágrafo 5 da IFRS 8.
 - ✓ IAS 38 Activos Intangíveis – clarifica o tratamento contabilístico de activos intangíveis adquiridos através de uma concentração de actividades empresariais, designadamente as técnicas de avaliação que poderão ser utilizadas aquando da inexistência de um mercado activo.
 - ✓ IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – clarificação acerca da elegibilidade de operações designadas como de cobertura;
 - ✓ IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos – clarificação de que o âmbito desta interpretação não se aplica a derivados embutidos em contratos adquiridos numa concentração de actividades empresariais, numa concentração de entidades ou actividades empresariais sob controlo comum ou na formação de um empreendimento conjunto conforme definido na IAS 31.

As seguintes normas, interpretações, alterações e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 1 ‘Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro’ (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010) – Esta alteração vem definir a isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez, e simplificar as obrigações de divulgação de comparativos relativamente a instrumentos financeiros na adopção pela primeira vez das IFRS. Esta alteração não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.

- IAS 24 ‘Divulgações de Partes Relacionadas’ (Revisão de 2009) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011) – Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública. Desta alteração não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.
- IAS 32 ‘Instrumentos Financeiros: Apresentação’ (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2010) – Esta alteração vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio. Esta alteração não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.
- IFRIC 14 ‘Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo’ (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011) – Esta alteração vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo. Esta alteração não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.
- IFRIC 19 ‘Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio’ a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro. Esta alteração não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REDITUS.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela REDITUS, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

2.2. Bases de consolidação

2.2.1. Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de Dezembro de 2010, os activos, os passivos, os resultados e os fluxos de caixa das empresas do Grupo, as quais são apresentadas na Nota 5.

2.2.2. Participações Financeiras em Empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica ‘Interesses minoritários’. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo termina.

Na contabilização de aquisição de subsidiárias é utilizado o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor dos activos entregues, acções emitidas e passivos assumidos à data de aquisição, acrescido dos custos directamente imputáveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de actividades empresariais são mensurados inicialmente ao seu justo valor na data de aquisição, independentemente de quaisquer interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição sobre o justo valor da quota-parte do grupo nos activos líquidos identificáveis é registado como goodwill. Se o custo da aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da filial adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período.

As transacções intra-grupo e os saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, a não ser que a transacção forneça evidência de imparidade do activo transferido. Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das filiais são alteradas para garantir a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Todas as empresas que integram o perímetro de consolidação, identificadas na Nota 6, foram consolidadas pelo método da consolidação integral, devido aos titulares de capital deterem a maioria dos direitos de voto.

2.2.3. Saldo e Transacções entre Empresas do Grupo

Os saldos e as transacções, entre empresas do Grupo e entre estas e a empresa-mãe são anulados na consolidação.

2.2.4. Consistência com o Exercício Anterior

Os métodos e procedimentos de consolidação foram aplicados de forma consistente relativamente ao exercício de 2009.

2.2.5. Alterações ao conjunto de empresas consolidadas

Durante o exercício de 2010, o perímetro de consolidação da Reditus passou a incorporar as empresas:

- SAPI2 a partir de 1 de Abril;
- Digisis a partir de 1 de Julho;
- Ogimatech a partir de 1 de Agosto;
- Tora a partir de 31 de Dezembro.

2.3. Relato por Segmento

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais, veio substituir a IAS 14 – Relato por Segmentos, estabelecendo os princípios para a divulgação de informação sobre os segmentos operacionais de uma entidade, os quais devem ser apresentados com base no reporte elaborado para a análise dos Órgãos de Gestão. A aplicação desta norma de relato financeiro, por parte do Grupo Reditus, originou a alteração dos segmentos operacionais objecto de reporte.

Foram identificados 3 segmentos de negócio: BPO, IT Outsourcing e IT Consulting. O segmento de Sistemas de Engenharia e Mobilidade foi reclassificado para activos detidos para venda.

2.4. Activos Fixos Tangíveis

2.4.1. Mensuração

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, com excepção dos terrenos e edifícios, os quais são registados ao seu justo valor.

Considera-se como custo de aquisição, os custos directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma dos respectivos preços de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de



manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

O justo valor dos terrenos e edifícios é baseado em valores de mercado apurados através de avaliações efectuadas por especialistas independentes (nota 7.3).

Os aumentos ao valor contabilístico dos terrenos e edifícios em resultado de reavaliações são creditados em activos fixos tangíveis. As reduções que possam ser compensadas por anteriores reavaliações do mesmo activo são movimentadas contra a respectiva reserva de reavaliação, as restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados.

2.4.2. Contratos de Locação Financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como activos fixos tangíveis.

Os activos adquiridos em locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado nos activos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. As amortizações daqueles bens e os juros incluídos no valor das rendas são registadas nos resultados do exercício a que respeitam.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo menor do justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

Os activos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo Grupo para os activos fixos tangíveis.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre a dívida remanescente.

2.4.3. Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As vidas úteis estimadas são como se segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Ferramentas e utensílios	3-4
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	10-20

2.5. Activos Fixos Intangíveis

Os activos fixos intangíveis são compostos essencialmente por Goodwill e por Despesas de Desenvolvimento.

2.5.1. Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição das participações financeiras em empresas do Grupo relativamente ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas participações (valores proporcionais dos capitais próprios) à data da sua aquisição. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da participada adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do exercício. Até 1 de Janeiro de 2004, o Goodwill era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e Depreciações do Exercício'. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com o IFRS 3 – Business Combinations, o Grupo suspendeu a amortização do Goodwill. A partir dessa data, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade anuais, sendo os correspondentes valores do activo mensurados pelo custo deduzido de eventuais perdas de imparidades acumuladas. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato em resultados do exercício. Até à data não se verificaram perdas de imparidade.

2.5.2. Despesas de Desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como activos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um activo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método das quotas constantes, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.

Os custos capitalizados nesta rubrica incluem os custos de aquisição de activos, os gastos com mão-de-obra directa bem como os custos incorridos com subcontratações de entidades externas e uma proporção de custos fixos imputáveis à produção e desenvolvimento destes activos.

Os activos intangíveis desenvolvidos no Grupo Reditus estão relacionados com a reengenharia e optimização de processos, novos processos e aplicações informáticas orientadas para o Cliente e são amortizados pelo método das quotas constantes.

2.6. Imparidade dos Activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não são sujeitos a amortizações e depreciações, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade. Os activos sujeitos a amortização e depreciação são revistos anualmente para determinar se houve imparidade, quando eventos ou circunstâncias indicam que o seu valor registado pode não ser recuperável. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo,

individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

2.7. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através da sua venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Activos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respectivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.8. Outros Investimentos Financeiros

A rubrica de outros investimentos financeiros é composta por títulos e outras aplicações financeiras.

Os investimentos financeiros são valorizados, na data do Balanço, ao valor de mercado. As mais-valias e menos-valias efectivas que resultem da venda dos referidos títulos são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

As participações financeiras que tenham experimentado reduções permanentes de valor de realização, encontram-se provisionadas.

2.9. Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação. No entanto, não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção relativa à concentração de actividades empresariais, quando as mesmas não afectam nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal no momento da transacção.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

2.10. Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o valor de custo e o seu valor realizável líquido. Os custos dos inventários incluem todos os custos associados à compra, não incluindo contudo quaisquer custos financeiros. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as actividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adoptado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

2.11. Clientes e Outras Contas a Receber

As contas a receber de Clientes e outros devedores são registadas pelo justo valor da transacção subjacente que os originou, deduzidos de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As contas a receber cedidas em 'factoring', com excepção das operações de 'factoring' sem recurso, são reconhecidas no balanço na rubrica de 'Outras Contas a Pagar' até ao momento do recebimento das mesmas.

2.12. Outros Activos e Passivos Correntes

Nestas rubricas são registados os acréscimos de custos, custos diferidos, acréscimos de proveitos e proveitos diferidos para que os custos e proveitos sejam contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

2.13. Caixa e Equivalentes

Esta rubrica inclui, para além dos valores em caixa, os depósitos à ordem bancários e outros investimentos de curto prazo com mercado activo. Os descobertos bancários estão incluídos na rubrica de Empréstimos e Descobertos Bancários no passivo.

2.14. Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

Quando a empresa ou as suas filiais adquirem acções próprias da empresa mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

2.15. Empréstimos e Descobertos Bancários

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Os custos com juros relativos a empréstimos obtidos são registados na rubrica de custo líquido de financiamento na demonstração de resultados.

2.16. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores são registadas pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo.

2.17. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) o Grupo tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja estimável com fiabilidade. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que uma diminuição de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessária para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

2.18. Rédito e Especialização de Exercícios

O rédito é registado na demonstração de resultados e compreende os montantes facturados na venda de produtos e na prestação de serviços, líquidos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e descontos, depois de eliminar as transacções intra-grupo.

Os proveitos decorrentes da venda de produtos são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

As garantias de equipamentos vendidos são suportadas pelos fornecedores das marcas representadas.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de 'Outros Activos Correntes' e 'Outros Passivos Correntes'.

2.19. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO / CONTAS A RECEBER/ CONTAS A PAGAR:

Políticas de gestão do risco financeiro

RECONHECIMENTOS DE RÉDITOS

Os réditos das vendas de equipamento são reconhecidos quando as facturas são emitidas, especializada de qualquer diferimento temporal na entrega dos mesmos.

Os réditos relativos a projectos /prestação de serviços são registados com base no nível de acabamento dos projectos, à medida que os serviços vão sendo prestados. A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A liquidez dos passivos financeiros remunerados, bem como a liquidez inerente aos contratos de locação financeira e locação operacional, originará os seguintes fluxos monetários:

	Capital em Dívida 31/12/2010	
Pagamentos até 1 anos	61 456 720	I
Pagamentos entre 1 e 5 anos	31 357 605	
Pagamentos a mais de 5 anos	7 671 113	
	<u>100 485 439</u>	

IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros (IRC). A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, a Administração Fiscal pode rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Reditus e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, sendo contudo convicção da Administração da Reditus e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.



GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE CâMBIO

O Grupo Reditus opera essencialmente em mercados nos quais a moeda corrente e a funcional é o Euro. Encontra-se contudo exposto a risco cambial em Dólares Americanos (USD) face às operações em Angola, ainda que esse risco esteja mitigado pelo facto dos principais contratos terem sido celebrados em euros. O valor dos saldos em dólares, de fornecedores em aberto, a 31.12.10 é de \$506.327.

A dívida contraída pelo Grupo Reditus está integralmente denominada em euros, não tendo o Grupo contratado instrumentos de cobertura de taxa de juro.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, carecem de aprovação prévia da Comissão Executiva que define as especificidades de cada operação e aprova a documentação relativa às mesmas.

A gestão de riscos financeiros da Reditus e demais empresas do Grupo, é efectuada centralmente pela Direcção Financeira do Grupo, de acordo com as políticas aprovadas pela Comissão Executiva. A Direcção Financeira identifica, avalia e remete à aprovação da Comissão Executiva os elementos de análise de cada operação, sendo que esta Comissão tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

As actividades do Grupo Reditus expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo Reditus a riscos financeiros reside essencialmente na sua dívida, associada aos riscos de taxa de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo Reditus segue a evolução dos mercados, sendo que sempre que considerar necessário, poderá recorrer à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa, sendo a imprevisibilidade dos mercados financeiros analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo.

Considerando as taxas de juro praticadas em 31/12/2010, uma variação da taxa de referência de 0,5% teria o seguinte impacto anual:

	Análise Sensibilidade	Variação Encargos
Acréscimo	0,50%	417.990
Diminuição	-0,50%	-417.990

GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

No que respeita às dívidas de terceiros resultantes da actividade corrente do Grupo Reditus, o risco de crédito resulta essencialmente da possibilidade de “defaults” dos terceiros, situação significativamente mitigada, face à natureza e solidez dos Clientes que constituem a quase totalidade da carteira de Clientes do Grupo.

Saldo	31.12.2010	Não Vencidos	Vencidos	
			Até 1 ano	+ de 1 ano
Clientes	42.884.705	13.463.934	19.140.610	10.280.161

No saldo a mais de 1 ano está contabilizada uma factura de 9.405.000 € referente ao projecto em Angola da participada ALL2IT, a qual não estava reconhecida em proveitos por se tratar de uma pré-facturação. O proveito só foi reconhecido no último trimestre de 2010, pela percentagem de acabamento.

A política do Grupo, em termos de risco de contraparte, rege-se ainda pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito, não se atribuindo um risco significativo de incumprimento da contraparte e não sendo exigidas garantias específicas neste tipo de operações.

A monitorização dos riscos, tanto de preço e volume como de crédito, passa pela sua quantificação em medidas associadas a posições em risco passíveis de serem ajustadas através de operações de mercado. Esta quantificação é realizada pela Direcção Financeira central.

O Grupo efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito junto de instituições financeiras nacionais, que permitem acesso imediato a fundos.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a Administração efectue um conjunto de julgamentos e estimativas com impacto ao nível dos rendimentos, gastos, activos, passivos e divulgações. A presente informação financeira inclui assim rubricas que estão influenciadas pelas estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão, os quais se baseia na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e nas actividades que o Grupo estima vir a desenvolver no futuro. Assim, o uso de estimativas e de pressupostos representa um risco em originar ajustamentos nos períodos futuros.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são as apropriadas e que a Informação financeira consolidada apresenta, de forma adequada, a posição financeira do Grupo e o resultado das suas transacções em todos os aspectos considerados materialmente relevantes.

As principais rubricas que se encontram influenciadas por estimativas e julgamentos são as seguintes:

- a. Estimativa de imparidade do goodwill
- b. Estimativa de imparidade sobre os protótipos
- c. Estimativa de imparidade de valores a receber
- d. Estimativa de imposto sobre o rendimento
- e. Estimativa de reconhecimento do rédito
- f. Estimativa de imposto diferido activo decorrente de prejuízos fiscais reportáveis.

a. Imparidade do goodwill

O Goodwill é objecto de testes de imparidade anuais efectuados por peritos externos, nos termos definidos pela IAS 36 – Imparidade de Activos, sendo as Unidades Geradoras de fluxos de caixa identificadas, as várias Unidades de negócio:

- ITO (exercida através da Tecnidata SI, ALL2IT e Partblack)
- BPO (exercida através da Redware)
- ITC (exercida através da ROFF, Reditus II, Reditus Consulting e Ogimatech)

b. Imparidade sobre os protótipos

Os protótipos resultam da aplicação nos contratos celebrados com os Clientes de conhecimentos desenvolvidos no Grupo Reditus, sob a forma de reengenharia de processos administrativos, novos



processos administrativos ou aplicações informáticas orientadas para o Cliente, cujo reconhecimento é registado ao longo do período de duração dos mesmos. Todos os protótipos têm suporte documental e reflectem uma estimativa quanto à sua capacidade de gerarem fluxos de caixa em exercícios futuros. Para além da amortização sistemática, sempre que haja indícios de imparidade os protótipos são ainda sujeitos a testes de imparidade, realizados por peritos externos.

c. Imparidade dos valores a receber

Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa foram calculados de acordo com o seu valor em uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

d. Imposto sobre o rendimento

O Grupo contabiliza os Impostos sobre o rendimento impostos considerando estimativas decorrentes da legislação fiscal em vigor, nomeadamente de ajustamentos de gastos não aceites fiscalmente e ainda dos ajustamentos necessários feitos em títulos e aplicações financeiras. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

e. Reconhecimento do rédito

O reconhecimento do rédito pelo Grupo inclui análises e estimativas da gestão no que concerne à fase de acabamento dos projectos em curso à data da informação financeira os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data.

f. Impostos Diferidos

O Grupo contabiliza impostos diferidos activos com base nos prejuízos fiscais existentes à data de balanço e no cálculo de recuperação dos mesmos. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

5. EMPRESAS INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010, as empresas do Grupo incluídas na consolidação e as suas respectivas sedes, capital social e proporção do capital detido eram as seguintes:

Denominação social	Sede	Método Consolidação	Percentagem efectiva do capital detido		Segmento Negócio
			2010	2009	
Reditus SGPS, SA	Lisboa	Integral	Mãe	Mãe	
Reditus Gestão Sociedade Gestora Participações Sociais, SA	Lisboa	Integral	100	100	
Redware Sistemas de Informação, SA	Lisboa	Integral	100	100	BPO
Redware Centros de Serviços, SA	Castelo Branco	Integral	100	100	BPO
Reditus II Telecomunicações, SA	Lisboa	Integral	100	100	IT Consulting
J. M. Consultores de Informática e Artes Gráficas, SA a)	Alfragide	Integral	69	68	Eng. e Mob.
Reditus Imobiliária, SA	Lisboa	Integral	100	100	Suporte
Caleo, SA	França	Integral	55	55	Eng. e Mob.
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda	Alfragide	Integral	100	100	Eng. e Mob.
Tecnidata IF Investimentos Financeiros SGPS, S.A.	Oeiras	Integral	100	100	Suporte
Tecnidata SI Serviços e Equipamentos de Informática, S.A.	Oeiras	Integral	100	100	IT Outsourcing
ROFF Consultores Independentes, S.A.	Oeiras	Integral	100	100	IT Consulting
Tecnisuporte Sistemas Informáticos S.A.	Oeiras	Integral	100	100	Suporte
ALL2IT Infocomunicações, S.A.	Oeiras	Integral	100	100	IT Outsourcing
Roff Global	França	Integral	80	80	IT Consulting
Roff Tec	Angola	Integral	80	80	IT Consulting
Roff - SDF, Lda	Covilhã	Integral	80	80	IT Consulting
Partblack, SA b)	Alfragide	Integral	100		IT Outsourcing
Sapi2 CI - Consultoria Informática, SA c)	Porto	Integral	100		IT Consulting
Reditus Consulting, S.A. d)	Lisboa	Integral	100		IT Consulting
DEPSI - Desenvolvimento de Projectos e Serviços de Informática, Lda d)	Lisboa	Integral	100		IT Consulting
LxConsultg - Consultores de Gestão, Lda d)	Lisboa	Integral	100		IT Consulting
Ogimatech Portugal - Consultoria Empresarial e Institucional, SA e)	Lisboa	Integral	100		IT Consulting
G.Consult Angola - Consultoria e Desenvolvimento, Lda e)	Angola	Integral	80		IT Consulting
Ogimatech - Consultoria Empresarial e Institucional, Lda e)	Angola	Integral	95		IT Consulting
Tora - Sociedade Imobiliária, S.A f)	Lisboa	Integral	100		Suporte
Partsky, S.A g)	Lisboa	Integral	100		IT Outsourcing



- a) Em Março de 2010 foi aumentada a participação na empresa J.M., SA, de acordo com o quadro abaixo:

Actividade principal	Data de aquisição de controlo	Percentagem adquirida	Custo de aquisição	
<u>Aquisição de interesses minoritários:</u>				
J. M. Consultores de Informática e Artes Gráficas, SA a)	Mar-10	1,1%	58.794	58.794

Por uma questão de prudência e atendendo ao facto de não ser possível determinar com rigor a existência de benefícios económicos futuros, foi ajustado o incremento da participação, tendo sido reconhecida uma perda financeira no mesmo montante.

- b) A Partblack foi adquirida no final de 2009;
- c) A SAPI2 foi adquirida em Abril de 2010, tendo sido objecto de fusão na Roff CI, SA a 1 de Julho;
- d) A Digisis (actual Reditus Consulting) e as suas participadas foram adquiridas em Julho de 2010. A Netefeito foi dissolvida em Dezembro de 2010.
- e) A Ogimatech Portugal e as suas participadas foram adquiridas em Agosto de 2010;
- f) A Tora foi adquirida em Dezembro de 2010;
- g) A Partsky foi constituída em Novembro de 2010.

Actividade principal	Data de aquisição de controlo	Percentagem adquirida	Custo de aquisição
<u>Concentrações empresariais:</u>			
Sapi2 CI - Consultoria Informática, SA	Abr-10	100%	746.288
Digisis - Consultores, SA	Jul-10	100%	5.122.540
Ogimatech	Ago-10	100%	1.790.675
Tora	Dez-10	100%	1.175.576



Os activos e passivos, ao justo valor, adquiridos bem como o valor do Goodwill apurado são os seguintes:

(valores em euros)

	SAPi2	Digisis	Ogimatech	Tora
Activos e passivos adquiridos	(136.959)	644.901	372.452	(9.396.833)
Goodwill gerado na aquisição (Nota 8)	883.247	4.477.639	1.418.222	10.572.409
Justo valor pago pela aquisição	<u>746.288</u>	<u>5.122.540</u>	<u>1.790.675</u>	<u>1.175.576</u>
	SAPi2	Digisis	Ogimatech	Tora
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Activos tangíveis	160.704	74.469	1.739.616	
Activos intangíveis			1.516	5.484.628
Activos por Impostos Diferidos			393.302	36.129
	<u>160.704</u>	<u>74.469</u>	<u>2.134.435</u>	<u>5.520.758</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Clientes	1.208.521	2.178.237	1.306.982	38.355
Outras contas a receber	9.240	340.057	406.343	2.576.662
Outros activos correntes	19.504	531.090	83.200	1.299.426
Activos financeiros pelo justo valor		125.000	72.550	
Caixa e equivalentes	165.537	196.299	113.972	91.222
	<u>1.402.802</u>	<u>3.370.682</u>	<u>1.983.047</u>	<u>4.005.665</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos		(336.715)		(16.168.980)
Provisões		(13.631)		
Passivos por locação financeira	(209.154)		(1.205.888)	-
	<u>(209.154)</u>	<u>(350.346)</u>	<u>(1.205.888)</u>	<u>(16.168.980)</u>
PASSIVO CORRENTE				
Empréstimos		(488.886)	(667.500)	
Fornecedores	(843.778)	(329.516)	(374.518)	
Outras contas a pagar	(306.009)	(831.389)	(737.012)	(2.754.275)
Outros passivos correntes	(341.524)	(780.627)	(705.897)	
Passivos por locação financeira		(19.488)	(54.214)	
	<u>(1.491.311)</u>	<u>(2.449.905)</u>	<u>(2.539.141)</u>	<u>(2.754.275)</u>
ACTIVOS E PASSIVOS ADQUIRIDOS	<u>(136.959)</u>	<u>644.901</u>	<u>372.452</u>	<u>(9.396.833)</u>

A aquisição da SAPi2 vai permitir à ROFF consolidar a sua posição de maior implementador de soluções SAP em Portugal, reforçando a sua presença no Norte do país, passando a contar com uma equipa total de cerca de 400 pessoas, das quais aproximadamente 100 no escritório do Porto.

No apuramento do justo valor dos activos e passivos adquiridos foram efectuadas correcções às demonstrações financeiras de Março da SAPi2, nomeadamente através da redução do valor de Inventários (199.127€) e de Clientes (83.586€).

De acordo com o contrato de compra, parte do pagamento será feito em acções da Reditus SGPS ao valor de mercado, no entanto, o resultado por acção não será afectado, uma vez que o número de acções próprias existentes actualmente é necessário para cumprir esta obrigação.

Nas demonstrações encontram-se reflectidos 2.028.520€ de réditos operacionais e 998.880€ de resultado líquido da SAPi2 até ao mês de Junho (antes da fusão com a Roff Cons. Indep. SA). Caso a empresa tivesse sido consolidada desde 1 de Janeiro de 2010 estariam reflectidos 2.635.046€ de réditos operacionais e 441.805€ de resultado líquido.

A actividade da Reditus no 3º trimestre do ano ficou marcada pela aquisição da Digisis (actual Reditus Consulting) e Ogimatech, constituindo um importante passo na estratégia de desenvolvimento do Grupo.

Caso tivessem sido consolidadas desde o início de 2010 o valor de réditos operacionais e resultado líquido teriam sido:

- Digisis 6.705.166,63€ e 122.591,34€;
- Ogimatech 2.551.122,25€ e (1.166.612,11)€.

O Goodwill foi apurado de forma provisória, dado que para alguns ajustamentos ao preço ainda não existe informação disponível, não sendo no entanto de valor material.

No apuramento do justo valor dos activos e passivos adquiridos foram efectuadas correcções às demonstrações financeiras de:

- Junho da Digisis, nomeadamente através da redução do valor de Clientes (29.183€), de Activos Intangíveis (58.359€) e aumento de Provisões (13.631€).
- Julho da Ogimatech, nomeadamente através da redução do valor de Activos Fixos (123.052€), Clientes (12.948€) e de Outros Devedores (9.208€).

A actividade da Reditus no 4º trimestre do ano ficou marcada pela aquisição da totalidade do capital social da empresa Tora – Sociedade Imobiliária, S.A., entidade a quem cabe actualmente a representação comercial do Grupo Reditus junto de alguns dos seus principais clientes.

O Goodwill foi apurado de uma forma provisória. O preço da aquisição da empresa Tora – Imobiliária, SA. será ajustado designadamente em mais € 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros) no caso de virem a confirmar-se as contas apresentadas nesta data, até à conclusão da auditoria, e mediante Parecer, a emitir por um perito independente, da razoabilidade de vir a ser aceite pela Administração Fiscal a utilização dos prejuízos fiscais da TORA em benefício do Grupo Reditus.

Foi criada uma responsabilidade de montante igual ao reembolso do IVA solicitado pela Tora (2.561.456€), dado que pelo contrato de compra e venda, se o valor for recebido deverá ser pago aos antigos accionistas da Tora (nota 22).



6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os resultados por segmento de negócio eram como segue:

31 de Dezembro de 2010

	ITO	ITC	BPO	Total	Eliminações	Consolidado
Réditos operacionais:						
Vendas de mercadorias e produtos externos	20.000.994	5.793.532	-	25.794.526	(238.190)	25.556.336
Vendas de mercadorias e produtos intra-segmentos	343.029	-	-	343.029	(343.029)	-
Prestações de serviços externas	31.026.703	45.307.150	16.682.157	93.016.010	(3.004.257)	90.011.753
Prestações de serviços intra-segmentos	1.344.791	-	-	1.344.791	(1.344.791)	-
Outros rendimentos operacionais externos	393.718	6.023.014	286.265	6.702.997	(3.687.086)	3.015.911
Outros rendimentos operacionais intra-segmentos	87.817	2.065	132	90.014	(90.014)	-
Total de réditos operacionais	53.197.052	57.125.761	16.968.554	127.291.367	(8.707.367)	118.584.000
Custos operacionais:						
Inventários consumidos e vendidos	(14.536.887)	(3.968.268)	-	(18.505.155)	240.160	(18.264.995)
Fornecimentos e serviços externos	(23.681.563)	(27.741.322)	(12.503.320)	(63.926.205)	8.358.179	(55.568.026)
Gastos com pessoal	(9.654.184)	(18.088.009)	(4.055.286)	(31.797.479)	9.063	(31.788.416)
Gastos de depreciação e amortização	(1.492.359)	(1.160.440)	(1.502.778)	(4.155.577)	-	(4.155.577)
Provisões e perdas de imparidade	(388.103)	(290.631)	(251.146)	(929.880)	-	(929.880)
Outros gastos e perdas operacionais	(596.757)	(533.822)	(346.324)	(1.476.903)	99.965	(1.376.938)
Total de gastos operacionais	(50.349.853)	(51.782.492)	(18.658.854)	(120.791.199)	8.707.367	(112.083.832)
Resultados operacionais	2.847.199	5.343.269	(1.690.300)	6.500.168	-	6.500.168
Resultados financeiros						(4.682.319)
Resultados antes de impostos						1.817.849
Impostos sobre o rendimento						(634.171)
Resultados das operações em continuação						1.183.678

31 de Dezembro de 2009

	ITO	ITC	BPO	Total	Eliminações	Consolidado
Réditos operacionais:						
Vendas de mercadorias e produtos externos	19.211.421	4.542.005	-	23.753.426	-	23.753.426
Vendas de mercadorias e produtos intra-segmentos	240.066	90.762	-	330.828	(330.828)	-
Prestações de serviços externas	28.315.087	28.982.519	16.453.665	73.751.271	-	73.751.271
Prestações de serviços intra-segmentos	2.975.124	415.179	-	3.390.303	(3.390.303)	-
Outros rendimentos operacionais externos	547.505	1.274.294	62.528	1.884.327	254.988	2.139.315
Outros rendimentos operacionais intra-segmentos	151.034	1.144	5.949	158.127	(158.127)	-
Total de réditos operacionais	51.440.237	35.305.903	16.522.142	103.268.282	(3.624.270)	99.644.012
Gastos operacionais:						
Inventários consumidos e vendidos	(18.159.315)	(3.124.108)	-	(21.283.423)	22.517	(21.260.906)
Fornecimentos e serviços externos	(15.841.578)	(20.007.768)	(11.984.174)	(47.833.520)	3.538.070	(44.295.450)
Gastos com pessoal	(9.297.559)	(10.786.886)	(3.728.198)	(23.812.643)	3.235	(23.809.408)
Gastos de depreciação e amortização	(717.795)	(572.760)	(1.182.292)	(2.472.847)	-	(2.472.847)
Provisões e perdas de imparidade	(300.491)	(258.755)	(28.049)	(587.295)	-	(587.295)
Outros gastos e perdas operacionais	(850.446)	(870.038)	(408.683)	(2.129.167)	60.448	(2.068.719)
Total de gastos operacionais	(45.167.184)	(35.620.315)	(17.331.396)	(98.118.895)	3.624.270	(94.494.625)
Resultados operacionais	6.273.053	(314.412)	(809.254)	5.149.387	-	5.149.387
Resultados financeiros						(3.408.733)
Resultados antes de impostos						1.740.654
Impostos sobre o rendimento						(1.797.092)
Resultados das operações em continuação						(56.438)



Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os activos e passivos por segmentos de negócio eram como segue:

31 de Dezembro de 2010

	ITO	ITC	BPO	EM	Consolidado
Activo líquido	102.709.078	43.963.530	36.620.370	8.605.809	191.898.787
Passivo	84.276.284	32.787.758	37.291.423	8.315.973	162.671.439
Outras informações:					
Investimento do ano em activos tangíveis (Nota 7)	274.556	1.297.308	785.949	3.949	2.361.762
Investimento do ano em activos intangíveis (Nota 9)	63.062	318.233	16.926	310.721	708.942

O Segmento de Engenharia e Mobilidade foi classificado como detido para venda. Os valores aqui considerados incluem imputação de valores da Estrutura, o que não acontece nas rubricas de activos e passivos disponíveis para venda da Demonstração da Posição Financeira. A imputação da Estrutura foi feita em função do peso de cada segmento no total dos 4 segmentos.

31 de Dezembro de 2009

	ITO	ITC	BPO	EM	Consolidado
Activo líquido	85.410.865	26.057.190	22.758.845	5.728.528	139.955.428
Passivo	71.376.805	22.347.870	19.827.151	5.977.819	119.529.645
Outras informações:					
Investimento do ano em activos tangíveis (Nota 7)	1.052.672	714.727	1.402.885	90.017	3.260.300
Investimento do ano em activos intangíveis (Nota 9)	28.322	11.200	1.750	1.750	43.022

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. Movimentos ocorridos nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis e nas respectivas Amortizações:

Activo Bruto

	Saldo em 31/12/2009	Activos não correntes detidos para venda	Alteração de perímetro	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2010
Terrenos e Recursos Naturais	2 833 935		435 946	(390 925)			2 878 955
Edifícios e Outras Construções	10 441 392		1 311 161	(822 050)	(20 319)		10 910 184
Equipamento Básico	5 908 946	(1 678 150)	65 065	974 618	(3 839)	(4 899)	5 261 741
Equipamento de Transporte	2 505 021	(248 777)	1 346 717	389 840	(298 693)		3 694 108
Equipamento Administrativo	3 355 046	(117 983)	1 256 684	175 866	(29 529)	(319 821)	4 320 264
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 951 944	(640 794)	52 532	498 525	(48 385)		2 813 822
Activos Fixos Tangíveis em Curso	383 642			268 127		(233 616)	418 152
	28 379 927	(2 685 704)	4 468 105	1 094 001	(400 764)	(558 337)	30 297 226

Amortizações Acumuladas:

	Saldo em 31/12/2009	Activos não correntes detidos para venda	Alteração de perímetro	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2010
Edifícios e Outras Construções	888 451		206 168	213 018	2 393		1 310 030
Equipamento Básico	4 906 611	(1 654 871)	59 569	754 688	(1 920)	377 540	4 441 618
Equipamento de Transporte	1 591 982	(248 777)	982 280	461 355	(137 165)	111 342	2 761 016
Equipamento Administrativo	2 209 677	(95 426)	1 152 776	246 256	(3 967)	(340 288)	3 169 028
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 300 715	(463 148)	36 912	157 220	(13 577)	10 289	2 028 410
	11 897 436	(2 462 221)	2 437 704	1 832 536	(154 236)	158 883	13 710 102

7.2 Activos em Locação Financeira

O Grupo detém activos sob o regime de locação financeira que estão afectos à sua actividade operacional. No final do contrato, o Grupo poderá exercer a opção de compra desse activo a um preço inferior ao valor de mercado. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes.

De seguida apresentamos a composição dos bens adquiridos em regime de locação financeira e os seus respectivos valores líquidos:

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Edifícios	10 073 426	905 698	9 167 728
Equipamento Informático	438 634	270 999	167 636
Equipamento Administrativo	1 513 984	609 089	904 896
Viaturas	1 275 146	817 423	457 723
	13 301 190	2 603 207	10 697 983

7.3 Reavaliações

O Grupo regista os terrenos e edifícios afectos à actividade operacional ao valor de mercado, apurado por entidades especialistas e independentes. Em 31 de Dezembro de 2010, a Reditus detinha um imóvel em Alfragide (terreno e edifício), fracções de um edifício em Lisboa, um imóvel na Quinta do Lambert e um imóvel na Alameda dos Oceanos (Expo).

O valor dos imóveis do Grupo ascendia em 31 de Dezembro de 2010 a 12.479.110 euros. A discriminação dos imóveis e os seus respectivos valores é a que consta do quadro seguinte:

	Valor de Aquisição	Valor de Reavaliação	Amortização Acumulada	Justo Valor
Fracções do Edifício em Lisboa	2 400 000	(351 381)	336 619	1 712 000
Edifício em Alfragide (inclui terreno)	6 017 250	3 588 004	683 253	8 922 000
Edifício Roff	353 458	16 161	66 619	303 000
Edifício Ogimatech	1 741 707		216 707	1 525 000
Outros	23 941		6 831	17 109
	10 536 356	3 252 784	1 310 030	12 479 110

As fracções do edifício em Lisboa foram adquiridas através de um contrato de leasing em 30 de Dezembro de 2002 por um prazo de 15 anos pelo montante de 2.400.000 euros.

O edifício de Alfragide foi adquirido em Junho de 2006, através de um contrato de leasing, por um prazo de 15 anos, pelo montante de 6.017.250 euros e foi, nessa data, reavaliado em mais 5.149.995 euros pela entidade Aguirre Newman Portugal pelo método do “Discounted Cash-flow”, através do qual se apurou um VAL de 11.167.245 euros.

Em 2010, os edifícios foram avaliados pela mesma entidade Aguirre Newman Portugal, com a excepção da rubrica “Outros”, através do qual se apurou um VAL de 12.479.110 Euros, tendo em conta a análise da situação de mercado, os espaços comparáveis, as transacções registadas na zona, assim como o estado actual do imóvel em análise, tendo adoptado como valores de mercado, face a uma eventual comercialização do mesmo, os seguintes:

EDIFÍCIO PEDRO NUNES NO VALOR DE € 1.712.000

Área destinada a Arrumos/Arrecadação: 7,50 €/m²/mês

Área destinada a Escritórios: De 11,00 €/m²/mês a 15,00 €/m²/mês

Lugares de Estacionamento: 100 €/lugar/mês

No termo do período de análise é considerada a venda do imóvel por um valor equivalente à capitalização da renda potencial a uma Exit Yield de 8,50%, correspondente ao risco do imóvel arrendado na sua totalidade, tendo em consideração as características do mesmo, a actual situação de mercado e a sua localização.

A taxa de desconto é determinada segundo as regras do WACC (Weighted Average Cost of Capital) e resulta na média ponderada entre o custo da dívida e do capital, fixando-se em 8,50%.

Considerou-se para o horizonte de 5 anos uma taxa de actualização média anual de 1,75%, correspondente à média dos coeficientes de actualização de rendas dos últimos 5 anos.

Desta forma, o valor de mercado do imóvel através do Método do Rendimento – Cash Flow ascende a 1.712.000 €.

EDIFÍCIO DE ALFRAGIDE NO VALOR DE € 8.922.000

Tendo em conta a análise da situação do mercado, os espaços comparáveis, as transacções registadas na zona, assim como o estado actual do imóvel em análise, adoptámos como valores de mercado, face à uma eventual comercialização do mesmo, os seguintes:

Edifício Sede

- Área destinada a Serviços: De 9,00 €/m²/mês a 15,00 €/m²/mês

- Outras áreas: 7,50 €/ m²/mês
- Estacionamentos Exteriores: 25,00 €/un./mês

Projecto de Construção

- Área destinada a Serviços: De 12,50 €/m²/mês a 13,50 €/m²/mês
- Estacionamentos Interiores: 90,00 €/un./mês

No termo do período de análise é considerada a venda do imóvel por um valor equivalente à capitalização das rendas a uma Exit Yield de 7,75%, correspondente ao risco do imóvel arrendado na sua totalidade, tendo em consideração as características do mesmo, a actual situação de mercado e a sua localização.

A taxa de desconto é determinada segundo as regras do WACC (Weighted Average Cost of Capital) e resulta na média ponderada entre o custo da dívida e do capital, fixando-se em 7,63%.

Considerou-se para o horizonte de 5 anos uma taxa de actualização média anual de 1,75%, correspondente à média dos coeficientes de actualização de rendas dos últimos 5 anos.

Desta forma, o valor de mercado do imóvel através do Método do Rendimento – Cash Flow ascende a 7.281.000 €.

Método do Discounted Cash-Flow : € 7.281.000 (1)

Foi ainda analisado o valor de construção de outro imóvel nas instalações de Alfragide. O valor de mercado do imóvel após realização de obras fixa-se em 6.832.500 €. Este valor é obtido através do produto das áreas de construção pelos valores unitários de venda adoptados, tendo por base os comparáveis seleccionados para a zona. Foi considerado um período de 5 trimestres para construção e colocação imediata do empreendimento (pressuposto de ocupação própria). O valor de mercado total no estado actual do património em análise através do Método do Valor Residual fixa-se em 1.641.000 €. Este valor equivale a um valor unitário de 584 €/m² de área de construção potencial acima do solo, que se considera adequado face à dimensão e estado actual do projecto.

Construção Potencial:

- Método do Valor Residual: € 1.641.000 (2)
- Valor de Mercado Total no Estado Actual € 8.922.000 (1) + (2)

EDIFÍCIO DA QUINTA DO LAMBERT

O Edifício da Quinta do Lambert (Edifício Roff) é situado na Rua Agostinho Neto, zona de Lumiar. O valor de mercado do imóvel à data de avaliação e no seu estado actual foi calculado através do Método do Rendimento – Actualização de Rendas Actuais e Futuras.

Pelo Método do Discounted Cash Flow para o efeito da determinação do valor de mercado considerou-se um período de 5 anos. Considerou-se que a totalidade das áreas será arrendada de imediato a preços de mercado. No termo do período de análise de 5 anos, considerou-se a venda do património.

A taxa de desconto é determinada segundo as regras do WACC (Weighted Average Cost of Capital) e resulta na média ponderada entre o custo da dívida e do capital, fixando-se em 8,50%.



Considerou-se para o horizonte de 5 anos uma taxa de actualização média anual de 1,75%, correspondente à média dos coeficientes de actualização de rendas dos últimos 5 anos.

Desta forma, o valor de mercado do imóvel através do Método do Rendimento – Cash Flow ascende a 303.000 €.

- Área destinada a Serviços: 9,50 €/m²/mês a 12,00 €/m²/mês
- Lugares de Estacionamento: 90,00 €/lugar/mês

Imóvel situado na Rua do Pólo Norte e Alameda dos Oceanos

O imóvel situado na Rua do Pólo Norte e Alameda dos Oceanos referente às fracções autónomas de “Q”, “R” e “S” (Edifício Ogimatech) foi avaliado pela seguinte forma:

O valor de mercado do imóvel à data de avaliação e no seu estado actual foi calculado através do Método do Rendimento – Actualização de Rendas Actuais e Futuras.

Pelo **Método do Discounted Cash Flow** para o efeito da determinação do valor de mercado considerou-se um período de 5 anos. Considerou-se que a totalidade das áreas será arrendada de imediato a preços de mercado. No termo do período de análise de 5 anos, considerou-se a venda do património. No termo do período de análise é considerada a venda do imóvel por um valor equivalente à capitalização das rendas a uma Exit Yield de 7,25%, correspondente ao risco do imóvel arrendado na sua totalidade, tendo em consideração as características do mesmo, a actual situação de mercado e a sua localização.

A taxa de desconto é determinada segundo as regras do WACC (Weighted Average Cost of Capital) e resulta na média ponderada entre o custo da dívida e do capital, fixando-se em 8,50%.

Considerou-se para o horizonte de 5 anos uma taxa de actualização média anual de 1,75%, correspondente à média dos coeficientes de actualização de rendas dos últimos 5 anos.

Desta forma, o valor de mercado do imóvel através do Método do Rendimento – Cash Flow ascende a **1.525.000€**.

8. GOODWILL

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido no goodwill foi como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Saldo no início do período	58.920.584	46.966.476
Alterações de perímetro	-	7.700.573
Ajustamento após cálculo contabilização inicial Partblack a)	172.090	
Afectação Goodwill Partblack a Intangível	(8.912.756)	
Afectação Goodwill Tora a Intangível	(7.770.721)	
Adições relativas a concentrações empresariais (nota 5)	17.351.517	4.253.535
Alienação de empresas do Grupo		-
Saldo no fim do período	<u>59.760.715</u>	<u>58.920.584</u>
<u>Valor líquido contabilístico:</u>		
Saldo no início do período	<u>58.920.584</u>	<u>46.966.476</u>
Saldo no fim do período	<u>59.760.715</u>	<u>58.920.584</u>

a) Devido a adendas ao contrato que resultaram em alterações do preço.

Não existiu nenhum reconhecimento de perdas de imparidade, na sequência das avaliações efectuadas.

O detalhe do goodwill por segmento em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é conforme segue:

Segmentos:	31-12-2010	31-12-2009
ITO	35 994 203	44 734 868
ITC	20 764 422	11 183 626
BPO		
EM	3 002 090	3 002 090
	<u>59 760 715</u>	<u>58 920 584</u>

8.1 Goodwill – Teste de Imparidade

O goodwill foi objecto de avaliação de imparidade pelo método do “Discounted Cash-flow” pelo Professor Dr. Rui Alpalhão. Nesse contexto, procedeu-se a análise do valor das seguintes áreas de negócio:

- ITO (exercida através da Tecnidata SI, ALL2IT e Partblack)
- ITC (exercida através da ROFF, Reditus II, Reditus Consulting e Ogimatech)

O segmento de Engenharia e Mobilidade não foi sujeito a testes de imparidade porque se considera que o seu valor será obtido através da sua venda e não do seu uso. Face aos valores estimados de venda, em negociação, não antecipamos a existência de imparidades.

(milhares de euros)

Área de Negócio	Valor Avaliação	Goodwill	Activo Total- Passivo Corrente de Funcionamento	Valorização das áreas nas contas	Diferença
	(1)	(2)	(3)	(4) = (2) + (3)	(5) =(1) – (4)
ITO	64.207	35.550	24.670	60.220	3.988
ITC	46.593	21.209	20.917	42.126	4.467

O valor do Goodwill da Tora foi imputado aos segmentos proporcionalmente ao Goodwill de cada um, tendo sido seguido o mesmo critério para o valor da avaliação da mesma e dos activos e passivos de funcionamento. As percentagens de imputação da Tora são 63% para o ITO e 37% para o ITC.

Para cada área de negocio foi projectado um horizonte de 5 anos, até 2015, considerando o plano de negócios estabelecido pela administração do Grupo/Empresa(s), as perspectivas do sector de actuação, além de aspectos macroeconomicos. Foi utilizada a taxa de desconto 11,2% construída utilizando o Beta de mercado, um prémio de risco de mercado, o custo de dívida médio do Grupo, e *target de gearing* de 20%. A taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade foi de 2,0%.

Os pressupostos utilizados no crescimento do Volume de Negócios foram os seguintes:



ITO

A área de ITO deverá registar um CAGR 10-15 de 4,8% no Volume de Negócios reflectindo as expectativas da equipa de Gestão relativamente a:

1. Expansão internacional, nomeadamente em Angola
2. Aposta no fornecimento de soluções potenciadoras de redução de custos operacionais de gestão de TI, e de soluções flexíveis, que permitam às organizações concentrarem esforços nos seus core business;
3. Forte competência da Tecnidata em áreas com potencial de crescimento: novo paradigma do cloud computing e serviços de outsourcing.
4. Criação de políticas de fidelização e de angariação de novos negócios no mercado corporate do software de segurança da Panda Security

ITC

O Volume de Negócios deverá registar um CAGR 10-15 de 13,3% reflectindo essencialmente:

1. O impacto total da integração das empresas adquiridas em 2010, Digisis, Ogimatech e Sapi2 cuja inclusão nas contas de 2010 se reportam a Abril, Julho e Agosto respectivamente.
2. A oferta de serviços maior valor acrescentado através das competências detidas pelas novas empresas adquiridas, Digisis e Ogimatech.
3. A expansão da presença no sector da Administração Pública e Saúde.
4. O alargamento internacional através de uma oferta de serviços de maior valor acrescentado
5. A exploração do cross-selling entre as bases de Cliente e através dos novos serviços de Consultoria.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

9.1 Movimentos ocorridos nas rubricas de Outros Activos Fixos Intangíveis e nas respectivas Amortizações

Durante os exercícios findos em 2010 e em 2009 o movimento ocorrido no montante de activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2009	Alteração de perímetro	Activos não correntes detidos para venda	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2010
Projectos de desenvolvimento	12 046 503	212 463			(1 398 870)	(40 107)	10 819 989
Propriedade industrial	358 025	14 008 497	(123 663)	350 131	(14 086)	233 617	14 812 521
Outros activos intangíveis	105 841	10 917	(105 841)	25 791		22 698 880	22 735 588
Activos intangíveis em curso				22 300			22 300
	12 510 369	14 231 877	(229 504)	398 222	(1 412 956)	22 892 390	48 390 398

As “Correcções e Transferências” no valor de 22.698.880€ referem-se às afectações do Goodwill da Partblack e Tora a activos intangíveis.

Os movimentos do ano do segmento de Engenharia e Mobilidade já não estão incluídos nas várias colunas, sendo que na coluna “Activos não correntes detidos para venda” estão retirados os saldos iniciais do segmento.

	Saldo em 31/12/2009	Alteração de perímetro	Activos não correntes detidos para venda	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2010
Projectos de desenvolvimento	8 303 364	212 463		1 206 570	(1 398 870)		8 323 527
Propriedade industrial	281 779	8 523 868	(121 637)	162 349	(181 632)	138 301	8 803 028
Outros activos intangíveis	56 265	10 007	(56 265)	954 122	(1 460)		962 669
Activos intangíveis em curso							
	8 641 408	8 746 338	(177 902)	2 323 041	(1 581 962)	138 301	18 089 224

9.2 Protótipos

O valor líquido da rubrica “ Despesas de Desenvolvimento” à data de 31 de Dezembro de 2010, ascendeu a 2.496.462 euros, e diz respeito, maioritariamente, a despesas incorridas com os protótipos elaborados anteriormente ao arranque dos vários serviços adjudicados à Reditus.

O valor dos protótipos por área de negócio, é conforme se segue:

	Despesa Capitalizada	Amortização Acumulada	Valor Líquido
BPO	6 031 297	3 890 984	2 140 313
ITO	786 417	430 267	356 150
ITC	352 538	352 538	()
	7 170 252	4 673 790	2 496 462



O quadro abaixo detalha os protótipos:

Designação	Despesa Capitalizada	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Crédito Habitação	724 890	655 369	69 521
Aplicação SAS e Siebel	352 538	352 538	
GO (Gestão do Outsourcing)	857 183	753 232	103 950
Telecomunicações	687 307	587 441	99 867
Office Printing	76 822	76 822	
Economato	41 340	35 276	6 064
SGQ (Sistema Gestão Qualidade)	769 279	769 279	
Desktop Management Light	60 000	52 500	7 500
Gestão Administrativa Integrada	299 873	200 915	98 958
DARS	406 000	200 254	205 746
Penhoras e Habilitação Herdeiros	284 000	113 600	170 400
Navigium	225 000	130 437	94 563
Help-desk e Manutenção Parque Informático	193 595	81 202	112 393
Backoffice Cartões	275 000	117 996	157 004
Distrates	130 000	55 780	74 220
Rollout	50 000	19 489	30 511
RedBox	620 868	248 347	372 521
Arquivo	1 116 557	223 311	893 245
Total	7 170 252	4 673 790	2 496 462

9.3 Propriedade Industrial

Em 31 de Dezembro de 2010 o detalhe era o seguinte:

	<u>Valor Líquido</u>
Produtos a)	304 325
Tora b)	5 484 628
Outros	220 539
	<u>6 009 493</u>

- a) Aqui estão incluídos alguns produtos desenvolvidos e registados em 2010, da Solutions Factory, com o seguinte detalhe:

fast Intranet Suite	68 550
fast Doc	28 650
Partner Network Portal (P n P)	81 225
fast Process Enabler	84 825
fast Office Integrator	21 025
fast Search Integrator	20 050
Total:	304 325

A vida útil estimada é de 5 anos, com base na previsão de vendas efectuada.

- b) Este valor resulta do contrato realizado em 2004 entre a Tora, o Millenniumbcp e a Reditus. Pela avaliação do contrato foi registado na Tora, em 2005, um activo intangível no montante de 13.711.571 € o qual estava a ser amortizado ao longo de 10 anos. Com a compra da Tora pela Reditus SGPS foi adquirido este activo, o qual se considera ao justo valor, dado que os contratos com o Millenniumbcp foram prolongados por mais 5 anos.

9.4 Outros activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2010 o detalhe era o seguinte:

	Valor Líquido
Base de clientes Partblack a)	2 376 184
Sinergias/cross-selling Partblack b)	8 799 531
Aquisição Tora c)	10 572 409
Outros	24 795
	21 772 919

- a) Valorizou-se a base de Clientes adquirida em 2009, estimando-se a vida útil em 9 anos, tendo sido registada em 2010 a amortização correspondente;
- b) Valorizou-se a venda de novos produtos aos mesmos Clientes e a venda dos mesmos produtos a novos Clientes, estimando-se a vida útil em 15 anos, tendo sido registada em 2010 a amortização correspondente. Considerando os dois activos intangíveis, o crescimento dos proveitos estimado é de 10%, em média, de 2011 a 2014, de 3% de 2015 a 2018 e 1% após essa data. Este crescimento assenta no alargamento a novos mercados nomeadamente aos PALOP e na distribuição de novos produtos, alguns deles já identificados, mas não concretizados. O beta utilizado foi 0,8 e o wacc 7%;
- c) Com base na margem gerada pelos contratos com o Millenniumbcp, renovados por mais 5 anos, com crescimento de réditos de 10% ao ano até 2015 e 5% após esse ano, assumindo-se a sua renovação até 2032. O crescimento tem por base o possível ganho de novos negócios. Este montante encontra-se deduzido do activo de propriedade industrial existente na Tora (nota 9.3).

10. ACTIVOS E PASSIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O segmento Engenharia e Mobilidade constituído pelas empresas BCCM, JM Consultores e Caléo foram reclassificados para activos não correntes detidos para venda. A Reditus SGPS tem em curso um plano para venda das empresas e já foram efectuados contactos com potenciais compradores.

Os Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.



10.1 Activos disponíveis para venda

A 31 de Dezembro de 2010, a Empresa apresentava os seguintes activos (Segmento Engenharia e Mobilidade) classificados como detidos para venda:

	2010
ACTIVOS NÃO CORRENTES:	
Activos fixos tangíveis	176.782
Activos intangíveis	337.223
Outros investimentos financeiros	17.741
Activos por Impostos Diferidos	477.096
ACTIVOS CORRENTES:	
Inventários	770.034
Clientes	1.939.621
Outras contas a receber	2.323.450
Outros activos correntes	77.636
Caixa e equivalentes	725.532
Activos Disponíveis para Venda	6.845.115

10.2 Passivos disponíveis para venda

	2010
PASSIVO NÃO CORRENTE:	
Provisões	48.242
Outras contas a pagar	55.330
Passivos por impostos diferidos	7.101
Passivos por locação financeira	1.961
PASSIVO CORRENTE:	
Empréstimos	641.415
Fornecedores	2.226.340
Outras contas a pagar	2.563.487
Outros passivos correntes	644.224
Passivos por locação financeira	3.251
Passivos Disponíveis para Venda	6.191.351

11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica, cujo saldo ascendia a 5.000 Euros, refere-se a aquisição de acções da empresa LISGRAN.

12. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31/12/2010 e 31/12/2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Activos		Passivos		Valor Líquido	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Ajustamentos a)	565 668	383 300			565 668	383 300
Prejuízos fiscais reportáveis b)	1 226 374	1 549 880			1 226 374	1 549 880
Prejuízos fiscais reportáveis França c)	82 784	443 389			82 784	443 389
Reservas de reavaliação d)			577 391	803 184	(577 391)	(803 184)
Outros e)			5 763 253	908 392	(5 763 253)	(908 392)
Imp. diferidos activos/ (passivos) líq.	1 874 826	2 376 569	6 340 644	1 711 576	(4 465 818)	664 993

a) Estes ajustamentos referem-se essencialmente a perdas por justo valor de títulos e aplicações financeiras;

b) Os prejuízos fiscais reportáveis são os seguintes:

Ano de Prejuízo Fiscal	Ano Limite para Dedução	Valor do Prejuízo por utilizar	Valor da Dedução
2009	2015	4 921 151	1 226 374
2010	2014		
		4 921 151	1 226 374

Os activos por impostos diferidos foram reconhecidos na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais e as diferenças temporárias. Esta avaliação teve por base os planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

c) Esta rubrica refere-se, em 2010, aos prejuízos da Roff França e em 2009 aos da Caléo;

d) O valor relativo a reservas de reavaliação, diz respeito à reavaliação do edifício Reditus, em Alfragide, em que parte das amortizações não vão ser aceites fiscalmente;

e) Em 2010 corresponde aos activos intangíveis gerados após as aquisições da Partblack e da Tora, cujas amortizações não vão ser aceites fiscalmente. Em 2009 incluía os valores relacionados com a periodificação do proveito gerado em 2004 pela venda de passivos bancários à Tora, os quais foram reclassificados em 2010 para provisões para impostos.

13. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, os inventários têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Matérias primas e consumíveis		219 889
Produtos em curso		
Mercadorias	929 357	1 348 395
Imparidade de inventários	(260 710)	(277 332)
	<u>668 646</u>	<u>1 290 952</u>

14. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 as contas de Clientes têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Clientes Correntes	42 897 501	39 239 654
Clientes de Cobranças Duvidosas	2 536 759	1 520 104
Imparidade de clientes	(2 549 555)	(1 399 285)
	<u>42 884 705</u>	<u>39 360 472</u>

A rubrica de Clientes inclui 3.519.118€ de facturas cedidas ao factoring (ver nota 21).

As perdas de imparidade resultam de análises, segundo as quais determinados valores em dívida poderão não vir a ser recebidos na sua totalidade.

15. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de “outras contas a receber” é composta como se segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Estado e Outros Entes Públicos	7 106 788	4 856 410
Empresas do Grupo e Participadas	17 873	17 457
Outros accionistas		46 920
Adiantamentos a fornecedores	92 795	50 434
Outros Devedores	2 056 777	4 161 503
	<u>9 274 233</u>	<u>9 132 724</u>

A rubrica “Outros devedores” inclui um saldo de 1.014.348€ que resulta da penhora efectuada pela Administração fiscal, em relação ao processo da Interreditus (ver nota 39), o qual a Administração da Reditus considera recuperável atendendo ao recurso para o Tribunal Central Administrativo.

16. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de outros activos correntes era composta como se segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber		
Facturação a emitir		196 809
Outros acréscimos de rendimentos	9 953 390	1 581 274
	<u>9 953 390</u>	<u>1 778 083</u>
Gastos a reconhecer		
Obras	2 076	104 234
Rendas	78 823	85 279
Outros gastos a reconhecer	4 245 014	2 281 721
	<u>4 325 913</u>	<u>2 471 234</u>
	<u>14 279 303</u>	<u>4 249 317</u>

A rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” inclui em 2010 o montante de 7.145.769€ relacionados com a percentagem de acabamento do projecto em Angola pela ALL2IT, de acordo com a IAS11 – Contratos de Construção. O reconhecimento do rédito deste projecto é feito em função da estimativa de gastos ocorridos versus a estimativa de gastos totais do projecto.

A rubrica de “Outros gastos a reconhecer” inclui essencialmente comissões de agenciamento comercial, as quais estão relacionadas com proveitos diferidos e proveitos a facturar a Clientes.

17. ACTIVOS FINANCEIROS JUSTO VALOR

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Acções Millenniumbcp	1.540.151	1.539.846
Fundo	80 000	
Imparidade	(1 280 940)	(1 165 968)
	<u>339 211</u>	<u>373 878</u>

18. CAIXA E EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Depósitos bancários	8 433 686	3 753 062
Caixa	645 049	128 655
	9 078 735	3 881 717

19. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo em 31/12/2009	Aplicação Result 2009	Result Liq do Exerc	Outros	Saldo em 31/12/2010
Capital	44 630 250			6 927 015	51 557 265
Ações (quotas) próprias	(1 135 357)			(21 400)	(1 156 757)
Prémios de emissão	8 507 386			2 639 192	11 146 578
Reserva Legal	2 024 635				2 024 635
Outras Reservas	924 232			598 037	1 522 269
Resultados transitados	(37 337 980)	(284 769)		(473 483)	(38 096 232)
Ajustamentos em activos financeiros	(501 763)				(501 763)
Excedentes de valorização de activos fixos	3 266 648			(908 934)	2 357 714
Resultado consolidado líquido do exercício	(284 769)	284 769	268 607		268 607
	20 093 282		268 607	8 760 427	29 122 316

Em Setembro de 2010 foi realizado um aumento de capital da Reditus, SGPS. Foram assim subscritas um total de 1.385.403 acções, ao preço de subscrição de 7,50 euros, correspondendo a 86,59% da Oferta Pública de Subscrição, que foi subscrita de forma incompleta.

Após este aumento o Capital Social da Reditus passou a ser de 51.557.265 euros representado por 10.311.453 acções ao portador de valor nominal de 5 euros cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2010 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.

A 31 de Dezembro de 2009, a Reditus SGPS, detinha em carteira 182.610 acções próprias, representativas de 2,05% do capital social.

Nos termos do contrato de liquidez celebrado de acordo com a prática de mercado aceite pela CMVM, durante o ano de 2010, a Reditus SGPS, S.A adquiriu 5.107 acções próprias ao preço médio de 7,294 euros e alienou 1.567 ao preço médio de 7,352 euros.

A 31 de Dezembro de 2010, a Reditus SGPS detinha em carteira 186.150 acções próprias, representativas de 1,81% do capital social.

O prémio de emissão de acções variou devido ao aumento de capital em Setembro de 2010.

A variação nos excedentes de valorização de activos fixos resulta da avaliação feita aos imóveis do Grupo em 2010 (ver nota 7.3).

20. INTERESSES MINORITÁRIOS



Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os interesses minoritários estavam assim representados:

	% Interesses Minoritários		Valor Balanço		Resultados Atribuídos	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
J M. Consultores Inf. Artes Gráficas, SA	31%	32%	(737 550)	(517 615)	(196 491)	(2 341)
Caleo, SA	45%	45%	719 669	703 944	(27 054)	(162 160)
Roff Angola	20%	20%	6 431	5 211	1 220	3 135
Roff França	20%	20%	(21 381)	16 154	(37 535)	7 116
Roff SDF	20%	20%	136 794	124 807	12 020	123 808
Ogimatech - Consult Empresarial e Institucional	5%	---	1 068		36	
			105 031	332 501	(247 804)	(30 442)

21. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	23 984 989	19 130 401
Contas Correntes Caucionadas	310 000	
Papel comercial	1 000 001	1 500 000
	25 294 990	20 630 401
Correntes		
Empréstimos Bancários	29 968 532	8 474 546
Descobertos Bancários	5 625 591	6 635 029
Livranças	3 275 000	2 245 000
Contas Correntes Caucionadas	15 403 816	11 446 042
Factoring	3 519 118	1 975 444
Papel comercial	600 000	500 000
	58 392 057	31 276 061
	83 687 047	51 906 462

Em 31 de Dezembro de 2010, o prazo de reembolso dos empréstimos é como se segue:

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos Bancários	53 953 521	29 968 532	21 571 239	2 413 750
Descobertos Bancários	5 625 591	5 625 591		
Livranças	3 275 000	3 275 000		
Contas Correntes Caucionadas	15 713 816	15 403 816	310 000	
Factoring	3 519 118	3 519 118		
Papel comercial	1 600 001	600 000	1 000 001	
	83 687 047	58 392 057	22 881 240	2 413 750



O Papel Comercial reflecte um programa de emissão de um montante global de 2.000.000 euros iniciado em Maio de 2008 organizado por uma entidade financeira por um período de 5 anos, tem como garantia a consignação da facturação de vários contratos com Clientes.

A remuneração média dos empréstimos, incluindo outros gastos de financiamento, é a seguinte:

- 4,8% empréstimos bancários;
- 5% descobertos bancários;
- 9% livranças;
- 5,2% contas correntes caucionadas;
- 5,5% factoring;
- 4,6% papel comercial.

As garantias existentes nos vários empréstimos são:

- Empréstimo no Millenniumbcp com o valor em dívida de 1.227.778 €, tem como garantia o penhor de 433.311 acções do Millenniumbcp;
 - Empréstimo no BES, com o valor em dívida de 752.000 €, tem como garantias o penhor de 104.426 da Reditus SGPS e um depósito a prazo igual a 50% do valor do empréstimo;
 - Empréstimo no BES Investimento, com o valor em dívida de 5.950.195 €, tem como garantia a consignação da facturação de vários contratos com Clientes;
 - 3 empréstimos no Millenniumbcp, com o valor total em dívida de 11.149.852 €, têm como garantia o penhor de 750.000 acções da Reditus Gestão;
 - Empréstimo no Banco EFISA, com o valor em dívida de 5.000.000 €, tem como garantia a consignação da facturação de um contrato com Cliente.
- Existem três contratos – um empréstimo de 2.400.000€, uma conta corrente grupada de €3.000.000 e um mútuo de €752.000 – que possuem uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial, nas seguintes situações:
- Se o accionista Miguel Pais do Amaral passar a deter directa ou indirectamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 23,4%;
 - Se o accionista José António Gatta passar a deter directa ou indirectamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 14,40%;
 - Se o accionista Frederico Moreira Rato passar a deter directa ou indirectamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 14,40%;
 - Se o accionista António Maria de Mello passar a deter directa ou indirectamente uma participação no capital social da Reditus SGPS inferior a 9,0%.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Não Correntes		
Estado e Outros Entes Públicos	4 309	708 538
	<u>4 309</u>	<u>708 538</u>
Corrente		
Empréstimos por obrigações		311 417
Empresas do Grupo		
Outros accionistas		43 287
Adiantamentos de Clientes	149 500	
Out Emp Obtidos		
Fornecedores de imob. c/c		193 609
Estado e Outros Entes Públicos	5 185 801	5 718 714
Outros Credores	7 414 816	11 010 066
<i>Dividas de aquisições:</i>		
Partblack	2 051 456	7 083 000
Sapi2	413 288	
Caléo	601 769	601 769
Outros	4 348 303	3 325 297
	<u>12 750 117</u>	<u>17 277 091</u>
	<u>12 754 426</u>	<u>17 985 629</u>

A rubrica outros Credores/Outros inclui 2.561.456€, em 2010, referentes ao pagamento aos accionistas da Tora no caso de se vir a verificar o reembolso do IVA de igual montante solicitado pela Tora à Administração fiscal.

22.1 Estado e outros entes públicos

Na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, as responsabilidades estão divididas entre a divida corrente, relativa aos meses em curso e pagas nos meses seguintes e as responsabilidades que se encontram a ser liquidadas em regime prestacional, como se segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Finanças	8 481	
Segurança Social	178 720	708 538
	<u>187 201</u>	<u>708 538</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os saldos devedores e credores para com o Estado e outros entes Públicos como se segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar	424 926	234 972
IRC – Pagamento por Conta	242 995	323 249
Retenção imposto s/ rend.	28 005	3 771
IVA - A Recuperar	6 410 862	4 291 293
Restantes Impostos		1 323
Contribuição p/ Seg. Social		1 802
	<u>7 106 788</u>	<u>4 856 410</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	923 698	2 027 739
Retenção imposto s/ rend.	773 426	666 361
Retenção imposto s/ rend. - prestacional	8 481	
IVA - A Pagar	2 469 294	2 356 359
Restantes Impostos	20 865	53 741
Contribuição p/ Seg. Social	815 626	614 514
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional	174 411	
	<u>5 185 801</u>	<u>5 718 715</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional	4 309	708 538
	<u>5 190 110</u>	<u>6 427 253</u>

Uma das Empresas recentemente adquiridas, à data de 31 de Dezembro de 2010 tinha dívidas em mora de 169.007,85€.

23. PASSIVOS POR LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o valor dos Passivos por Locação Financeira era como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Não Correntes		
Edifícios	7 053 702	6 491 055
Equipamento Administrativo	284 183	816 862
Viaturas	453 646	259 201
Equipamento Informático	432 510	67 781
	<u>8 224 041</u>	<u>7 634 899</u>
Correntes		
Edifícios	530.564	458 919
Equipamento Administrativo	129.542	320 835
Viaturas	417.823	284 619
Equipamento Informático	212.611	66 883
	<u>1 290 540</u>	<u>1 131 256</u>
	<u>9 514 581</u>	<u>8 766 155</u>

Os prazos das responsabilidades com contratos de locação financeira são como se segue:

	Capital em Divida 31/12/2010
Pagamentos até 1 anos	1 290 540
Pagamentos entre 1 e 5 anos	3 980 067
Pagamentos a mais de 5 anos	4 243 974
	9 514 581

24. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica de “Fornecedores” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores, Conta Corrente	20 911 629	13 559 468
Fornecedores, facturas em rec. e conf.	1 726 696	1 017 890
	22 638 325	14 577 358

25. PROVISÕES E AJUSTAMENTOS

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2010, os movimentos das Provisões e Ajustamentos foram como segue:

	Saldo em 31/12/2009	Activos não correntes detidos para venda	Alteração de perímetro	Aumentos	Abates	Correcção s e Transf.	Saldo em 31/12/2010
Aplicações de tesouraria (nota 17) a)	1 165 968			123 049	(8 233)	156	1 280 940
Clientes cobrança duvidosa (nota 14)	1 399 285		272 519	659 304	(109 502)	327 950	2 549 555
Depreciação inventários (nota 13)	277 332					(16 621)	260 710
Outros devedores cob. duvidosa	373 163		9 208		(261 043)	(16 357)	104 971
Empresas do Grupo b)	2 461 456						2 461 456
Provisões c)	972 090	(72 090)	13 631	907 659	(13 631)		1 807 659
Aplicações financeiras d)	925 777				(36)		925 741
	7 575 071	(72 090)	295 358	1 690 012	(392 445)	295 128	9 391 033

- O ajustamento de Aplicações de Tesouraria resulta do valor de cotação dos títulos em carteira (BCP), sendo que o aumento está registado em perdas financeiras;
- Estes saldos referem-se a empresas inactivas há vários anos;
- Os aumentos referem-se a uma reclassificação de passivos por impostos diferidos relacionados com o proveito de 2004 da Tora por reconhecer, atendendo a que a Administração fiscal considerou que o proveito deveria ter sido reconhecido integralmente em 2004 e a empresa decidiu reconhecer o mesmo em 8 anos. Esta posição da Administração fiscal foi objecto de recurso.
- Esta rubrica refere-se a participações em sociedades sem actividade há vários anos, razão pela qual estão reconhecidas as respectivas imparidades.

26. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Outros Passivos Correntes tinha a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Credores por acréscimos		
Remunerações a pagar ao pessoal	4 412 360	2 615 809
Juros a liquidar	382 400	116 621
Fornecimento e Serviços Externos	545 988	591 240
Outros acréscimos	4 842 392	1 867 265
	<u>10 183 140</u>	<u>5 190 935</u>
Rendimentos a reconhecer		
Facturação antecipada	9 456 045	6 179 213
Projectos em curso	98 221	12 240 227
	<u>9 554 266</u>	<u>18 419 440</u>
	<u>19 737 406</u>	<u>23 610 375</u>

27. RÉDITOS DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Vendas	31-12-2010	31-12-2009
BPO		
IT Outsourcing	20 344 023	19 451 487
IT Consulting	5 793 532	4 632 767
Sistemas de Engenharia e Mobilidade		
Eliminações	(581 219)	(330 828)
	<u>25 556 336</u>	<u>23 753 426</u>

Prestações de Serviços	31-12-2010	31-12-2009
BPO	16 682 157	16 453 665
IT Outsourcing	32 371 494	31 290 211
IT Consulting	45 307 149	29 397 698
Sistemas de Engenharia e Mobilidade		
Eliminações	(4 349 047)	(3 390 303)
	<u>90 011 753</u>	<u>73 751 271</u>

28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Outros rendimentos operacionais	31-12-2010	31-12-2009
Trabalhos para a própria empresa	304 325	171 083
Rendimentos suplementares	1 961 558	1 003 753
Subsídios à exploração	53 447	12 180
Outros rend. e ganhos operacionais	696 581	952 299
	3 015 911	2 139 315

29. INVENTÁRIOS CONSUMIDOS E VENDIDOS

	2010	2009
Saldo inicial inventários	1 290 952	1 238 421
Transf. activos disponíveis para venda	(770 034)	
Compras	17 075 431	18 731 533
Saldo final inventários	668 646	1 290 952
Consumos	18 264 995	21 260 906

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Honorários	14 571 142	16 281 513
Subcontratos	13 733 431	12 002 077
Trabalhos especializados	10 795 668	2 972 665
Transportes, desl.e estadias e despesas de repres.	6 008 687	5 037 002
Outros fornecimentos e serviços	3 445 697	2 679 843
Rendas e alugueres	3 422 947	3 538 539
Comunicação	1 501 338	1 194 581
Royalties	1 247 662	
Água, electricidade e combustíveis	841 454	589 230
	55 568 026	44 295 450

31. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Remunerações do Pessoal	24 207 923	17 414 062
Encargos sobre Remunerações	4 510 115	3 432 277
Remunerações dos Órgãos Sociais	1 853 328	1 811 693
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	96 008	173 992
Outros Gastos com Pessoal	1 121 042	977 385
	31 788 416	23 809 409

31.1 Número médio de colaboradores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número médio de trabalhadores ao serviço, por área de negócio, era como segue:

NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES

	31-12-2010	31-12-2009
BPO	1176	209
IT Outsourcing	398	285
IT Consulting	646	322
Sistemas de Engenharia e Mobilidade	29	37
Áreas de Suporte	58	55
	2307	908

32. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções	213 018	197 060
Equipamento Básico	747 102	400 552
Equipamento de Transporte	463 222	381 746
Equipamento Administrativo	251 975	228 002
Outros Activos Fixos Tangíveis	157 219	89 744
	1 832 536	1 297 104
Outros Activos Fixos Intangíveis		
Projectos de desenvolvimento	1 225 818	1 135 254
Propriedade industrial	135 177	40 489
Outros activos intangíveis	962 046	
	2 323 041	1 175 743
	4 155 577	2 472 847

33. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Impostos e Taxas	138 264	181 017
Correcções exercícios anteriores	934 224	1 293 994
Outros	304 450	593 707
	1 376 938	2 068 719

34. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, tinham a seguinte composição:

	30-06-2010	30-06-2009
Gastos e Perdas Financeiras		
Juros suportados		
empréstimos	1.380.911	931.133
contratos de locação	165.460	251.687
factoring	21.811	74.355
mora e compensatórios	148.609	324.916
outros	7.953	265.805
	<u>1.724.744</u>	<u>1.847.896</u>
Serviços bancários	231.785	146.778
Diferenças de câmbio desfavoráveis	105.070	116.959
Outros gastos financeiros	159.056	290.920
	<u>2.220.655</u>	<u>2.402.553</u>
Proveitos e Ganhos Financeiros		
Juros obtidos	29.099	88.639
Diferenças de câmbio favoráveis	44.443	168.989
Outros proveitos financeiros	1.232	134.397
	<u>74.774</u>	<u>392.025</u>
Resultado Financeiro	<u>(2 145 881)</u>	<u>(2 010 528)</u>

	31-12-2010	31-12-2009
Gastos e Perdas Financeiras		
Juros suportados		
empréstimos	2.554.449	1.592.142
contratos de locação	312.826	394.817
factoring	66.300	42.647
mora e compensatórios	234.051	430.266
outros	28.301	563.802
	<u>3.195.927</u>	<u>3.023.674</u>
Serviços bancários	676.827	568.754
Diferenças de câmbio desfavoráveis	82.358	135.880
Outros gastos financeiros	883.233	290.933
	<u>4.838.345</u>	<u>4.019.241</u>
Proveitos e Ganhos Financeiros		
Juros obtidos	25.083	121.075
Diferenças de câmbio favoráveis	40.138	149.937
Outros proveitos financeiros	90.805	339.496
	<u>156.026</u>	<u>610.508</u>
Resultado Financeiro	<u>(4 682 319)</u>	<u>(3 408 733)</u>

35. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Imposto corrente	2 796 558	2 255 327
Imposto diferido	(2 162 387)	(458 235)
	634 171	1 797 092

35.1 Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a taxa média efectiva de imposto difere da taxa nominal devido ao seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Resultados Antes de Impostos	1 817 849	3 583 709
Impostos à taxa de 25%	454 462	895 927
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	7 965	526 386
Multas, coimas, juros compensatórios	44 052	112 040
Correcções relativas ao ano anterior	245 164	23 305
(Excesso) / Insuf. estimativa imposto a)	(826 287)	
Tributação Autónoma	145 878	448 136
Reconhecimento de passivos por impostos diferidos		(454 196)
Outros	562 936	(3 348 690)
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	634 171	(1 797 092)
Taxa média efectiva de imposto	34,9%	84,8%

O Excesso de estimativa de imposto deve-se principalmente aos benefícios fiscais no âmbito do SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, sendo que a candidatura referente ao ano de 2009 só foi entregue no primeiro semestre de 2010.



36. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os resultados das operações descontinuadas evidenciadas na demonstração dos resultados e os seus fluxos de caixa têm a seguinte composição:

	2010	2009
RÉDITOS OPERACIONAIS:		
Vendas	3.232.220	2.210.721
Prestações de serviços	1.180.414	2.629.047
Outros rendimentos operacionais	362.524	803.578
Total de réditos operacionais	4.775.158	5.643.345
GASTOS OPERACIONAIS:		
Inventários consumidos e vendidos	(2.559.965)	(1.811.905)
Fornecimentos e serviços externos	(1.385.321)	(1.347.626)
Gastos com pessoal	(1.492.608)	(1.458.041)
Gastos de depreciação e amortização	(140.629)	(571.273)
Provisões e perdas de imparidade	(169.145)	(54.122)
Outros gastos e perdas operacionais	(191.611)	(409.920)
Total de gastos operacionais	(5.939.280)	(5.652.887)
Resultados operacionais	(1.164.122)	(9.542)
RESULTADOS FINANCEIROS:		
Gastos financeiros, líquidos	(208.189)	(18.443)
Resultados antes de impostos	(1.372.311)	(27.985)
Impostos sobre o rendimento	209.436	(230.789)
Resultados das operações	(1.162.875)	(258.773)

**CASH FLOW****FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:**

	2010	2009
Recebimentos de clientes	4.149.855	6.671.961
Pagamentos a fornecedores	(2.744.204)	(2.179.799)
Pagamentos ao pessoal	(1.599.042)	(647.164)
Caixa gerada pelas operações	(193.390)	3.844.999
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(55.327)	(718.302)
Outros recebimentos / pagamentos	(109.412)	(2.544.516)
Fluxos das actividades operacionais [1]	(358.129)	582.181

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:**Pagamentos respeitantes a:**

Activos fixos tangíveis	-	(3.045)
Activos intangíveis	(35.684)	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	(2.032.728)	-

Recebimentos provenientes de:

Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	36.158	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	3.000	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	157	36.142
Dividendos	-	-

Fluxos das actividades de investimento [2]	(2.029.096)	33.097
---	--------------------	---------------

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:**Recebimentos provenientes de:**

Financiamentos obtidos	342.871	180.000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	2.000.000	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos	(228.337)	(298.023)
Juros e gastos similares	(138.088)	(51.007)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	(80.810)	(78.901)

Fluxos das actividades de financiamento [3]	1.895.636	(247.931)
--	------------------	------------------

Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]

	(491.589)	367.346
--	------------------	----------------

Efeito das diferenças de câmbio

	-	-
--	---	---

Caixa e seus equivalentes no início do período

	575.706	208.359
--	----------------	----------------

Caixa e seus equivalentes no fim do período

	84.117	575.705
--	---------------	----------------



Anexo às Demonstrações Condensadas Consolidadas de Fluxos de Caixa

	2010	2009
Disponibilidades constantes do balanço	725 532	582 566
Descobertos bancários	(641 415)	(6.861)
Caixa e seus equivalentes	<u>84 117</u>	<u>575 705</u>

37. RESULTADO LÍQUIDO POR ACÇÃO

	2010	2009
<u>Resultados:</u>		
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do exercício)	268.607	(284.769)
Resultado das operações descontinuadas para efeito de cálculo dos resultados por acção de operações descontinuadas	1.162.875	258.773
Resultado para efeitos de cálculo dos resultados por acção de operações em continuação	<u>1.431.482</u>	<u>(25.996)</u>
<u>Número de acções:</u>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo dos resultados líquido por acção básico e diluído	<u>9.088.082</u>	<u>8.743.440</u>
Resultado por acção das operações em continuação:		
Básico	0,1575	(0,0030)
Diluído	0,1575	(0,0030)
Resultado por acção das operações descontinuadas:		
Básico	(0,1280)	(0,0296)
Diluído	(0,1280)	(0,0296)
Resultado por acção:		
Básico	0,0296	(0,0326)
Diluído	0,0296	(0,0326)

38. COMPROMISSOS

À data de 31/12/2010, os compromissos financeiros das empresas do Grupo Reditus que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias são como se segue:

Valor (Euros)	À ordem de	Origem
212 969	IGFSS	Garantia de pagamento de processos executivos
3 949 871	DGCI	Garantia de pagamento de processos executivos
1 270 099	Diversos Clientes	Bom cumprimento das obrigações contratuais
56 199	Diversos Fornecedores	Bom cumprimento das obrigações contratuais

39. CONTINGÊNCIAS

Existem várias situações suscitadas pela Administração Fiscal, no âmbito de inspecções realizadas, que estão a ser contestadas pela Empresa junto da Administração Fiscal, sob a forma de recursos hierárquicos ou reclamações, ainda pendentes de decisão. O montante total de impostos reclamado pela Administração Fiscal é de 3.426.503€, embora seja entendimento da Administração da Reditus que a possibilidade de se vir a concretizar é remota.

Em exercícios anteriores foram realizadas inspecções fiscais por parte da Administração Fiscal a empresas do Grupo. Indicam-se seguidamente as situações referentes a cada empresa:

- Reditus SGPS: A Empresa foi notificada para proceder a correcções em sede de IRC, com referência aos anos de 2004 a 2007. A Empresa entregou e aguarda resposta aos recursos hierárquicos que apresentou relativamente às liquidações referentes a 2004 e 2005 e às reclamações que apresentou relativamente às liquidações dos restantes exercícios.

- Inter Reditus: Foram realizadas inspecções fiscais em sede de IRC e IVA relativamente aos anos de 1997 e 1998. A Empresa entendeu que as regularizações não eram correctas e deduziu reclamações e recursos hierárquicos contra as liquidações efectuadas pela Administração Fiscal. Os recursos hierárquicos foram indeferidos pelas Finanças, tendo a empresa deduzido reclamações para o Tribunal Tributário de Lisboa, invocando a prescrição das dívidas em causa. Estas reclamações foram indeferidas e a empresa recorreu para o Tribunal Central Administrativo, estando a aguardar os resultados destes recursos. Na pendência da decisão dos Tribunais, o que deveria ocasionar a suspensão dos processos de cobrança, as Finanças efectuaram penhoras para obter o pagamento dos valores envolvidos, os quais terão que ser devolvidos caso os recursos venham a ser julgados procedentes, conforme a Empresa espera que aconteça.

- Redware: A Empresa foi notificada para proceder a correcções em sede de IVA, com referência ao ano de 2004 e 2005. A Empresa entendeu que as correcções não estavam correctas, tendo apresentado reclamações e recursos hierárquicos relativamente às liquidações efectuadas pela Administração Fiscal. Os recursos hierárquicos foram indeferidos, estando a Empresa a preparar as impugnações judiciais que decidiu apresentar.



40. PARTES RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são os seguintes:

SALDOS

31.12.2010				
Clientes	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Fornecedores	
Canes Venatici	2.123	-	-	4.524
Courical Holding BV	-	-	2.051.456	-
GTBC - Global Technologie & Business Consulting	-	-	-	161.117
Lanifos - Soc Financiamento, Lda	-	-	-	-
Leya, SA	233.846	-	-	-
Companhia das Quintas Vinhos, SA	-	-	-	12.714
Portuvinus - Wine & Spirits, SA	-	-	-	73
D. Quixote	-	-	-	337
TEXTO Editores, Lda	-	-	-	5.668
	<u>235.969</u>	<u>-</u>	<u>2.051.456</u>	<u>184.432</u>

31.12.09				
Clientes	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Fornecedores	
Canes Venatici	2.006	-	-	-
Companhia das Quintas Vinhos, SA	-	-	-	1.260
Courical Holding BV	-	-	7.083.640	-
GTBC - Global Technologie & Business Consulting	4.840	-	-	406.025
Lanifos - Soc Financiamento, Lda	17.280	-	-	-
Leya, SA	552.000	-	-	-
Portuvinus - Wine & Spirits, SA	-	-	-	928
Tora - Soc. Imobiliária, SA	875	-	-	75.861
	<u>577.002</u>	<u>-</u>	<u>7.083.640</u>	<u>484.073</u>

TRANSAÇÕES

	31.12.2010		
	Vendas	Fornecimentos e serviços externos	Custos financeiros
GTBC - Global Technologie & Business Consulting	-	1.974.749	26.284
Canes Venatici	116	27.510	-
ELAO, SGPS, SA	300	-	-
D. Quixote		308	-
Companhia das Quintas Vinhos, SA		12.714	-
PARTROUGE - SGPS S.A	1.823	-	-
Portuvinus - Wine & Spirits, S.A.		73	-
OFICINA DO LIVRO	-	21	-
Lanifos - Soc Financiamento, Lda	13.990	-	-
TEXTO Editores, Lda	-	5.363	-
Pessoa, Pinto & Costa, Lda	54	-	-
Leya, SA	403.877	-	-
Tora - Soc. Imobiliária, SA		3.808.688	-
	<u>420.160</u>	<u>5.829.426</u>	<u>26.284</u>

	31.12.2009		
	Prestações de serviços	Fornecimentos e serviços externos	Custos financeiros
A2M,SA	1.200	-	-
Canes Venatici	1.340	56.000	-
Companhia das Quintas Vinhos, SA	-	1.125	-
Lanifos - Soc Financiamento, Lda	14.400	-	-
Eurocarisma	61.582	38.932	-
Portuvinus - Wine & Spirits, SA	-	2.666	-
GTBC - Global Technologie & Business Consulting	-	1.851.148	-
Tora - Soc. Imobiliária, SA	-	1.947.069	-
	<u>78.522</u>	<u>3.896.941</u>	<u>-</u>

Todas as transações com as empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transações correspondem aos que seriam praticados com empresas não relacionadas.

- O saldo a pagar à Courical Holding BV deve-se à aquisição da Partblack, no segundo semestre de 2009. No início de 2011 foi feito um acordo com a Courical, atendendo ao não pagamento atempado da última prestação, o qual resultou num aumento de preço de €659.636,71, o qual já se encontra registado nas contas;
- Os saldos e transações com a GTBC devem-se a um contrato de prestação de serviços de outsourcing especializado;
- Os saldos a receber da Leya devem-se à implementação de uma aplicação informática pela Roff;

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 não foi paga nenhuma componente variável de remuneração da Administração, nem a título de cessão de mandato. A componente fixa foi a seguinte:



Executivos	329.952
Frederico Moreira Rato	133.782
Miguel Ferreira	126.170
Francisco Santana Ramos	70.000
Não Executivos	233.000
Miguel Pais do Amaral	30.000
José António Gatta	30.000
Fernando Fonseca Santos	30.000
António Nogueira Leite	39.000
António Maria de Mello	74.000
José Manuel Silva Lemos	30.000

As remunerações totais do pessoal chave do Grupo foram no montante de 1.853.328€ em 2010 (1.811.693€ em 2009).

41. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Montantes reconhecidos como custo:</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Pagamentos mínimos de locação operacional Instalações / Equipamento	<u>2.409.463</u>	<u>2.308.588</u>
<u>Montantes reconhecidos como custo:</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Pagamentos mínimos de <i>renting</i> de viaturas	<u>1.015.042</u>	<u>834.952</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos mínimos não canceláveis das locações é como se segue:

<u>Responsabilidades assumidas:</u>	<u>2010</u>
até 1 ano	1.774.123
entre 1 e 5 anos	4.496.298
mais de 5 anos	1.013.390
	<u>7.283.811</u>

Não existem rendas contingentes.

42. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS AUDITORES

A remuneração total auferida pelo auditor e a outras entidades pertencentes à mesma rede pelos seus serviços às empresas do Grupo Reditus ascendeu a 31 de Dezembro de 2010 a 193.210 euros, os quais se subdividem de acordo com o indicado abaixo:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Serviços de revisão legal de contas		
BDO & Associados, SROC	60 000	60.500
Auren Auditores & Associados, SROC	40 000	33.300
Carvalheda, Plácido & Associados, SROC	24 700	37.966
Gomes Marques e Carlos Alexandre & Associada, SROC	4 920	0
UHY & Associados, SROC, Lda	5 040	0
	<u>134 660</u>	<u>131.766</u>
Outros Serviços que não o de revisão legal de contas		
BDO & Associados, SROC	0	18.842
Deloitte & Associados, SROC	0	20.480
Auren Auditores & Associados, SROC	58.550	0
	<u>58.550</u>	<u>39.322</u>
	<u>193 210</u>	<u>171.088</u>

43. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

A 18 de Janeiro de 2011, as empresas Reditus Gestão, SGPS, SA e a empresa Tecnidata IF – Investimentos Financeiros, SGPS, SA que têm por objecto social a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, fizeram nos termos da alínea a) do artigo 112º do CSC a inscrição de fusão no registo comercial, onde a empresa Tecnidata IF - Investimentos Financeiros, SGPS, SA, (empresa incorporada) se extingue.

Ambas as empresas, detém directa ou indirectamente, um conjunto de sociedades, as quais fazem parte do universo Reditus. Tendo em conta que a sociedade Incorporante detém a totalidade do capital social da Sociedade a Incorporar, as participações sociais detidas por esta são, indirectamente, detidas totalmente pela sociedade incorporante, numa dispensável sobreposição de participações que torna supérflua a manutenção da sociedade incorporada.

Este processo de fusão é o meio mais eficaz e mais célere de otimizar, simplificar e reduzir as estruturas de ambas as entidades, criando condições para uma melhor e mais eficaz performance económico-financeira da operação de gestão de participações sociais do Grupo Reditus, reduzindo os custos e racionalizando os recursos, com os consequentes ganhos, quer ao nível do relacionamento com os accionistas, quer junto dos Clientes e fornecedores do Grupo Reditus.



O Conselho de Administração da Reditus decidiu propor aos seus accionistas um aumento do capital social da sociedade de € 51.557.265,00 para até € 81.557.265,00, a realizar, em dinheiro, no âmbito de uma oferta pública com respeito pelos direitos legais de preferência dos accionistas da sociedade, através da emissão de até 6.000.000 novas acções ordinárias, a subscrever pelo preço unitário de subscrição de € 5 (correspondente ao respectivo valor nominal).

O objectivo desta operação é fortalecer a estrutura financeira do Grupo Reditus de forma a permitir a continuação do crescimento sustentado nos mercados doméstico e internacional, quer organicamente quer por aquisições.

O Grupo Reditus inaugurou o seu novo Centro de Serviços de Évora dia 25/03/2011, dia em que comemorou o seu 45º aniversário. Este projecto conta com 461 colaboradores, criado assim, em parceria com a Fidelidade Mundial e a Império Bonança, seguradoras do Grupo Caixa Geral de Depósitos. O Centro de Serviços Reditus de Évora caracteriza-se pela sua grande capacidade, versatilidade e disponibilidade na óptica de um centro multi-disciplinar para a prestação de Serviços de Suporte ao Negócio para empresas e instituições em regime de Outsourcing.

Com uma área superior a 2.500 m², o Centro possui 426 postos de operação, 4 salas de formação, 2 gabinetes para infra-estruturas de apoio, bem como uma moderna infra-estrutura tecnológica associada a redes de nova geração para voz e dados suportada por um data center, sistemas de backup para falhas energéticas, sistemas de segurança contra incêndios, inundações e intrusão, controlo de acesso e áreas para pausas intercalares e refeições.

Parte III - Anexo ao Relatório Consolidado de Gestão

I. INFORMAÇÃO SOBRE A TITULARIDADE DAS ACÇÕES E OBRIGAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL E, BEM ASSIM, DE TODAS AS SUAS AQUISIÇÕES, ONERAÇÕES OU CESSAÇÕES DE TITULARIEDADE DE ACÇÕES E DE OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE E DE SOCIEDADES COM AS QUAIS AQUELA ESTEJA EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO

(Informação devida nos termos do artigo 447º do código das Sociedades Comerciais)

As comunicações recebidas pela Sociedade nos termos deste artigo foram as seguintes:

a) Membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31/12/09	Acréscimos no exercício	Decréscimos no exercício	Posição em 31/12/10
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral				
Frederico José Appleton Moreira Rato	191.911	30.000	19.000	202.911
José António da Costa Limão Gatta				
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos	702 135			702 135
António do Pranto Nogueira Leite				
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira				
Francisco José Martins Santana Ramos				
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes				
José Manuel Marques da Silva Lemos				

Em 31 de Dezembro de 2010, os membros do Conselho de Administração não detinham quaisquer obrigações da Reditus SGPS, não tendo realizado transacções com obrigações da Reditus SGPS.

Durante o exercício de 2010, as transacções de títulos representativos do capital social da Reditus SGPS, SA efectuadas por membros do Conselho de Administração foram como se segue no quadro abaixo:

Dirigente	Data	Operação	Quant.	Preço Unit.
Frederico Moreira Rato				
Saldo Inicial	31-12-2009		191.911	
	23-07-2010	Venda	19.000	7,55€
	29-09-2010	Compra	30.000	7,50€
Saldo Final	31-12-2010		202.911	

Em 31 de Dezembro de 2010, a Courical Holding, BV., sociedade na qual Eng. Miguel Pais do Amaral, Presidente do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é accionista, detinha directamente 1.896.200 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 18,39% do capital da Sociedade e a dos 18,73% direitos de voto.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Partrouge SGPS, sociedade na qual Eng. Miguel Pais do Amaral, Presidente do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é accionista detinha directamente 1.168.369 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 11,33% do capital da Sociedade e a dos 11,54% direitos de voto.

Em 31 de Dezembro de 2010, a ELAO SGPS, sociedade na qual Eng. José António Gatta, membro do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é accionista e exerce cargo de Presidente do Conselho de Administração, detinha 1.480.000 acções da Reditus SGPS, correspondentes a 14,35% do capital social e a 14,62% dos direitos de voto da Reditus.

Em 31 de Dezembro de 2010, a SACOP - Sociedade Agrícola do Casal do Outeiro do Polima, S.A., sociedade na qual Dr. Frederico Moreira Rato, membro do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é administrador, detinha indirectamente 1.638.180 acções, correspondentes a 15,89% do capital social e a 16,18% dos direitos de voto da Reditus.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Canes Venatici - Investimentos SGPS, sociedade na qual Eng. António Maria de Mello, membro do Conselho de Administração da Reditus SGPS, é accionista, detinha indirectamente 826.331 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 8,01% do capital da Sociedade e a 8,16% direitos de voto.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Inventum SGPS, sociedade na qual Dr. Rui Miguel Ferreira, membro do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é accionista e gerente, detinha 665.690 acções da Reditus SGPS, correspondentes a 6,46% do capital social e a 6,57% dos direitos de voto da Reditus.

b) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, composto pelo Dr. Rui António Gomes Nascimento Barreira, Eng. Alfredo Francisco Aranha Salema Reis, Dr. José Maria Franco O'Neill e Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes não detinham quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2010, não tendo realizado transacções com quaisquer títulos da Reditus SGPS, SA.

II. ACCÕES PRÓPRIAS

Em 31 de Dezembro de 2010, a Reditus SGPS detinha em carteira 186.150 acções próprias, representativas de 1,81% do capital social.

As transacções de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2010 resultaram da execução do contrato de liquidez, tendo sido adquiridas 5.107 acções próprias ao preço médio de 7,294 euros e alienadas 1.567 acções próprias ao preço médio de 7,352 euros.

III. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 448º, Nº 4 DO CSC

A Lista de accionistas que na data do encerramento do exercício de 2010 e segundo os registos da Sociedade e as informações prestadas, são titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital e dos accionistas que deixaram de ser titulares das referidas fracções de capital.

Courical Holding, BV.

Detinha directamente 1.896.200 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 18,39% do capital da Sociedade e a dos 18,73% direitos de voto.

Partrouge SGPS

Detinha directamente 1.168.369 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 11,33% do capital da Sociedade e a dos 11,54% direitos de voto.

**ELAO - SGPS**

Detinha indirectamente 1.480.000 acções da Reditus SGPS, SA., correspondentes a 14,35% do capital da Sociedade e a 14,62% dos direitos de voto.

SACOP - Sociedade Agrícola do Casal do Outeiro do Polima, S.A

Detinha indirectamente 1.638.180 acções da Reditus SGPS, SA., correspondentes a 15,89% do capital da Sociedade e a 16,18% dos direitos de voto.

IV. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 324º, Nº 2 DO CSC

Em 31 de Dezembro de 2010, a Reditus SGPS detinha em carteira 186.150 acções próprias, representativas de 1,81% do capital social.

As transacções de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2010 resultaram da execução do contrato de liquidez, tendo sido adquiridas 5.107 acções próprias ao preço médio de 7,294 euros e alienadas 1.567 acções próprias ao preço médio de 7,352 euros.

V. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 397º, Nº 4 DO CSC

Não foram solicitadas e, por isso, não foram concedidas autorizações nos termos previstos no nº 2 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.



VI. LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 CALCULADAS NOS TERMOS DE ARTIGO 20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, E TAMBÉM, PARA EFEITOS DO ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Titular	Nº de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Miguel Pais do Amaral			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Courical Holding BV	1.896.200	18,39%	18,73%
Através da Partrouge SGPS	1.168.369	11,33%	11,54%
Total imputável	3.064.569	29,72%	30,27%
José António da Costa Limão Gatta			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da ELAO SGPS, SA	1.480.000	14,35%	14,62%
Total imputável	1.480.000	14,35%	14,62%
SACOP - Soc. Agrícola do Casal do Outeiro do Polima, S.A.			
Directamente	45.145	0,44%	0,45%
Através da Lisorta, Lda	1.210.124	11,74%	11,95%
Pessoa Pinto & Costa, Lda	180.000	1,75%	1,78%
Através de Frederico Moreira Rato	202.911	1,97%	2,00%
Total imputável	1.638.180	15,89%	16,18%
António Maria de Mello			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da António M. de Mello, SGPS	738.498	7,16%	7,29%
Através da Canes Venatici - Investimentos SGPS	87.833	0,85%	0,87%
Total imputável	826.331	8,01%	8,16%
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos			
Directamente	702.135	6,81%	6,93%
Total imputável	702.135	6,81%	6,93%
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Inventum SGPS, S.A	665.690	6,46%	6,57%
Total imputável	665.690	6,46%	6,57%
Francisco Febrero, Mario Oliveira e Ricardo Regal			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Greendry SGPS	242.143	2,35%	2,39%
Total imputável	242.143	2,35%	2,39%

VII. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 245º-A, Nº 1 DO CVM

a) Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social da Reditus, SGPS, SA era de 51.557.265 euros integralmente subscrito e realizado em dinheiro, representado por 10.311.453 acções, com o valor nominal de 5 euros cada.

As acções são todas ordinárias, tituladas e ao portador, embora seja permitida estatutariamente a sua conversão em escriturais e nominativas. Todos os direitos e deveres inerentes a todas as acções são iguais. As acções encontram-se todas admitidas à negociação.

b) Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

O contrato de sociedade não prevê qualquer restrição à transmissibilidade ou titularidade das acções.

c) Participações qualificadas no capital social da sociedade.

Informação disponibilizada no ponto V do presente anexo.

d) Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não há na Reditus nenhum accionista ou categoria de accionistas que sejam titulares de direitos especiais.

e) Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não está previsto qualquer mecanismo de controlo.

f) Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de desta que de direitos de conteúdo patrimonial.

Informação disponibilizada no Relatório sobre o Governo da Sociedade no capítulo I nas alíneas I.6 a I.11.

g) Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial.

h) Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade.

Os estatutos da Reditus não prevêm quaisquer regras especiais relativas à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração ou à alteração dos seus estatutos. Tais matéria estão, pois, apenas sujeitas ao regime legal geral.

i) Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital.

Informação disponibilizada no Relatório sobre o Governo da Sociedade no capítulo II na alínea II.5.

j) Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Não existem acordos de qualquer natureza que produzam efeitos em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Parte IV - Relatório sobre o Governo da Sociedade

Capítulo 0 - Declaração de Cumprimento

0.1 Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar.

Os textos dos códigos de governo da sociedade encontram-se disponíveis no sítio da sociedade e foram igualmente tornados públicos através do sítio da CMVM.

0.2 - Indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas.

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 1/2010, indicam-se, discriminadamente, no presente Capítulo, as recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas adoptadas e não adoptadas. Entende-se, para este efeito, como não adoptadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.

Recomendações CMVM	Medidas Implementadas	Cumprimento
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe dos recursos humanos e logísticos de apoio adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da Sociedade. (Capítulo I.3)	Adoptada
I.1.2 A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferir qualquer remuneração pelo exercício das suas funções. (Capítulo I.3)	Adoptada
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia-geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Cód.VM, o bloqueio das acções para assistir e exercer o direito de voto em assembleia-geral deixou de ser exigível. Têm direito a participar e votar em assembleia-geral os accionistas que, na data de registo, correspondente às 00.00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização daquela assembleia, for titular de acções que lhe confirmam pelo menos um direito de voto. Para esse efeito os accionistas deverão declarar, por escrito, a intenção de participar na assembleia-geral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior ao quinto dia de negociação anterior ao da realização	Não aplicável

<p>I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.</p>	<p>daquela assembleia. (Capítulo I.4)</p> <p>Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C no Cód.VM, o bloqueio das acções para assistir e exercer o direito de voto em Assembleia Geral, em primeira ou segunda sessão (ou outra), deixou de ser exigível (<i>vide</i> o parágrafo anterior) (Capítulo I.5)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO</p>		
<p>I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando admissível, ao voto por correspondência electrónica.</p>	<p>De acordo com o disposto no artigo 10.º dos Estatutos, os accionistas da Reditus com direito a voto poderão exercê-lo por correspondência, nos termos e condições expressos na convocatória para a Assembleia Geral. Nos termos do mesmo artigo, os accionistas da Reditus com direito a voto poderão exercê-lo por correspondência electrónica, desde que seja verificada pelo Presidente da Mesa, previamente à convocação relevante, a existência de meios que garantam a segurança e fiabilidade no voto por esta forma emitido. (Capítulo I.8)</p>	<p>Adoptada</p>
<p>I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.</p>	<p>A carta contendo a declaração de voto deverá ser recebida pela sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral. (Capítulo I.10)</p>	<p>Adoptada</p>
<p>I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção</p>	<p>Os estatutos da Reditus prevêm 1 voto para cada acção. (Capítulo I.6)</p>	<p>Adoptada</p>
<p>I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES</p>		
<p>I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.</p>	<p>Não existem quaisquer regras estatutárias sobre quórum deliberativo, regendo-se a Assembleia Geral de acordo com as regras previstas no Código das Sociedades Comerciais. (Capítulo I.7)</p>	<p>Adoptada</p>
<p>I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS</p>		
<p>I.5.1 Extractos das actas das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias após a realização da assembleia-geral, ainda que não constituam informação privilegiada.</p> <p>A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os</p>	<p>Esta recomendação corresponde à prática corrente da Reditus. (Capítulo I.16)</p>	<p>Adoptada</p>

resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio da Internet da sociedade durante, pelo menos, nos 3 anos.

I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES

I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia-geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Não foram tomadas medidas pela Reditus com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição. Não há disposição estatutária que limite o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

(Capítulo I.13)

Adoptada

I.6.2 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

A Reditus não adoptou medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

(Capítulo I.20)

Adoptada

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. TEMAS GERAIS

II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.

O Conselho de Administração da Reditus analisa e acompanha os desenvolvimentos relacionados com o modelo de governo da sociedade, no sentido de, se necessário e/ou quando oportuno, proporem alterações ao modelo adoptado. Até a data, o modelo existente foi considerado apropriado à estrutura da Reditus, não tendo sido reconhecido qualquer constrangimento ao seu funcionamento.

(Capítulo II.1)

Adoptada

II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que

A Reditus dispõe de uma unidade de auditoria Interna que tem como função a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa. A unidade de

Adoptada

permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: *i)* fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; *ii)* identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; *iii)* análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; *iv)* gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; *v)* mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; *vi)* adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; *vii)* avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.

auditoria realiza um controlo continuado sobre as seguintes áreas: Financeira (contabilidade, *reporting*, orçamento); Recursos Humanos (recrutamento e gestão); Comercial (Clientes/fornecedores, controlo de qualidade). Além disso, existem quatro comissões específicas no Grupo Reditus coordenadas pelo administrador independente António Nogueira Leite, cujo funcionamento articulado permite uma avaliação constante do cumprimento das regras relativas à estrutura das sociedades. (Capítulo II.4)

II.1.1.3. O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.

O órgão de administração assegura, através de uma unidade de auditoria interna, a criação e funcionamento de sistemas de controlo interno e de gestão de riscos. A unidade de auditoria reporta funcionalmente a um administrador independente, com o qual tem reuniões periódicas. Cabe ao Conselho Fiscal supervisionar o funcionamento daqueles mesmos sistemas e analisá-los nas suas reuniões. (Capítulo II.6)

Adoptada

II.1.1.4. As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: *i)* identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; *ii)* descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.

No relatório anual sobre o Governo da Sociedade de 2010, a Reditus identificou os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos que a sociedade se expõe no exercício da actividade e descreveu a actuação e eficácia do sistema de gestão de risco. (Capítulo II.5 e II.9)

Adoptada

II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Existem regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal podendo os mesmos ser consultados no sítio da Reditus. (Capítulo II.6)

Adoptada

II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos

Presentemente a composição do Conselho de Administração inclui seis administradores não executivos, os quais, exercem funções de acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte dos membros executivos. (Capítulo II.3 e II.9).

Adoptada

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

O Conselho de Administração da Reditus é constituído por nove administradores, entre os quais dois administradores não executivos e independentes. (Capítulo II.9)

Não adoptada

II.1.2.3. A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.

O Conselho de Administração da Reditus avalia a independência dos seus membros não executivos em conformidade com todos os requisitos legalmente aplicáveis, não sendo considerado independente um administrador que não pudesse ser considerado como tal noutro órgão social. (Capítulo II.15)

Adoptada

II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO

II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, à excepção do Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes, suplente do Conselho Fiscal, que poderá encontrar-se em situação de incompatibilidade nos termos do artigo 414.º-A, n.º 1, alínea h), caso se torne membro efectivo daquele órgão e, nessa data, mantenha as funções de administração e fiscalização que actualmente exerce noutras sociedades. (Capítulo II.21)

Adoptada

II.1.3.2. O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.

Os candidatos a administradores não executivos são seleccionados através de um processo exclusivamente conduzido pelos Accionistas, sem intervenção dos administradores executivos. As listas para nomeação de administradores não

Adoptada

executivos são elaboradas exclusivamente pelos Accionistas.

II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.

Os colaboradores da Reditus devem comunicar quaisquer práticas irregulares que detectem ou de que tenham conhecimento ou fundadas suspeitas, de forma a prevenir ou impedir irregularidades que possam provocar danos graves à Reditus e aos seus colaboradores, Clientes, parceiros e accionistas. As referidas comunicações devem ser efectuadas por escrito e conter todos os elementos e informações de que o colaborador disponha e que julgue necessários para a avaliação da irregularidade. As comunicações são recebidas e encaminhadas através da unidade de auditoria, podendo o colaborador solicitar o tratamento confidencial quanto à origem da comunicação. (Capítulo II.22)

Adoptada

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.

As linhas gerais desta política são divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades. (Capítulo II.22)

Adoptada

II.1.5 REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa; ii) a componente variável deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes; iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve

A remuneração do Conselho de Administração da Reditus está estruturada de forma a permitir um alinhamento de interesses entre os seus administradores e os interesses de longo prazo da sociedade. Na Assembleia Geral de Abril de 2010 foram aprovados os critérios que presidem à fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração. Estes critérios incluíram uma conjugação da relevância das áreas de gestão executiva que constituem o pelouro de cada administrador e o número de anos no exercício efectivo dessas funções na sociedade. No que respeita a remuneração variável dos titulares do órgão de administração, esta é fixada atendendo à ponderação conjugada do resultado líquido consolidado, do EBITDA e da evolução anual da cotação das acções. Os administradores não executivos apenas são remunerados com um salário fixo ou com senhas de presenças, não contendo qualquer componente variável no salário

Não adoptada

ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período; iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade; v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções; vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos; vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador; viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.

No exercício de 2010, não foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração remunerações variáveis. Até à data, a atribuição da remuneração variável, quando aplicável, não foi diferida por um período não inferior a três anos. (Capítulo II 32,33 e 34)

II.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho, a Reditus divulgou a informação determinada no artigo 2.º daquela lei. A Reditus divulgará a partir de 2011 a restante informação mencionada na presente recomendação, em linha com a prática de mercado e com o disposto nesta recomendação. (Capítulo II.30)

Não adoptada

II.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações, a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009, deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das

A Reditus divulgará a partir de 2011 a informação mencionada na presente recomendação, em linha com a prática de mercado e com o disposto nesta recomendação. (Capítulo II.30)

Não adoptada

normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

<p>II.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.</p>	<p>Não existem, de momento, quaisquer programas ou planos de remunerações variáveis que consistam na atribuição de acções, de opções de aquisição de acções ou outro sistema de incentivos com acções. Na Assembleia Geral de Abril de 2010 foram aprovados os critérios que presidem à fixação da remuneração variável dos membros executivos do Conselho de Administração, que é fixada atendendo à ponderação conjugada do resultado líquido consolidado, do EBITDA e da evolução anual da cotação das acções. Os restantes titulares de cargos sociais não auferem remuneração variável. Não existem actualmente planos de pensões ou reforma.</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>II.1.5.6 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias-gerais anuais de accionistas</p>	<p>Normalmente estão presentes nas assembleias-gerais dois representantes da Comissão de Remunerações, o Presidente da Assembleia Geral, Dr. Diogo Lacerda Machado, e o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Rui Barreira. (Capítulo I.15)</p>	<p>Adoptada</p>
<p>II.1.5.7 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.</p>	<p>A Reditus divulga a informação mencionada na presente recomendação. (Capítulo II.31)</p>	<p>Adoptada</p>
<p>II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>		
<p>II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	<p>A Comissão Executiva, a quem compete a gestão corrente da sociedade, detém todos os poderes de decisão e representação necessários e/ou convenientes ao exercício da actividade que constitui o objecto social da mesma e cuja delegação a lei não proíba. (Capítulo II.9)</p>	<p>Adoptada</p>
<p>II.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii)</p>	<p>O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão das actividades da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e no contrato de sociedade. As matérias referidas na recomendação não foram delegadas pelo</p>	<p>Adoptada</p>



definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Conselho de Administração. (Capítulo II.5)	
II.2.3 Caso o presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.		Não aplicável
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.		Adoptada
II.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade	A Reditus não dispõe de uma política formal de rotação dos pelouros no Conselho de Administração. No entanto, o administrador Francisco Santana Ramos exerce funções de Chief Financial Officer (CFO) desde Julho 2009. (Capítulo II.11)	Não adoptada
II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Foi prestada pelos administradores executivos da Reditus, em tempo útil e de forma adequada, todas as informações solicitadas pelos diversos órgãos sociais. (Capítulo II.3)	Adoptada
II.3.2 O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	O Presidente da Comissão Executiva da Reditus remeteu ao Presidente do Conselho Fiscal as convocatórias e as actas das reuniões da Comissão Executiva. (Capítulo II.3)	Adoptada
II.3.3 O presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.		Não aplicável
II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		



Não aplicável

II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal são divulgados no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas (Capítulo II.3)

Adoptada

II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

Os relatórios anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e encontram-se à disposição dos accionistas no site da Sociedade, juntamente com os documentos de prestação de contas (Capítulo II.4)

Adoptada

II.4.4 O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.

O Conselho Fiscal é o primeiro interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo, cuja actividade é por si acompanhada e supervisionada. Este Conselho propõe o auditor externo a respectiva remuneração e zela para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. (Capítulo II.3)

Adoptada

II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

O Conselho Fiscal avalia o auditor externo e propõe à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito. (Capítulo II.3)

Adoptada

II.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*) devem

A unidade de auditoria reporta funcionalmente ao administrador independente, Professor Doutor António

Adoptada

reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.

Nogueira Leite. Para o efeito são realizadas reuniões periódicas. (Capítulo II.5)

II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.

A Reditus entende que, dada a sua dimensão e as funções desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, não se justifica, até ao momento, a existência de comissões específicas para as matérias referidas nesta recomendação no âmbito do Conselho de Administração. (Capítulo II.2)

Não Adoptada

II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

A Comissão de Remunerações é composta pelos Senhores Presidente da Assembleia Geral, Dr. Diogo Lacerda Machado, Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Rui Barreira, e Dr. Jorge Pereira da Costa todos membros independentes face ao órgão de administração, e com conhecimentos e experiência adequados ao exercício destas funções. (Capítulo II.38)

Adoptada

II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.

Adoptada

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.

A Reditus detém um Gabinete de Relações com o Investidor que assegura o adequado relacionamento como mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. (Capítulo III.12).

Adoptada

III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:

A Reditus disponibiliza um conjunto vasto de informações em inglês através do seu site na Internet: www.reditus.pt. O

Adoptada

- a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) Estatutos;
- c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;
- e) Documentos de prestação de contas;
- f) Calendário semestral de eventos societários;
- g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;
- h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.
- objectivo é dar a conhecer a empresa a investidores, analistas e público em geral, facultando o acesso permanente a informação relevante e actualizada. Podem, assim, ser consultados dados referentes à actividade da empresa, bem como informações especificamente destinadas aos investidores, que estão disponíveis, em português e inglês, na secção “Investidores”. Destas informações destacam-se apresentações de resultados, informação privilegiada e outros comunicados à CMVM, relatórios e contas, o calendário financeiro, a estrutura accionista, os órgãos sociais e o desempenho bolsista das acções da Reditus. (Capítulo III.12).

III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

O auditor da Reditus foi designado para o triénio 2008-2010, pela terceira vez. A Reditus promoverá a rotação do auditor ou justificará a sua manutenção aquando da próxima designação dos órgãos sociais.

Adoptada

III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

No âmbito das competências do auditor externo encontra-se entre outras responsabilidades a verificação da aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e o reporte de quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal.

Adoptada

III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

Todos os serviços diversos dos serviços de auditoria/revisão legal de contas estão sujeitos a aprovação do Conselho Fiscal, de acordo com a interpretação da Reditus do disposto no artigo 420.º, n.º 2, d), do Código das Sociedades Comerciais. Em 2010, foram contratados aos auditores serviços que não o de auditoria/revisão legal de contas, mas esses outros serviços não ultrapassaram 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

Adoptada

IV. CONFLITOS DE INTERESSES

IV.1. RELAÇÕES COM ACCIONISTAS

IV.1.1. Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer

Não foram celebrados quaisquer negócios com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles

Adoptada

relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.

estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado nem fora da actividade corrente da sociedade.

Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, são submetidos ao parecer prévio do Conselho Fiscal. São estabelecidos por este órgão os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.

Adoptada

0.3 Sem prejuízo do disposto no número anterior, a sociedade pode igualmente fazer uma avaliação global, desde que fundamentada, sobre o grau de adopção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema.

A Reditus considera que, não obstante o não cumprimento integral das recomendações da CMVM, tal como detalhadamente justificado no capítulo anterior, o grau de adopção das recomendações é bastante amplo e completo.

0.4. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas e as razões dessa divergência.

Informação disponibilizada no ponto 02 do presente capítulo.

Capítulo I. Assembleia Geral

I.1. Identificação dos membros da Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia Geral, constituída pelos accionistas com direito de voto, reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelo Conselho de Administração, ou por accionistas que representem, pelo menos, 5% do capital social.

Durante o exercício de 2010, a Mesa da Assembleia Geral da Sociedade teve a seguinte composição:

Membro da Mesa da Assembleia Geral	Categoria
Diogo de Campos Barradas Lacerda Machado	Presidente
Francisco Xavier Damiano de Bragança van Uden	Vice-Presidente
Maria Isabel Saraiva Rodrigues Abrantes Gonçalves	Secretário

I.2. Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Diogo de Campos Barradas Lacerda Machado, Dr. Francisco Xavier Damiano de Bragança Van Uden e Dra. Maria Isabel Saraiva Rodrigues Abrantes Gonçalves foram eleitos, em Assembleia Geral realizada em Março de 2005, para o triénio então em curso (2005/2007). Em Assembleia Geral de Março de 2008 foram reeleitos e reconduzidos para o mandato actual (2008/2010).



I.3. Indicação da remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferir de qualquer remuneração pelo exercício das suas funções.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe dos recursos humanos e logísticos de apoio adequados às suas necessidades, atendendo à situação da Sociedade

I.4. Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral.

Os accionistas que pretendam assistir e tomar parte na Assembleia Geral devem comprovar, até três dias úteis antes da realização da respectiva reunião, a referida qualidade mediante documento emitido pela entidade registadora ou pelo depositário que certifique a quantidade de acções detidas naquela data e, também, do seu bloqueio.

I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.

Embora não se encontre expressamente previsto nos estatutos é do entendimento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral o constante da Recomendação I.2.2 das Recomendações da CMVM sobre Código de Governo das Sociedades quanto a não ser exigível, em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, o bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.

I.6. Número de acções a que corresponde um voto.

A cada acção corresponde um voto.

I.7. Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

Não existem quaisquer acções que não confirmam direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados

I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Não existem quaisquer regras estatutárias sobre quóruns constitutivos e deliberativos, regendo-se a Assembleia Geral de acordo com as regras previstas no Código das Sociedades Comerciais.

I.9. Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

De acordo com o disposto no artigo 10.º dos Estatutos, os accionistas da Reditus com direito a voto poderão exercê-lo por correspondência, nos termos e condições expressos na convocatória para a Assembleia Geral. Os accionistas deverão fazer chegar, até ao terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral, à sede da Sociedade uma carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com aposição exterior da menção “voto por correspondência” e com indicação da reunião da Assembleia Geral a que respeitam. A carta deve conter a declaração de voto indicando o nome completo ou designação social do Accionista e o sentido de voto em relação a cada um dos pontos da respectiva ordem de trabalhos. A declaração de voto deve ser assinada, devendo o accionista signatário, sendo pessoa singular, juntar cópia do bilhete de identidade ou de documento equivalente emitido por autoridade competente da União Europeia ou, ainda, do passaporte, ou, sendo pessoa colectiva, apor o respectivo carimbo e indicar a qualidade do representante. Para além da declaração de voto, a referida carta deve conter o certificado que comprove legitimação para o exercício do direito de voto emitido pela entidade registadora ou pelo depositário.

I.10. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência



A Reditus disponibiliza, através do site institucional www.reditus.pt, o modelo para o exercício do direito de voto por correspondência nas assembleias-gerais.

I.11. Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.

De acordo com o nº 3 do artigo 10º dos estatutos da Reditus, a carta contendo a declaração de voto deverá ser recebida pela sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral.

I.12. Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não está ainda previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos, por a Sociedade não ter ainda desenvolvido os meios necessários para verificar a autenticidade das declarações de voto, bem como garantir a integridade e a confidencialidade do respectivo conteúdo conforme recomendado pela CMVM.

I.13. Possibilidade de os accionistas acederem aos extractos da actas das reuniões das assembleias-gerais no sítio internet da sociedade nos cinco dias após a realização da assembleia-geral.

A Reditus disponibilizou um extracto de acta no seu site dentro do prazo de 5 dias contados desde a reunião da Assembleia Geral Especial realizada no dia 3 de Março de 2011 e da Assembleia Geral Anual realizada no dia 14 de Abril de 2010.

I.14. Existência de um acervo histórico, no sítio internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias-gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

A Reditus mantém no seu site, relativamente aos três anos precedentes, um acervo histórico das ordens de trabalhos e deliberações tomadas em Assembleia Geral, bem como informação sobre presenças e resultados das votações das respectivas reuniões.

I.15. Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas assembleias-gerais.

A Comissão de Remunerações é composta pelos Senhores Presidente da Assembleia Geral, Dr. Diogo Lacerda Machado, Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Rui Barreira, e Dr. Jorge Pereira da Costa todos membros independentes face ao órgão de administração.

Normalmente estão presentes nas assembleias-gerais dois representantes da Comissão de Remunerações, o Presidente da Assembleia Geral, Dr. Diogo Lacerda Machado e o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Rui Barreira.

I.16. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes

Em 2010 foi apreciada na Assembleia Geral de Abril uma declaração sobre a política de remuneração dos órgãos sociais aprovada pela Comissão de Remuneração. Essa declaração foi aprovada por unanimidade pelos accionistas presentes.

Relativamente ao desempenho dos membros do órgão de administração, a Reditus está a analisar a criação de uma Comissão de Avaliação do Desempenho do Conselho de Administração que terá como missão avaliar o desempenho da Comissão Executiva bem como o próprio desempenho do Conselho de Administração e de outras comissões especializadas existentes. Com efeito, até à presente data é efectuado um acompanhamento permanente da actividade dos administradores executivos pelos administradores não executivos, tendo, no exercício de 2010, sido votada por unanimidade uma proposta de apreciação geral da administração da sociedade

I.17. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções, ou com base nas variações de preços das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à assembleia-geral com vista a uma avaliação correcta desses planos.

Não existem, de momento, planos de atribuição de acções e/ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções da Reditus.

I.18. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem sistemas de benefícios de reforma aplicáveis aos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes da sociedade.

I.19. Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

Os Estatutos da Reditus não contêm qualquer norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único Accionista de forma individual ou em concertação com outros Accionistas, pelo que não se encontra previsto o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação de tais medidas.

I.20. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

A sociedade não adoptou medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.21. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

A Sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade

I.22. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem quaisquer acordos entre sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Capítulo II. Órgãos de Administração e Fiscalização

Secção I – Temas Gerais

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade.

Para além da Assembleia Geral, cuja composição já foi indicada em I.1, a sociedade tem como órgãos sociais o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, tendo, portanto, adoptado, dentro dos modelos de governo societário autorizados pelo Código das Sociedades Comerciais, o modelo monista.

Conforme referido no ponto II.3 do presente capítulo, dois dos membros não executivos do Conselho de Administração têm o pelouro de acompanhamento e avaliação da gestão da sociedade. No âmbito destas

funções, analisam e acompanham também os desenvolvimentos relacionados com o modelo de governo da sociedade, no sentido de, se necessário e/ou quando oportuno, proporem alterações ao modelo adoptado. Até a data, o modelo existente foi considerado apropriado à estrutura da Reditus, não tendo sido reconhecido qualquer constrangimento ao seu funcionamento.

Conselho de Administração

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por três a onze membros, eleitos pela Assembleia Geral de três em três anos.

Na última Assembleia Geral foi aprovada por unanimidade a proposta de alargamento do Conselho de Administração de sete para nove membros até final do mandato em curso (2008/2010).

O Conselho de Administração, que se encontra em funções para o mandato de 2008-2010, é composto quer pelos membros eleitos na Assembleia Geral da Reditus realizada no dia 28 de Março de 2008, quer pelos membros eleitos na Assembleia Geral Anual de 2009, sendo a sua composição actual a seguinte:

- Miguel Maria de Sá Pais do Amaral
- Frederico José Appleton Moreira Rato
- José António da Costa Limão Gatta
- Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos
- António do Pranto Nogueira Leite
- Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira
- Francisco José Martins Santana Ramos
- António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes
- José Manuel Marques da Silva Lemos

Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 16.º dos estatutos da Reditus, a fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por uma maioria de membros independentes, e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não sejam membros do Conselho Fiscal, conforme vier a ser deliberado pela Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal é composto pelo presidente, Rui António Gomes do Nascimento Barreira, dois vogais efectivos, Alfredo Francisco Aranha Salema Reis e José Maria Franco O'Neill, e um suplente, Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes, eleitos de três em três anos pela Assembleia Geral no estrito respeito dos requisitos de independência do regime de incompatibilidades impostos por lei, à excepção do suplente.

Revisor Oficial de Contas

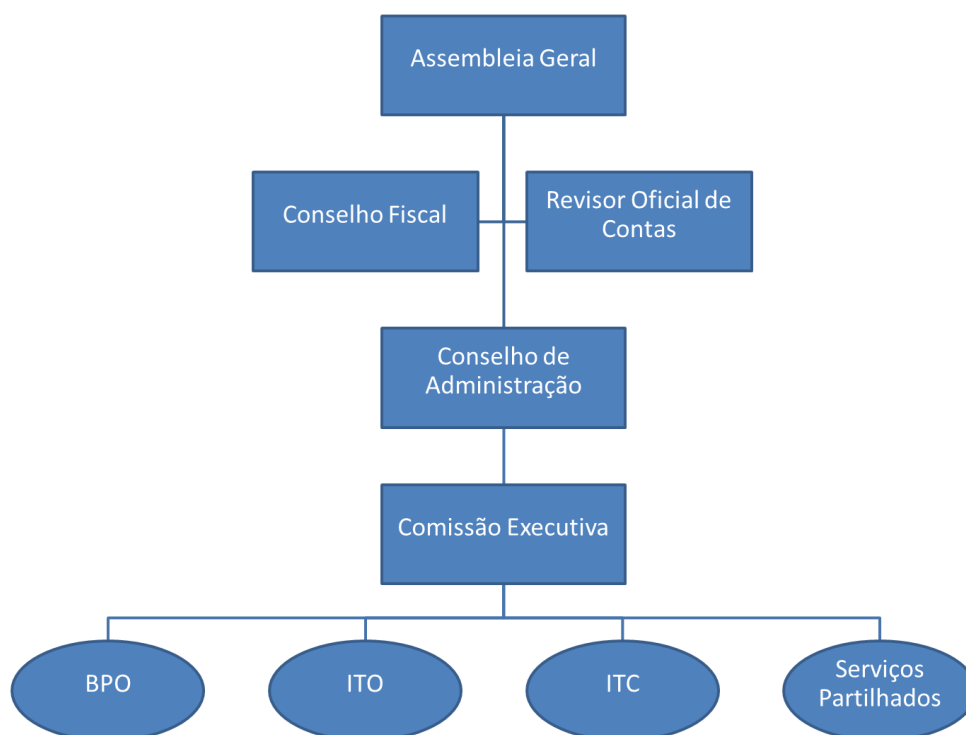
O actual Revisor Oficial de Contas da Reditus é a *BDO & Associados – SROC*, representado por Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão.

II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

Até a presente data, face a reduzida dimensão do Conselho de Administração e às funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, para além da Comissão Executiva, não existem outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis.

Organigrama Funcional do Grupo Reditus



No quadro dos modelos de governo societário autorizados pelo Código das Sociedades Comerciais, a Reditus adoptou o modelo monista que integra como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

A sociedade considera que o actual modelo de sociedade adoptado é adequado a sua estrutura, não tendo deparado com constrangimento ao seu funcionamento.

No final do ano de 2009 e início de 2010, a Reditus procedeu a uma racionalização e reestruturação societária que implicou a fusão por incorporação das sociedades que prestam serviços e fornecem soluções na área de infra-estruturas de TI e uma reorganização das sociedades que prestam serviços de suporte para o Grupo Reditus.

Esta reestruturação societária teve por objectivo simplificar a estrutura organizacional, reduzir custos, estandardizar a gestão dos negócios das empresas envolvidas e aumentar a eficiência operacional.

O Grupo Reditus encontra-se estruturado em quatro unidades de negócios: BPO, IT Outsourcing, IT Consulting e Serviços Partilhados.

Os serviços partilhados englobam as áreas funcionais de apoio à gestão do Grupo: Marketing e Comunicação, Comercial, Contabilidade, Jurídica, Recursos Humanos, Relação com Investidores, Controle de Gestão

Cada uma das unidades de negócios acima referidas corresponde a uma ou a um conjunto de empresas conforme indicamos abaixo (inclui todas as empresas que se encontram no perímetro de consolidação da Reditus SGPS):

- BPO: Redware
- IT Outsourcing: Tecnidata, ALL2IT e Partblack
- IT Consulting: Reditus II, Roff, Rofftec, Roffglobal, Reditus Consulting e Ogimatech
- Serviços Partilhados: Reditus Imobiliária, Tecnidata IF, Tecnisuporte e Tora

A gestão de cada actividade de negócio é assegurada segundo os princípios de autonomia de gestão e de acordo com os critérios e orientações que derivam do Orçamento Anual de cada área, revisto e aprovado anualmente pelas respectivas áreas e pelo Conselho de Administração da Reditus. As orientações estratégicas, operacionais e de investimento dos vários negócios são definidos no Orçamento Anual cujo controlo é regulado de forma permanente no âmbito de um sistema de controlo de gestão conduzido pela Administração do Grupo.

A Reditus SGPS, SA é a holding do grupo responsável pelo desenvolvimento estratégico bem como pela gestão global das diferentes áreas de negócio.

A Reditus Gestão, SA é a sub-holding que detém as participações sociais nas diferentes áreas de negócio.

Órgãos Sociais e outras comissões - competências

Assembleia Geral – constitui o órgão máximo da sociedade, sendo composto pela universalidade dos accionistas. Este órgão social reúne pelo menos uma vez por ano para aprovar o relatório e contas, a proposta de aplicação de resultados e o parecer da Comissão de Remunerações bem como avaliar o desempenho do Conselho de Administração e o do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração - constitui o órgão responsável pela gestão das actividades da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e no contrato de sociedade, competindo-lhe nomeadamente:

- Adquirir, onerar e alienar quaisquer direitos ou bens móveis e imóveis, sempre que o considere conveniente para a Reditus;
- Contrair empréstimos e efectuar quaisquer outras operações de crédito no interesse da Reditus, nos termos e condições que julgar convenientes;
- Constituir mandatários da Reditus seja qual for o alcance e a extensão do mandato
- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da empresa e do grupo;
- Delegar poderes nos seus membros, nos termos estabelecidos nos estatutos;
- Designar o Secretário da sociedade e o respectivo suplente;
- Contratar trabalhadores, estabelecer as suas condições contratuais e exercer o respectivo poder disciplinar;
- Representar a Reditus em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor acções judiciais, nelas confessar, transigir e desistir e comprometer-se em árbitros;
- Abrir, movimentar e cancelar quaisquer contas bancárias da Reditus, depositar e levantar dinheiro, emitir, aceitar, sacar e endossar cheques, letras e livranças, extractos de factura e quaisquer outros títulos de crédito;
- Deliberar sobre a participação no capital de outras sociedades ou sobre a participação noutros negócios;
- Gerir os negócios da Reditus e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outro órgão social.

O Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores ou numa Comissão Executiva constituída por três ou cinco administradores, a gestão corrente da sociedade, cabendo ainda ao Conselho de Administração a escolha do Presidente dessa mesma Comissão Executiva (artigo 13.º, n.º 2 dos Estatutos da Sociedade).

O Conselho de Administração reunirá sempre que o seu Presidente ou outros dois administradores o convoquem e só poderá deliberar estando presente ou representados a maioria dos seus membros (artigo 13.º, n.º 4 dos estatutos da Sociedade).

Na sua primeira reunião, o Conselho de Administração deverá escolher de entre os seus membros o respectivo Presidente, e se o entender, um Vice-Presidente (artigo 13.º, n.º 5 dos estatutos da Sociedade).



Qualquer administrador poderá, para cada reunião, fazer-se representar por outro administrador, por carta dirigida ao Presidente do Conselho de Administração (artigo 13.º, n.º 6 dos estatutos da Sociedade).

No quadro abaixo, indicamos a composição do Conselho de Administração bem como as responsabilidades e pelouros dos seus membros durante o exercício de 2010:

Membros	Responsabilidades	Pelouros
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	Presidente	Coordenação do Conselho
Frederico José Appleton Moreira Rato	Vice-Presidente	Estratégia, Comunicação e Compliance.
José António da Costa Gatta	Administrador	Acompanhamento e avaliação da gestão da sociedade
Fernando Manuel Fonseca Santos	Administrador	Acompanhamento e avaliação da gestão da sociedade
António do Pranto Nogueira Leite	Administrador	Acompanhamento e avaliação da gestão da sociedade. Preside as Comissões Específicas
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	Administrador	Coordenação das actividades operacionais que compõem o Grupo Reditus em Portugal e dinamização das parcerias estabelecidas
Francisco José Martins Santana Ramos	Administrador/CFO	Financeiro, RH, Controlo de Gestão e M&A
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	Administrador	Operações internacionais - Angola
José Manuel Marques da Silva Lemos	Administrador	Acompanhamento e avaliação da gestão da sociedade

Nos termos do disposto no artigo 407º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, as matérias indelegáveis pelo Conselho de Administração são as seguintes:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- c) Elaboração dos Relatórios e contas anuais;
- d) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- e) Mudança de sede e aumentos de capital;
- f) Deliberação sobre projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade

Comissão Executiva - constitui o órgão responsável pela gestão corrente da sociedade, detendo todos os poderes de decisão e representação necessários e/ou convenientes ao exercício da actividade que constitui o objecto social da mesma e cuja delegação a lei não proíba, nomeadamente executar os objectivos e as políticas de gestão da sociedade, elaborar os planos de actividade e financeiros anuais, gerir os negócios sociais, estabelecer a política de recursos humanos da sociedade e do Grupo Reditus.

Nos termos previstos no artigo 407º, n.º 3 e 4 do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 13.º, n.º 2 dos Estatutos da Sociedade, Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores ou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade. Em reunião realizada a 20 de Abril de 2009, o



Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A deliberou alterar para 3 os membros da sua Comissão Executiva que se mantém.

Os membros da Comissão Executiva e respectivas responsabilidades são como se segue:

Membros	Responsabilidade
Frederico José Appleton Moreira Rato	Presidente
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	Administrador Executivo
Francisco José Martins Santana Ramos	Administrador Executivo/CFO

De acordo com o regulamento da Comissão Executiva, as reuniões deste órgão são convocadas pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a pedido dos outros dois dos seus membros, devendo reunir pelo menos uma vez por mês. As reuniões devem ser convocadas com 3 dias de antecedência através de correio electrónico, sem prejuízo de poderem ser agendadas com outra antecedência e por outra forma, desde que tal marcação reúna o acordo de todos os seus membros. A Comissão Executiva não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros.

Com excepção dos casos em que a lei exija maiorias qualificadas, as deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria simples dos votos. Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade.

O Presidente da Comissão Executiva remeteu ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Os administradores executivos, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, prestaram, em tempo útil e de forma adequada, todas as informações por aqueles requeridas.

Conselho Fiscal - constitui o órgão responsável pela fiscalização dos negócios da sociedade nos termos previstos do artigo 16.º dos Estatutos da Reditus, competindo-lhe, em especial:

- Fiscalizar a administração da Sociedade e vigiar pela observância da lei e do Contrato de Sociedade;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração e fiscalizar a respectiva revisão;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- Proceder à supervisão e avaliação da actividade do Auditor Externo;
- Convocar a Assembleia Geral sempre que o presidente da respectiva mesa o não faça devendo fazê-lo.

O Conselho Fiscal é o primeiro interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo, cuja actividade é por si acompanhada e supervisionada. Este Conselho propõe o auditor externo, a respectiva remuneração e zela para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. O Conselho Fiscal propõe também à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

O Conselho Fiscal dispõe do seu próprio regulamento de funcionamento, no qual se estabelecem as normas que regulam a sua organização e funcionamento.

Revisor Oficial de Contas - a fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas nos termos previstos do artigo 16.º dos Estatutos da Reditus. O actual Revisor Oficial de Contas da Reditus é a *BDO & Associados – SROC*, representada por Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão.

II.4. Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais

constrangimentos detectados, e serem objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

Os relatórios anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e encontram-se à disposição dos accionistas no site da Sociedade, juntamente com os documentos de prestação de contas.

II.5. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia.

A Reditus dispõe de uma unidade de Auditoria Interna que tem como função a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa. Esta reporta funcionalmente ao administrador independente, Professor Doutor António Nogueira Leite. Para o efeito são realizadas reuniões periódicas

São, nomeadamente, considerados como principais riscos a evitar:

- Excessiva concentração de projectos em reduzido número de Clientes;
- Estabelecimento de plafonds e investimentos desproporcionados em função dos serviços a prestar e das operativas a montar;
- Contratualização rígida em termos de (i) penalizações por atrasos ou incumprimentos dos objectivos estabelecidos com os Clientes (ii) dilação dos prazos de recebimento dos Clientes (iii) outras condições onerosas;
- Deficiente gestão da carteira de colaboradores, com o inerente acréscimo de custos;
- Deprecimento rápido das soluções informáticas desenvolvidas para os Clientes,
- Incompreensão ou o desajustamento perante as necessidades dos Clientes ou das exigências do mercado.

Assim, a auditoria deverá realizar um controlo continuado sobre as seguintes áreas:

- Financeira (contabilidade, reporting, orçamento)
- Recursos humanos (recrutamento e gestão)
- Comercial (Clientes/fornecedores, controlo de qualidade)

Quanto ao controlo de riscos no processo de divulgação de informação financeira, apenas um número muito restrito de colaboradores da Reditus, SGPS, SA está envolvido no processo de divulgação de informação financeira.

A unidade de auditoria reporta funcionalmente ao administrador independente, Professor Doutor António Nogueira Leite. Para o efeito são realizadas reuniões periódicas.

Existem 4 comissões específicas no Grupo Reditus coordenadas pelo administrador independente Professor Doutor António Nogueira Leite, cujo funcionamento articulado permite uma avaliação constante do cumprimento das regras relativas à estrutura das sociedades. As comissões têm as seguintes composição e competências:

- **Conselho Estratégico:** este órgão tem como competências assistir o Conselho de Administração na prossecução dos seus objectivos comerciais e na definição de soluções para a realidade empresarial a médio e longo prazo. É composto pelo Dr. Luis Manuel Mena Gravito, Dr. Jorge Pereira da Costa, Prof. Eng. Manuel Valssassina Heitor (actualmente com mandato suspenso por virtude do exercício de funções governativas), Prof. Doutor António Monteiro Fernandes, Dr. António Magalhães Cardoso e Dr. Jorge Bravo.

- **Comissão de Gestão Económico-Financeira:** este órgão tem como objectivo principal assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Reditus. Nele participa o Professor Doutor Rui Alpalhão.

- **Comissão de Acompanhamento Jurídico-Fiscal:** este órgão tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas e procedimentos das empresas integradas no grupo Reditus à evolução permanente do ordenamento jurídico e fiscal. É composta pelo Dr. Rui António Gomes Nascimento Barreira e Dr. José Maria Rebelo de Andrade e Sousa.

- **Comissão de Acompanhamento InterRelacional:** este órgão tem como missão assistir o Conselho de Administração na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, Clientes, trabalhadores, colaboradores e comissários e criação de um padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior. É composta pelo Dr. Diogo Lacerda Machado e Dr. José Gonçalo Maury.

II.6. Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a Sociedade os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas susceptíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade.

Tanto o órgão de administração como o órgão de fiscalização acedem aos relatórios e pareceres emitidos pela unidade de Auditoria Interna referidos no ponto anterior, efectuando avaliação do funcionamento e do ajustamento às necessidades da sociedade, dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos implementados.

II.7. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

Existem regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal podendo os mesmos ser consultados no sítio da sociedade.

Quanto a incompatibilidades, não existe qualquer lista definida internamente pelo órgão de administração nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades

Secção II - Conselho de Administração

II.8. Caso o Presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões.

Não aplicável

II.9. Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade.

A Reditus encontra-se exposta a diversos riscos, sendo os principais factores de risco com relevância e impacto nos negócios da empresa os seguintes:

Conjuntura económica: A situação económica portuguesa e mundial tem impacto ao nível da procura de produtos e serviços, e consequentemente ao nível da performance operacional e financeira da Reditus. Nesse sentido, a gestão monitoriza de forma contínua os impactos ao nível da performance operacional e financeira da Sociedade.

Concorrência: A Reditus enfrenta concorrência em todas as áreas do seu negócio. À medida que a tecnologia se desenvolve e/ou surjam novas tecnologias, é de crer que a concorrência se intensifique em todas as áreas. Caso a Reditus não se revele capaz de acompanhar a referida evolução, a sua actividade, situação financeira e resultados de exploração poderão ser significativamente prejudicados.

Internacionalização: Associados à internacionalização das diversas actividades do Grupo Reditus poderão ser identificados diversos riscos que poderão afectar negativamente a situação financeira e resultados da Sociedade, designadamente: (1) eventuais dificuldades na contratação de pessoal qualificado, atendendo

à especificidade dos serviços de TI prestados; (2) riscos inerentes à legislação e regulamentação local, à complexidade dos serviços públicos e administrativos; (3) riscos inerentes à concorrência de outros operadores locais; (4) riscos ligados a variações da taxa de câmbio (relativos a países fora da zona Euro) e (5) riscos de natureza política que possam influenciar a transferência/conversão de moeda estrangeira.

Colaboradores: O Grupo tem como actividade a prestação de serviços em regime de Outsourcing, nomeadamente serviços de BPO, IT Consulting, entre outros. O seu sucesso depende, substancialmente, da qualidade dos quadros que a compõem e das suas capacidades de investigação, desenvolvimento e inovação. Apesar das políticas de incentivos aprovadas não é possível assegurar que se conseguirá manter os colaboradores mais experientes necessários ao bom desempenho da sua actividade, podendo esta restrição reduzir a capacidade do Grupo em desenvolver soluções de elevado valor acrescentado e, deste modo, ter efeitos adversos na evolução do Grupo.

Tecnológicos: O desenvolvimento, integração e comercialização de soluções na área das tecnologias de informação envolve o risco de (i) as soluções desenvolvidas se tornarem obsoletas num espaço de tempo relativamente curto; (ii) a aposta no desenvolvimento de uma determinada solução não se revelar adequada; (iii) o timing do desenvolvimento e proposta de novas soluções/serviços ser menos ajustado em relação às exigências do mercado. Acresce que se trata de um sector altamente competitivo, sendo que alguns dos concorrentes da Reditus poderão ter acesso a maiores recursos, o que lhes permitirá investir em investigação e desenvolvimento de produtos já existentes ou de novos produtos. Caso as equipas de trabalho do Grupo não demonstrem capacidade de desenvolvimento de soluções inovadoras antecipando as grandes tendências de mercado de modo a disponibilizarem aos seus Clientes, atempadamente, uma gama competitiva de produtos, a sua actividade, situação financeira e resultados de exploração poderão sofrer um impacto significativamente negativo.

Acordos e licenças: O Grupo assinou um conjunto de acordos comerciais e de licenciamento no sector da tecnologia com outras empresas de software que representam uma componente importante da actividade da empresa. A generalidade dos acordos assinados é válida por períodos pré-definidos, renováveis de forma automática. No entanto, em regra, esses acordos podem ser terminados por qualquer das partes mediante um aviso prévio. O Grupo tem procurado reforçar os laços que mantém com algumas das principais empresas desse sector, nomeadamente com a SAP, Cisco e Microsoft. Não existe qualquer garantia que os acordos comerciais ou de licenciamento existentes continuem a ser renovados ou que se consiga celebrar novos acordos que permitam sustentar o crescimento da sua actividade embora o relacionamento de muitos anos com estes parceiros não façam antever uma modificação drástica.

II.10. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

No que respeita a deliberações de aumento de capital, em 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração podia, por simples deliberação, aumentar o capital social, por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite, de setenta e cinco milhões de euros (artigo 6.º dos estatutos da Sociedade).

II.11. Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

A Reditus não dispõe actualmente de uma política formal de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro.

É de salientar que o administrador Francisco Santana Ramos exerce funções de Chief Financial Officer (CFO) apenas desde Julho 2009.

A sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização, pelo que esta se processa nos termos legais.

II.12. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das actas dessas reuniões

Durante o exercício de 2010, tiveram lugar 13 reuniões do Conselho de Administração e 4 reuniões do Conselho Fiscal.

Os órgãos de administração e fiscalização lavram actas das suas reuniões, podendo os participantes nas reuniões ditar para a acta a súmula das suas intervenções.

II.13. Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de actas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e aos Presidente da Comissão para as matérias financeiras.

Durante o exercício de 2010, tiveram lugar 48 reuniões da Comissão Executiva. Das reuniões da Comissão Executiva são lavradas actas, podendo os participantes ditar para a acta a súmula das suas intervenções.

O Presidente da Comissão Executiva remete ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal as convocatórias e as actas das reuniões da Comissão Executiva de modo a permitir uma adequada informação dos titulares desses cargos.

II.14. Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpriam, se lhes fosse aplicáveis as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

O quadro abaixo indica a composição do Conselho de Administração a 31 de Dezembro de 2010, com discriminação dos membros executivos dos não executivos:

Membros	Categoria
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	Não Executivo
Frederico José Appleton Moreira Rato	Executivo
José António da Costa Limão Gatta	Não Executivo
Fernando Manuel Fonseca Santos	Não Executivo
António do Pranto Nogueira Leite	Não Executivo
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	Executivo
Francisco José Martins Santana Ramos	Executivo
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	Não Executivo
José Manuel Marques da Silva Lemos	Não Executivo

No âmbito dos membros não executivos do Conselho de Administração, o Professor Doutor António Nogueira Leite e o Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II.15. Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração.

Na qualificação da independência dos membros não executivos feita pelo órgão de administração foram considerados o conceito de independência constante do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e as regras aplicáveis em termos de incompatibilidades previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do mesmo Código. O Conselho de Administração avalia a independência dos seus membros procurando garantir o princípio de que não deve ser considerado independente um administrador que noutro órgão

social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis. Não se encontram definidos internamente outros critérios de avaliação.

II.16. Indicação das regras do processo de selecção de candidatos a administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos.

Os candidatos aos cargos de administração não executiva são eleitos pela Assembleia Geral. Nas Assembleias Gerais electivas os nomes integrados nas listas para efeitos de eleição do órgão de administração e a dos seus membros não executivos têm sido propostos pelos accionistas, não participando os administradores executivos no processo de escolha dos administradores não executivos.

II.17. Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detectados.

Os membros não executivos do Conselho de Administração elaboraram um relatório das actividades desenvolvidas durante o exercício de 2010, o qual foi aprovado na reunião realizada entre os mesmos a 30 de Março de 2011 e que se encontra divulgado no relatório anual de gestão.

II.18. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes qualificações académicas e experiências profissionais, pelo menos, nos últimos 5 anos:

Miguel Maria de Sá Pais do Amaral é Presidente do Conselho de Administração da Reditus desde Março de 2008. Desempenha igualmente funções de Presidente do grupo editorial Leya, Quifel Holdings, S.A e Companhia das Quintas. Assumiu cargos sociais no Grupo Media Capital (1995-2007), na Soci, Fortuna, S.A. (1991-1998), na Diana, S.A. (1991-1998), na Euroknights (1991-1998), na Compagnie Générale des Eaux - Portugal (1991-1998) e na Alfa Capital (1987-1991). Foi Consultor na Partex CPS, Lisboa – Portugal (1984-1987), Credit Officer no Midland Bank – Madrid (1983), Investment Specialist na Goldman Sachs em Londres (1980-1983) e Associate da Goldman Sachs & Co. em Nova Iorque (1979-1980). É licenciado em Engenharia Mecânica pelo IST (Instituto Superior Técnico de Lisboa) e possui um MBA do INSEAD, Fontainebleau – França.

Frederico José Appleton Moreira Rato é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Reditus desde Março de 2008 tendo ocupado anteriormente o lugar de Presidente do Conselho de Administração desde 2004. Acompanhou o projecto da Reditus desde 1980, tendo pertencido aos Conselhos de Administração de todas as participadas, designadamente, Redware, Reditus II – Telecomunicações, Reditus Imobiliário, JM e Caléo.

Desempenhou funções de Director da APESI – Associação Portuguesa das Empresas de Serviços Informáticos, de Director e Fundador da APRITEL – Associação dos Operadores Privados de Telecomunicações, de Representante da Reditus na Cotec, Portugal), Membro do Conselho Geral da APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação e Presidente da Associação Portugal Outsourcing. É licenciado em Matemática pela Faculdade de Ciências de Lisboa e possui Pós Graduações em Biometria e Taxonomia Numérica.

José António da Costa Limão Gatta é membro do Conselho de Administração da Reditus desde 2000. Desempenha cargos sociais na ELAO SGPS, S.A., Caleo S.A., Giessen Group KG e na Scorpion Group Lta. Anteriormente exerceu funções na Giessen Management GmbH (1988-1995), Coors Ceramics Europe Ltd. (1986-1987), General Electric Ceramics Inc (1984-1986), 3M Electrical Laboratories GmbH (1980-1984) e Scorpion Group Lta (1994-2008), tendo iniciado a sua actividade profissional em 1978 na ITT Europe – Int'l Telecommunications Center (Bruxelas-Bélgica) como Engenheiro de Software. É licenciado em Engenharia Electrotécnica pela Academia Militar de Lisboa.

Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos é membro do Conselho de Administração da Reditus desde 2000. É igualmente membro do Conselho de Administração do Monza Banco, S.A., da



Geocapital - Investimentos Estratégicos, SA e do BAO – Banco Ocidental de África, S.A. (2006-2008). Antes de iniciar a sua colaboração com o Grupo Reditus, assumiu as funções de Presidente do Conselho Fiscal do Crédito Predial Português (1992-1993), de Administrador de várias holdings (1988-1992) e da ANOP (1976), de Assessor do Gabinete do secretário de Estado da Comunicação Social na Presidência do Conselho de Ministros (1976). Exerceu a actividade de advocacia em Luanda (1972-1975), no IPE (Instituto de Participações do Estado) (1977-1987), em Lisboa. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

António do Pranto Nogueira Leite é membro do Conselho de Administração da Reditus desde 2002. Desempenha cargos sociais na José de Mello Saúde, SGPS, S.A (desde 2007), na Sociedade de Explosivos Civis, SEC, SA (desde 2007), na Efacec Capital, SGPS, S.A. (desde 2006), na Comitur SGPS, S.A. (desde 2005), na Companhia União Fabril CUF, SGPS, S.A. (desde 2002), na Brisa, S.A. (desde 2002). Desempenhou funções de Advisor na GE Capital (2001-2002), foi Consultor da Vodafone – Telecomunicações Pessoais, S.A. (2000-2002), Secretário de Estado do Tesouro e Finanças (1999-2000), membro da Comissão Executiva da associação de Bolsas Ibero-Americanas (1999), Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de valores de Lisboa (1999), Administrador da MC Corretagem, S.A. (1999), da Papercel, SGPS, S.A. (1998-1999) e da Soporcel (1997-1999).

Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira é membro do Conselho de Administração da Reditus e das suas empresas participadas. Anteriormente desempenhou funções como Consultor e Investidor em vários projectos ligados às TIC e a Management Consulting (1999-2004) e Consultor de Sistemas de Informação em empresas de diversos sectores. É licenciado em Matemática Aplicada pela Universidade Autónoma de Lisboa e pós graduado em Gestão de Empresas pelo ISG (Instituto Superior de Gestão).

António Maria de Mello Silva César e Menezes, é membro do Conselho de Administração da Reditus, SGPS desde Abril de 2009. Desempenha igualmente cargos sociais na Tecnidata IF SGPS, S.A e na ALL2IT Infocomunicações, S.A. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração do Imoportel, SA (Portal Lardocelar). Assumiu cargos sociais na Nelson Quintas e Filhos – Telecomunicações, S.A., e da Gastelpor, S.A. (1998 a 200) e no Grupo José de Mello (1991 a 1998). Colaborou no 12.º Governo na Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Em 1984 entrou na Companhia Portuguesa Rádio Marconi (1984 – 1991), tendo sido nomeado em 1988 Director da Área de Relações Internacionais sendo responsável por vários projectos de telecomunicações em Angola, São Tomé e Guiné, bem como na América Latina. É licenciado em Engenharia de Sistemas pelo Instituto Superior Técnico (ISMA) e possui um MBA da AESE.

José Manuel Marques da Silva Lemos, é membro do Conselho de Administração da Reditus, SGPS desde Abril de 2009. É Presidente do Conselho de Administração da Lynx Capital Partners, S.A e gerente da J. Lemos & Associados, Lda. Foi consultor independente, docente universitário, vice-presidente do Central-Banco de Investimento, S.A., Presidente do Conselho de Gestão da Caixa Central de Crédito Agrícola e do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Lisboa

É licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa e pós graduado em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Francisco José Martins Santana Ramos é membro do Conselho de Administração da Reditus SGPS desde Julho de 2009 onde desempenha o cargo de *Chief Financial Officer*. Desempenha cargos sociais na Finertec, S.A. (desde 2008), na Quifel International Holdings SGPS, S.A (desde 2007), na Companhia das Quintas (desde 2006) e na Clayton Finance (desde 2002). Anteriormente exerceu funções na Explorer Investments SGPS, na Sinalemp, na Sinalética Empresarial, S.A., na Pamilux Imagem Corporativa, S.A., na Comporcer, Companhia Portuguesa de Cerâmicas, na McKinsey & Company e na Royal Dutch/ Shell Group. É Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e possui um mestrado em Gestão de Empresas pela Universidade Nova de Lisboa.



Em 31 de Dezembro de 2010, o número de acções representativas do capital social detido por cada um dos membros do Conselho de Administração era a seguinte:

Membro do Conselho de Administração	Nº de Acções	% do capital social
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	0	0%
Frederico José Appleton Moreira Rato	202.911	1,97%
José António da Costa Limão Gatta	0	0%
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos	702.135	6,81%
António Nogueira Leite	0	0%
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	0	0%
Francisco José Martins Santana Ramos	0	0%
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	0	0%
José Manuel Marques da Silva Lemos	0	0%

De seguida indicamos a data da primeira designação e data do termo de mandato de cada um dos Membros de administração:

Membro do Conselho de Administração	Data da 1ª designação	Data do termo
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	Mar -2008	2010
Frederico José Appleton Moreira Rato	Mar -1982	2010
José António da Costa Limão Gatta	Mar- 2000	2010
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos	Mar- 2000	2010
António Nogueira Leite	Mar- 2002	2010
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	Mar-2004	2010
Francisco José Martins Santana Ramos	Jul-2009	2010
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	Abr-2009	2010
José Manuel Marques da Silva Lemos	Abr-2009	2010

II.19. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Miguel Maria de Sá Pais do Amaral

- a) Cargos em sociedades do Grupo Reditus:
 - Cargo de Presidente do Conselho de Administração
Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- b) Cargos em outras sociedades:
 - Cargo de Presidente do Conselho de Administração
2ND Carma - Consultoria e Investimentos, S.A.
Alfacompetição - Automóveis e Cavalos de Competição, SA
CGCI SGPS SA
Companhia das Quintas SGPS, SA
Diana - Sociedade de Promoções e Investimentos, S.A.
Edge Capital, SGPS S.A.
Edge International Holdings SGPS SA
Edge Properties, SGPS S.A.
Firstcarma SGPS SA
Gasabel - Sociedade Imobiliária SA
GLBR SGPS SA
LeYa S.A.
Leya SGPS, S.A.
Partblanche SGPS SA
Partbleu SGPS, SA
Partrouge SGPS SA
Polistock - Sociedade Agro-Pecuária, Turística e Imobiliária SA
QNR SGPS SA
Quífel – Administração de Imóveis, S.A.
Quifel - Projectos Internacionais SA
Quifel Administração Patrimonial SA
Quifel Financial Services SGPS SA
Quifel Holdings SGPS SA
Quifel II Projectos Imobiliários, SA
Quifel Insurance Angola SGPS SA
Quifel Insurance SGPS SA
Quifel International Holdings SGPS SA
Quifel International Investments SGPS SA
Quifel Natural Resources SA
Quifel Natural Resources SA

Quifel Projectos Energéticos SA

Quinta de Pancas Vinhos SA

T E S Consulting - Consultores de Média, S.A.

▪ Cargo de Administrador

Crimson Investment Management, SA

Courical Holding BV

Gryphon Holdings PLC

Plurimedia S.A.

Quifel International Group SA

▪ Cargo de Gerente

Adega de Pancas, Lda.

Ageiridge - Compra e Venda de Imóveis, Lda

Ageiron - Compra e Venda de Imóveis, Lda

Ask4green - Unipessoal Lda.

Beyondsuccess - Unipessoal Lda.

Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda

Dreams Corner Unipessoal, Lda.

Edge BROKERS, LDA.

Edge SCVS, Lda.

Elduk, LDA.

GLB Editorial SGPS, Unipessoal Lda.

Henergy - Energias Renováveis, Lda

Ixilu, LDA.

Jarymeleia – Compra e Venda de Imóveis, Lda

Kereb, LDA.

Neutripromo, LDA.

Ngola Ventures Lda.

Quifel Agribusiness SGPS, Lda

Quifel Biodiesel Brasil - SGPS, Lda

Quifel Biofuels - SGPS, Lda

Quifel Energia - SGPS, Unipessoal, Lda

Quifel Generation - SGPS, Lda

Quifel Microgeração Espanha, Lda

Quifel Patrimonio Unip Lda.

Quinta da Fronteira Unipessoal, Lda.

Rakod, LDA.

Situavox Unipessoal, Lda.

Sociedade AGRO-FLORESTAL Serra da Pousada Lda.

Sociedade Imobiliária d'AZARUJINHA, Lda.

Somarecta- Investimentos Imobiliários e Turísticos Lda.
SPCF – Sociedade Portuguesa de Consultoria Financeira, Lda.
Top Building - Investimentos Imobiliários Lda
▪ Cargo de Director
Partrouge Media SGPS Unipessoal Lda

Frederico José Appleton Moreira Rato

- a) Cargos em sociedades do Grupo Reditus:
- Cargo de Presidente do Conselho de Administração
Reditus Imobiliária, S.A.
JM Consultores de Informática e Artes Gráficas, S.A.
Ogimatech Portugal – Consultoria Empresarial e Institucional, S.A.
 - Cargo de Vice-Presidente
Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
 - Cargo de Gerente
BCCM – Inovação Tecnológica, Lda
- b) Cargos em outras sociedades:
- Cargo de Administrador
Urcom – Urbanização e Comércio, S.A.
Sacop – Sociedade Agrícola Casal Outeiro de Polima, S.A.
 - Cargo de Gerente
Pessoa, Pinto & Costa – Sociedade de Construções, Lda.
Lisorta – Estufas, Assistência Técnica, Lda.

José António da Costa Limão Gatta

- a) Cargos em sociedades do Grupo Reditus:
- Cargo de Administrador
Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- b) Cargos em outras sociedades:
- Cargo de Presidente do Conselho de Administração
Elaio – SGPS, S.A.
Giessen Beteiligungs KG (Munique, Alemanha)
 - Cargo de Administrador (Chief Executive Officer)
Nemotek Technologie S.A. (Rabat, Marrocos)

Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

a) Cargos em sociedades do Grupo Reditus:

- Cargo de Administrador
Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Tecnidata, IF, SGPS, S.A.
ALL2IT Infocomunicações, S.A.
Reditus Imobiliária, S.A.

b) Cargos em outras sociedades:

- Cargo de Administrador
Geocapital – Investimentos Estratégicos, S.A.
BAO – Banco África Ocidental, S.A.
Moza Banco, S.A.

António do Pranto Nogueira Leite

a) Cargos em sociedades do Grupo Reditus:

- Cargo de Administrador
Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

b) Cargos em outras sociedades:

- Cargo de Presidente do Conselho de Administração
OPEX, Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários Não Regulamentados, S.A.
- Cargo de Administrador
CUF – Companhia União Fabril, SGPS, S.A.
CUF – Químicos Industriais, S.A.
Brisa – Auto-estradas de Portugal, S.A.
Efacec Capital, SGPS, S.A.
José de Mello Saúde SGPS, S.A.
Comitur – SGPS, S.A.
Comitur Imobiliária, S.A.
EDP Renováveis, SA
Fundação Batalha da Aljubarrota
Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A.
Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A.
- Membro do Conselho Consultivo
Banif – Banco de Investimento
Instituto de Gestão do Crédito Público
- Presidente da Direcção
Comunidade Portuária de Aveiro

Associação Oceano XXI

- Vogal da Direcção
Instituto Português de Relações Internacionais, UNL

Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira

a) Cargos em sociedades do Grupo Reditus:

- Cargo de Presidente do Conselho de Administração
Reditus Gestão - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Tecnidata SI Serviços e Equipamentos de Informática, S.A.
Redware Sistemas de Informação, S.A.
Redware Centro de Serviços, S.A.
Reditus II – Telecomunicações, S.A.
Ogimatech – Consultoria Empresarial e Institucional, Lda
- Cargo de Administrador
Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Reditus Imobiliária, S.A.
Partblack, S.A.
Ogimatech Portugal – Consultoria Empresarial e Institucional, SA
Reditus Consulting, S.A.
- Cargo de Gerente
BCCM – Inovação Tecnológica, Lda.

b) Cargos em outras sociedades:

- Cargo de Presidente do Conselho de Administração
Newvision – Sistemas Inteligentes para Soluções de Atendimento, S.A.
- Cargo de Gerente
Four Tops Investments Portugal – Engenharia e Gestão Financeira Unipessoal, Lda.
Inventum – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.
Inventum – Serviços de Consultoria e Gestão Financeira, Unipessoal, Lda.

António Maria de Mello Silva César e Menezes,

a) Cargos em sociedades do Grupo Reditus:

- Cargo de Administrador
Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
ALL2IT Infocomunicações, S.A.

José Manuel Marques da Silva Lemos

a) Cargos em sociedades do Grupo Reditus:

- Cargo de Administrador
Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

b) Cargos em outras sociedades:

- Cargo de Presidente do Conselho de Administração
Lynx Capital Partners, S.A.
- Cargo de Gerente
J. Lemos & Associados, Lda

Francisco José Martins Santana Ramos

a) Cargos em sociedades do Grupo Reditus:

- Cargo de Presidente do Conselho de Administração
Reditus Consulting, SA
- Cargo de Administrador
Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Reditus Gestão - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Redware Sistemas de Informação, S.A.
Redware Centro de Serviços, S.A.
Tecnidata SI Serviços e Equipamentos de Informática, S.A.
Tecnidata IF SGPS, S.A.
Reditus II – Telecomunicações, S.A.
Reditus Imobiliária, S.A.
ROFF Consultores Independentes, S.A.
Tecnisuporte - Sistemas Informáticos, S.A.
Partblack, S.A.
SAPi2
- Cargo de Gerente
BCCM – Inovação Tecnológica, Lda.

b) Cargos em outras sociedades:

- Cargo de Administrador
Quifel International Holdings SGPS
Companhia das Quintas SGPS

Secção III – Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras e Conselho Fiscal

II.21. Identificação dos membros do conselho fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e se cumprem os critérios de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho fiscal procede à respectiva auto-avaliação.

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, Dr. Rui António Gomes do Nascimento Barreira, dois Vogais, Eng.º Alfredo Francisco Aranha Salema Reis e Dr. José Maria Franco O'Neill e um suplente Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes.

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, à excepção do Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes, suplente do

Conselho Fiscal, que poderá encontrar-se em situação de incompatibilidade nos termos do artigo 414.º-A, n.º 1, alínea h), caso se torne membro efectivo daquele órgão e, nessa data, mantenha as funções de administração e fiscalização que actualmente exerce noutras sociedades.

II.22. Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Os membros do Conselho Fiscal possuem as seguintes qualificações académicas e experiência profissionais, pelo menos, nos últimos 5 anos:

Rui António Gomes do Nascimento Barreira é Presidente do Conselho Fiscal da Reditus. Desempenha funções de Consultor principal do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros e é igualmente membro do Conselho Fiscal da Benfica SAD. É professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova. Anteriormente foi colaborador da Comissão de Reforma Fiscal dos Impostos sobre o Rendimento (1997-1989) e foi membro da Comissão de Reforma do Processo Tributário (1998). É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela mesma Faculdade. É advogado e Jurisconsulto.

Alfredo Francisco Aranha Salema Reis é membro do Conselho Fiscal da Reditus. É Administrador da Granital – Granitos de Portugal, S.A., da Graper – Granitos de Pêro Pinheiro, Lda., da Silver – White – Granitos de Vimieiro, S.A. e da Sociedade Agrícola do Lodeiro, S.A. e Sócio-Gerente da Socomina – Sociedade Comercial e Industrial de Viana, Lda. Anteriormente assumiu os cargos de Director da sociedade Minas de Jalles, Lda. (1982), de Gerente da sociedade Mina do Pintor, Lda. (1983). É licenciado em Engenharia Mecânica pelo IST (Instituto Superior Técnico de Lisboa).

José Maria Franco O'Neill é membro do Conselho Fiscal da Reditus. Foi Membro do Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa, EP (2003-2006), Presidente da Sotrans, S.A. (2004-2006), Administrador da Ensitrans, Aeie (2003-2006), Administrador da Companhia Portuguesa de Trefilaria, S.A. (1985-2003), Presidente do Conselho de Gerência da Dial – Distribuidora de Arames, Lda. (1989-2003) e Gerente da Dinaço – Sociedade Metalúrgica dos Açores, Lda. (1988-2003). É licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa).

Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes é membro suplente do Conselho Fiscal da Reditus. Exerce actualmente o cargo de administrador na Partrouge, Leya, S.A., Asa, S.A. e da Caminho, de Presidente da One Watch, de gerente da Mobilera Iberia, da Mobilera Blue Harbour e da Brio, Lda. Desde 2007 que desempenha funções de Director-Geral da Quifel, Holdings, SGPS, S.A., sendo responsável pela actividade de Private Equity. Desempenhou cargos sociais na Media Capital Outdoor, S.A. (2005-2006), na Precision – Sociedade Gestora de Franchising, S.A. e na Precision – centros de Manutenção Automóvel, S.A. (2003-2004), na Espírito Santo Saúde, SGPS (2002-2003) e no Grupo Sonae (2000-2001). Iniciou a sua actividade profissional na McKinsey & Company (1988-1991) e posteriormente desempenhou funções de Técnico de Gestão e Director no Grupo Entrepasto (1991-2000). É licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Os membros do Conselho Fiscal não detinham quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2010, não tendo realizado transacções com quaisquer títulos da Reditus SGPS, SA.

De seguida indicamos a data da primeira designação e data do termo de mandato de cada um dos Membros do Conselho Fiscal:

Membro	Data da 1ª designação	Data do termo
Rui António Gomes do Nascimento Barreira	2002	2010
Alfredo Francisco Aranha Salema	2005	2010
José Maria Franco O'Neill	2008	2010
Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes	2008	2010

II.23. Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Informação disponibilizada no II.22

II.24. Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia-geral de destituição do auditor com justa causa.

O Conselho Fiscal supervisiona e avalia anualmente o trabalho desenvolvido pelo auditor externo. Até à presente data, o Conselho Fiscal da Reditus não encontrou quaisquer razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de auditor externo da Sociedade.

II.25. Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.

Não aplicável

II.26. Declaração de que os membros cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho geral e de supervisão procede à respectiva auto-avaliação.

Não aplicável

II.27. Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Não aplicável

II.28. Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Não aplicável

II.29. Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, a dos dirigentes na acepção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, e a de outros trabalhadores cuja actividade profissional possa ter um impacto relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante.

Apenas os membros do Conselho de Administração da Reditus são considerados dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

A política de remuneração aplicável aos dirigentes da Reditus na acepção do n.º 3 do art.º 248º-B do Código dos Valores Mobiliários encontra-se descrita na declaração sobre esta matéria submetida pela Comissão de Remunerações à apreciação da Assembleia Geral. Não existem na Reditus outros trabalhadores cuja actividade profissional possa ter impacto relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante.

Secção IV – Remuneração

II.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

De acordo com o nº 7 do artigo 13º dos estatutos da sociedade, as remunerações dos membros do Conselho de Administração é definida por uma Comissão de Remunerações constituída por três membros eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral de Abril de 2010 foram aprovados os critérios que presidiram à fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração para o ano de 2010. Estes critérios incluíram uma conjugação da relevância das áreas de gestão executiva que constituem o pelouro de cada administrador e o número de anos no exercício efectivo dessas funções na sociedade.

No que respeita a remuneração variável dos titulares do órgão de administração, esta é fixada atendendo à ponderação conjugada do resultado líquido consolidado, do EBITDA e da evolução anual da cotação das acções.

Os administradores não executivos apenas são remunerados com um salário fixo ou com senhas de presenças, não contendo qualquer componente variável no salário.

Os membros do Conselho Fiscal não auferem de qualquer remuneração pelo exercício das suas funções.

Os estatutos da Sociedade, porém, prevêem no nº 8 do artigo 13º, que as remunerações dos membros dos órgãos de administração poderão ser certas ou consistir, parcialmente, numa percentagem dos lucros do exercício, sendo que a percentagem dos lucros globalmente destinada aos administradores não pode exceder dez por cento.

A Reditus não dispõe de qualquer sistema de incentivos com acções.

É preocupação da Comissão de Remunerações que os prémios dos membros do Conselho de Administração tenham em atenção não apenas o desempenho do exercício mas também a adequada sustentabilidade dos resultados nos exercícios vindouros.

II.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga.

Nos termos da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho, indicam-se de seguida as remunerações individuais recebidas pelos membros do órgão de administração:

Executivos	329.952
Frederico Moreira Rato	133.782
Miguel Ferreira	126.170
Francisco Santana Ramos	70.000
Não Executivos	233.000
Miguel Pais do Amaral	30.000
José António Gatta	30.000
Fernando Fonseca Santos	30.000
António Nogueira Leite	39.000
António Maria de Mello	74.000
José Manuel Silva Lemos	30.000

As remunerações atribuídas aos membros da administração durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 ascenderam a 562.952 euros, dos quais 329.952 aos administradores executivos e 233.000 aos administradores não executivos.



Os Administradores da Reditus são pagos apenas por esta entidade não auferindo qualquer outra remuneração por nenhuma outra empresa em relação de domínio ou de grupo com a Reditus.

II.32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Conforme resulta da política de remunerações descrita no ponto II.30, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

II.33. Relativamente à remuneração dos administradores executivos:

a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;

Informação disponibilizada no ponto II.30.

b) Indicação dos órgãos das sociedades competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos;

Informação disponibilizada no ponto I.16

c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos;

Informação disponibilizada no ponto II.30

d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;

Informação disponibilizada no ponto II.30

e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Até a presente data, não existe qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis.

f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;

Não aplicável, sem prejuízo das considerações constantes do ponto II.32.

g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das acções da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contrato relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;

A Sociedade não tem em vigor qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e, ou, qualquer outro sistema de incentivos com acções.

h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;

A Sociedade não tem em vigor qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de direitos a adquirir opções sobre acções.

i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Informação disponibilizada no ponto II.30.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

As remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e, ou, de pagamento de prémios encontram-se demonstradas no ponto II.31 e fazem parte da componente variável, a título de prémio tendo em consideração o desempenho dos administradores, face aos objectivos propostos.

l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Não foram pagas nem se tornaram devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação de funções durante o exercício de 2010.

m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe qualquer limitação contratual para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador, aplicando-se as regras legais.

n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Durante o exercício de 2010, os Administradores da Reditus foram pagos apenas por esta entidade não auferindo qualquer outra remuneração por nenhuma outra empresa em relação de domínio ou de grupo com a Reditus.

o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;

Não existe quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não existem benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração.

q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

A Sociedade não adopta mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

II.34. Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.

Apenas os administradores não executivos recebem exclusivamente uma remuneração fixa em dinheiro.

II.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respectiva intervenção no procedimento).

Os colaboradores da Reditus devem comunicar quaisquer práticas irregulares que detectem ou de que tenham conhecimento ou fundadas suspeitas, de forma a prevenir ou impedir irregularidades que possam provocar danos graves à Reditus e aos seus colaboradores, Clientes, parceiros e accionistas. A referida comunicação deve ser efectuada por escrito e conter todos os elementos e informações de que o Colaborador disponha e que julgue necessários para a avaliação da irregularidade. O Colaborador pode ainda solicitar tratamento confidencial quanto à origem da comunicação.

Compete à Unidade de Auditoria e Controlo receber todas as comunicações de colaboradores de eventuais irregularidades ocorridas no seio da sociedade e determinar as acções relativamente aos procedimentos a adoptar, dando conhecimento destas ao CFO.

Secção V - Comissões Especializadas:

II.36. Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.

Não aplicável

II.37. Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.

Não aplicável

II.38. Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

Todos os membros da Comissão de Remunerações possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

II.39. Referência à independência das pessoas singulares ou colectivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação actual com consultora da empresa.

A Comissão de Remunerações não é assistida por quaisquer pessoas singulares ou colectivas que mantenham contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao Conselho de Administração ou a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração ou qualquer relação actual com consultora da empresa que afectem a sua independência ou isenção.

A Comissão de Remunerações também não é assistida por qualquer entidade que, nos últimos três anos, tenha mantido alguma relação com a administração da Sociedade nos termos do parágrafo anterior, ou por qualquer pessoa que se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços com qualquer pessoa referida no presente parágrafo ou no parágrafo anterior.

Capítulo III. Informação e Auditoria

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social era de 51.557.265 euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, representado por 10.311.453 acções com de valor nominal unitário de 5 euros.

As acções são todas tituladas e ao portador, embora seja permitida estatutariamente a sua conversão em escriturais e nominativas. Todos os direitos e deveres inerentes a todas as acções são iguais. As acções encontram-se todas admitidas à negociação.

III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

No quadro abaixo indicamos as participações qualificadas no capital social da Reditus SGPS, SA a 31 de Dezembro de 2010.

Titular	Nº de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Miguel Pais do Amaral			



Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Courical Holding BV	1.896.200	18,39%	18,73%
Através da Partrouge SGPS	1.168.369	11,33%	11,54%
Total imputável	3.064.569	29,72%	30,27%
José António da Costa Limão Gatta			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da ELAO SGPS, SA	1.480.000	14,35%	14,62%
Total imputável	1.480.000	14,35%	14,62%
SACOP - Soc. Agrícola do Casal do Outeiro do Polima, S.A.			
Directamente	45.145	0,44%	0,45%
Através da Lisorta, Lda	1.210.124	11,74%	11,95%
Pessoa Pinto & Costa, Lda	180.000	1,75%	1,78%
Através de Frederico Moreira Rato	202.911	1,97%	2,00%
Total imputável	1.638.180	15,89%	16,18%
António Maria de Mello			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da António M. de Mello, SGPS	738.498	7,16%	7,29%
Através da Canes Venatici - Investimentos SGPS	87.833	0,85%	0,87%
Total imputável	826.331	8,01%	8,16%
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos			
Directamente	702.135	6,81%	6,93%
Total imputável	702.135	6,81%	6,93%
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Inventum SGPS, S.A	665.690	6,46%	6,57%
Total imputável	665.690	6,46%	6,57%
Francisco Febrero, Mario Oliveira e Ricardo Regal			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Greendry SGPS	242.143	2,35%	2,39%
Total imputável	242.143	2,35%	2,39%

III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

O contrato de sociedade não prevê qualquer restrição à transmissibilidade ou titularidade das acções.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade;

Não existem quaisquer regras para a alteração dos estatutos da sociedade a não ser as que decorrem da lei a ela aplicável.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não está previsto qualquer mecanismo de controlo.

III.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente: a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de

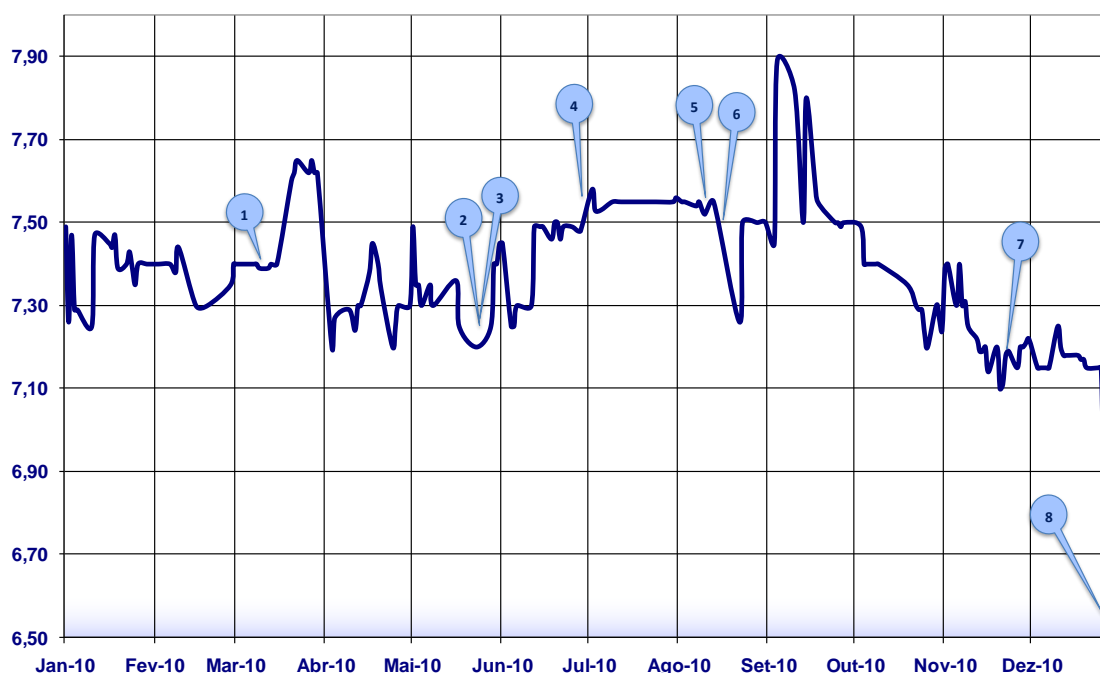
acções; b) O anúncio de resultados; c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

A cotação de fecho das acções da Reditus em 2010 foi de 6,55 euros; 11% abaixo do preço de fecho do ano anterior de 7,34 euros.

Em termos de liquidez, foram transaccionadas durante o exercício cerca de 275 mil títulos da Reditus, representando um valor de transacção de 2,0 milhões de euros.

O número médio diário de acções transaccionadas fixou-se em cerca de 1,1 mil títulos, correspondente a um valor médio diário de cerca de 8,3 mil euros.

A evolução da cotação, com identificação dos factos mais relevantes ocorridos ao longo do ano, consta do gráfico seguinte.



Data dos factos mais relevantes:

1. 10/03/2010 Resultados anuais referentes a 2009
2. 28/05/2010 Aquisição da SAPI2 CI - Consultoria Informática, SA
3. 28/05/2010 Resultados do 1º trimestre 2010
4. 02/07/2010 Aquisições e aumento de capital no âmbito da estratégia de consolidação
5. 12/08/2010 Aquisição da Ogimatech Portugal, SA
6. 16/08/2010 Resultados do 1º semestre de 2010
7. 25/11/2010 Resultados do 3º trimestre de 2010
8. 31/12/2010 Aquisição da Tora, S.A

III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

O Conselho de Administração não propõe a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2010, mantendo na empresa os meios financeiros necessários para suportar o crescimento orgânico.

Nos três últimos exercícios também não foram distribuídos dividendos.

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Não existem, de momento, planos de atribuição de acções e/ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções da Reditus.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Não foram efectuados quaisquer negócios ou operações significativos em termos económicos entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, fora das condições normais de mercado nem fora da actividade corrente da sociedade.

III.12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

Não foram efectuados negócios ou operações fora das condições normais de mercado entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

III.13. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, são submetidos ao parecer prévio do Conselho Fiscal.

Para este efeito, o Conselho Fiscal é instruído com determinada informação relativa à transacção sobre que é chamada a pronunciar-se, incluindo informação suficiente sobre as características da transacção em causa, designadamente do ponto de vista estratégico, financeiro, legal e fiscal, informação sobre a natureza da relação existente entre a Reditus e a accionista em causa e o impacto da transacção na situação financeira do Grupo Reditus.

III.14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

Não aplicável

III.15. Indicação da disponibilização, no sítio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo conselho fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, bem conjunto com os documentos de prestação de contas.

Informação já disponibilizada no Capítulo II.4.

III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a: a) Funções do Gabinete; b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete; c) Vias de



acesso ao Gabinete; d) Sítio da sociedade na Internet; e) Identificação do representante para as relações com o mercado.

A Reditus detém um Gabinete de Relações com o Investidor que assegura o adequado relacionamento com os accionistas, analistas financeiros e as entidades reguladoras do mercado de capitais, nomeadamente a CMVM e a Euronext Lisbon.

Cabe a este departamento promover o contacto permanente e constante com o mercado respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, disponibilizando, dentro dos termos legalmente permitidos, informações que sejam solicitadas ou que por alguma forma contribuam para uma maior transparência e participação na vida da Sociedade.

A Reditus disponibiliza um conjunto vasto de informações através do seu site na Internet: www.reditus.pt. O objectivo é dar a conhecer a empresa a investidores, analistas e público em geral, facultando o acesso permanente a informação relevante e actualizada. Podem, assim, ser consultados dados referentes à actividade da empresa, bem como informações especificamente destinadas aos investidores, que estão disponíveis, em português e inglês, na secção “Investidores”. Destas informações destacam-se apresentações de resultados, informação privilegiada e outros comunicados à CMVM, relatórios e contas, o calendário financeiro, a estrutura accionista, os órgãos sociais e o desempenho bolsista das acções da Reditus.

A prestação de informação poderá ser solicitada através do telefone ou através do site na Internet (www.reditus.pt).

O gabinete de apoio ao investidor tem os seguintes contactos:

Morada

Estrada do Seminário, 2 Edifício Reditus

2614-522 Alfragide

Telefone

(+351) 21 412 4100

Fax

(+351) 21 412 4199

E-mail

accionistas@reditus.pt

Site

www.reditus.pt

Representante para as relações com o mercado

Maria Summavielle

III.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) Serviços de revisão legal de contas; b) Outros serviços de garantia de fiabilidade; c) Serviços de consultoria fiscal; d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

A remuneração total auferida pelos auditores pelos seus serviços às empresas do Grupo Reditus em 2010 ascendeu a 193.210 euros, os quais se subdividem de acordo com o quadro abaixo indicado:

	Montante	%
Serviços de revisão legal de contas	134 660	70%
BDO & Associados, SROC	60 000	
Auren Auditores & Associados, SROC	40 000	
Carvalheda, Plácido & Associados, SROC	24 700	
Gomes Marques e Carlos Alexandre & Associada, SROC	4 920	
UHY & Associados, SROC, Lda	5 040	
Outros Serviços que não o de revisão legal de contas	58.550	30%
BDO & Associados, SROC	0	
Deloitte & Associados, SROC	0	
Auren Auditores & Associados, SROC	58.550	
Total	193.210	100%

III.18.Referência ao período de rotatividade do auditor externo

O auditor da Reditus foi designado para o triénio 2008-2010, pela terceira vez. A Reditus promoverá a rotação do auditor ou justificará a sua manutenção aquando da próxima designação dos órgãos sociais.

Contratos de trabalho que vinculam os membros dos órgãos de administração, de direcção e de fiscalização ao Emitente e que prevêm benefícios no final do contrato.

Foi celebrado em 27 de Março de 2008 e ratificado em 7 de Abril de 2008 um contrato referente a um acordo celebrado entre a Sociedade e um Administrador, com vista a encerrar uma responsabilidade assumida pela Reditus no passado relacionada com um Fundo de Reforma.

Parte V - Relatórios de Fiscalização



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A,
Lisboa

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Reditus ou Empresa), as quais compreendem: a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 191 898 787 euros e um total de capital próprio de 29 227 348 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 268 607 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a prestação de informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame. As demonstrações financeiras das participadas, consolidadas pelo método da consolidação integral, foram examinadas directamente por outros revisores oficiais de contas, tendo-nos sido facultados os respectivos relatórios.

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelos Conselhos de Administração dessas empresas utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (vi) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 7 de Abril de 2011



Manuel Rui dos Santos Caseirão, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob nº 1 122)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, O Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2010, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Fiscalização da Sociedade

O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios, tendo recebido sempre a maior colaboração por parte do Conselho de Administração, dos responsáveis operacionais pelos Serviços de Auditoria interna, de Contabilidade, Tesouraria e Serviços Jurídicos.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua actividade, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou a implementação do sistema de gestão de riscos, o desenvolvimento das acções de auditoria interna e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo se deparado com quaisquer constrangimento ao exercício da sua actividade.

O Conselho Fiscal acompanhou, igualmente, a actividade do Revisor Oficial de Contas, fiscalizando os trabalhos efectuados e as conclusões atingidas, no sentido de salvaguardar a sua independência e de avaliar o seu desempenho.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão Consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais incluem as demonstrações da posição financeira consolidada, a demonstração consolidada dos resultados, as demonstrações consolidadas dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respectivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia.

O Conselho Fiscal analisou ainda o Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2010 preparado pelo Conselho de Administração, o qual se encontra em anexo ao Relatório de Gestão, verificando que foi preparado em cumprimento do disposto no Regulamento 1/2010 (Governo das Sociedades Cotadas) conforme emanado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e inclui, entre outros, os elementos constantes do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Adicionalmente, analisou e concordou com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Declaração de conformidade

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.



Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, aprove o Relatório de Gestão e as contas consolidadas do exercício de 2010.

Alfragide, 30 de Março de 2011

O Conselho Fiscal

Dr. Rui António Gomes Nascimento Barreira – Presidente

Eng. Alfredo Francisco Aranha Salema Reis – Vogal

Dr. José Maria Franco O'Neill – Vogal